



IAPMEI
Parcerias para o Crescimento

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

Relatório de Actividades de 2010

Inclui Auto Avaliação e Balanço Social

Índice

Índice	2
Lista de Abreviaturas e Siglas	4
I.Nota Introdutória	10
i.Breve análise conjuntural	11
ii.Acções estratégicas prosseguidas com vista ao cumprimento da sua missão.....	14
II.Auto - Avaliação.....	19
i.Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados de acordo com o QUAR	20
i1. Apreciação, por parte dos utilizadores, da qualidade dos serviços prestados	29
ii.Avaliação do sistema de controlo interno	31
iii.Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos	34
iv.Actividades Desenvolvidas	36
v.Medidas de reforço do desempenho	86
vi.Comparação do desempenho	87
vii.Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores	90
viii.Afectação real e prevista de recursos.....	94
III.Balanço Social	98
IV.Avaliação Final	115
i.Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados	116
ii.Menção proposta pelo dirigente máximo.....	118
iii.Conclusões prospectivas	119
V.Anexo	121
i.QUAR de 2010	122
ii.Balanço Social (Quadros e informação).....	126

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACB - Associação Comercial de Braga

ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra

ACISB - Associação de Comércio, Indústria e Serviços de Bragança

ADENE - Agência para a Energia

AEA - Associação Empresarial de Águeda

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AEPF - Associação Empresarial de Paços de Ferreira

AEVC - Associação Empresarial de Viana do Castelo

AG - Assembleia Geral

AGIIRE – Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro

AIMINHO - Associação Industrial do Minho

AIP-CE – Associação Industrial Portuguesa – Confederação Empresarial

AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu

APCER - Associação Portuguesa de Certificação

APICER - Associação Portuguesa da Indústria da Cerâmica

APCOR - Associação Portuguesa da Indústria da Cortiça

AT - Assistência Técnica

BBP – *Benchmarking* e Boas Práticas

BMEP - Boletim Mensal de Economia Portuguesa

CAE - Classificação da Actividade Económica

CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica

CCA – Conselho Coordenador da Avaliação

CD – Conselho Directivo

CDE – Centro de Desenvolvimento Empresarial

CE – Comissão Europeia

CEDP - Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto

CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel

CEEP - Centro de Estudos para o Empreendedorismo em Portugal

CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos

CET – Cursos de Especialização Tecnológica

CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

CNB – Consultor Nacional de *Benchmarking*

COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade do QREN

COTEC – Associação Empresarial para a Inovação (Portugal)

CRM – *Customer Relationship Management*

CTCOR - Centro Tecnológico da Cortiça

CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro

CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro

DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias

DG – Direcção-Geral

DGAE – Direcção-Geral das Actividades Económicas

DGAEP – Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

DL – Decreto-Lei

EBTP – *European Business Test Pannel*

EEA – *European Enterprise Awards*

EEC – Estratégias de Eficiência Colectiva

EEN – *Enterprise Europe Network*

EFINERG – Eficiência Energética em PME

ESBI – *European SME Benchmark Index*

EXPONOR – Feira Internacional do Porto

FACCE – Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas

FCR – Fundo de Capital de Risco

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FIEAE – Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas

FINCRESCE – Programa do INOFIN para estimular processos de crescimento de empresas

FINICIA – Programa do INOFIN para favorecer o processo de criação de empresas

FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação

FINTRANS – Programa do INOFIN para estimular o redimensionamento e transmissão de empresas

FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização Empresarial

FSE – Fundo Social Europeu ou Fornecimentos e Serviços Externos

GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos

GNIP - Grupo Nacional para a Integração de Processos e Outros Parceiros

GOP - Grandes Opções do Plano

GPEARI - Gabinete de Planeamento, estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

I&D – Investigação & Desenvolvimento

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica

IBP – Índice de *Benchmarking* Português

ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IETS - Industrial Energy Related Technologies and Systems

IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

IGF - Inspeção Geral de Finanças

INE - Instituto Nacional de Estatística

INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação

INOFIN – Programa-Quadro de Inovação Financeira para o Mercado de PME do IAPMEI

IS – *Innovation Scoring*

KMS – *Knowledge Management System*

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MEID – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

MODCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio

NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco

NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria

NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre

NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém

NERVIR - Associação Empresarial da Região de Vila Real

OE – Orçamento do Estado

PCTE - Pólo de Competitividade e Tecnologia para a Energia

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento

PEC – Procedimento Extrajudicial de Conciliação

PEPAC - Programa de Estágios Profissionais da Administração Central

PES - Performance Enhancement System

PGRCIC - Plano de Gestão de Riscos, Corrupção e Infracções Conexas

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIRE – Processo de Insolvência e da Recuperação da Empresa

PME – Pequenas e Médias Empresas

PME Consolida – Programa para melhorar o acesso a instrumentos de apoio financiamento empresarial

PME Excelência – Estatuto de qualificação empresarial, no quadro do FINCRESCE

PME Investe – Linha de crédito bonificado para PME com garantia do Estado

PME Líder – Estatuto atribuído a PME, no quadro do FINCRESCE

POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade do QREN

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano do QREN

PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia

PROMONET - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QI PME – Programa Quadros Inovadores para PME

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

RECET - Associação dos Centros Tecnológicos de Portugal

SAFPRI – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação.

SAG - Supervisor and Advisory Board

SGPVE - Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado

SI - Sistemas de Informação

SIAC – Sistema de Apoio a Acções Colectivas

SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

SIGI – Sistema de Informação de Gestão de Incentivos do IAPMEI / QREN

SIME - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial

SIMPLEX – Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa

SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais

SIRME – Sistema de Incentivos Financeiros à Modernização e Revitalização Empresarial

SME – *Small and medium enterprises*

UAL – Universidade Autónoma de Lisboa

UE – União Europeia

VAB - Valor Acrescentado Bruto

I. Nota Introdutória

i. Breve análise conjuntural

Apesar da franca recuperação conseguida até ao início de 2008 foi, obviamente, impossível a Portugal manter-se imune à desaceleração generalizada da economia internacional – a maior crise financeira e económica mundial sentida nas últimas oito décadas, no entender de algumas das instituições internacionais de referência –, o que fez com que 2008 terminasse com um crescimento nulo do Produto, em absoluto contraste com os crescimentos de 1,4% e de 2,4% registados em 2006 e em 2007, e que a situação se agravasse em 2009, o que se saldou num crescimento negativo do PIB na ordem dos 2,5%, ainda que com alguns sinais de recuperação nos últimos meses do ano.

Perante o enquadramento macroeconómico, e tendo em conta as orientações de política económica consubstanciadas nas Grandes Opções do Plano e no Plano de Estabilidade e Crescimento para o período 2010-2013 – nomeadamente o objectivo de fomento rápido do crescimento do PIB, conseguido por via da continuação “da modernização da economia e do Estado” e da “melhoria das condições de competitividade da economia portuguesa”, condições indispensáveis a um aumento da posição competitiva de Portugal, num mercado internacional também ele ainda a ressentir-se dos efeitos da crise, através do aumento do valor acrescentado da oferta nacional e do alargamento da carteira de clientes dos produtos portugueses –, a definição da acção do IAPMEI para o ano de 2010 teria que passar, por um lado, pelo reforço das medidas que já tinha em curso tendentes ao reforço da competitividade das empresas nacionais e ao estímulo ao empreendedorismo e à inovação na estrutura empresarial nacional – numa lógica de apoio à evolução estruturada e sustentada do tecido empresarial –, e, por outro, com uma ênfase especial, por medidas destinadas essencialmente a facilitar um dos aspectos que se tornaram mais críticos face ao cenário de dificuldades crescentes no acesso ao crédito: a facilitação do acesso a financiamento, medidas essas consubstanciadas no lançamento de novas linhas de crédito PME Investe e também no alargamento do âmbito dos programas de financiamento das PME via capital de risco ou seguros de crédito (as acções estratégicas definidas para 2010 estão identificadas em maior detalhe no ponto I.ii).

Olhando para as Contas Nacionais (INE) relativas a 2010, pode ver-se que o ano começou em clima de recuperação, que já se vinha a sentir nos últimos meses de 2009, como atrás referido, mas, num ambiente claramente conturbado pelos constrangimentos que se colocaram persistentemente às dívidas soberanas nacionais de vários Estados-membros, com os consequentes aumentos sucessivos dos juros da dívida e do peso crescente de algumas dívidas públicas, entre as quais a portuguesa, acabaram por se fazer sentir várias oscilações nas diferentes componentes do Produto ao longo do ano, que se saldaram, no final, num crescimento muito moderado do PIB (1,4%).

Positivo foi, no entanto, o facto de, para este crescimento, terem contribuído, tanto a procura interna como a procura externa.

O contributo positivo da procura interna aconteceu porque, por um lado, o consumo das famílias cresceu 2% em 2010 (tinha sofrido uma contracção de 1% em 2009). Mas também porque, por outro lado, o investimento privado, apesar de ter continuado em terreno negativo, viu abrandar o seu ritmo de queda (de uma variação de -14% para uma variação de -5,6%).

Por sua vez, o contributo da procura externa decorreu do facto de as exportações, que tiveram um incremento de 8,7% em 2010, após a queda de 11,6% registada em 2009, terem aumentado a um ritmo superior ao das importações, que subiram 5,3% em 2010, depois de terem diminuído 10,6% no ano anterior.

A importância de Portugal ter feito crescer o seu produto, com base também no aumento da procura externa, é destacado no BMEP n.º 3/2011 (GEE/GPEAR1), onde se escreve: «Os dados disponíveis para o ano de 2010 mostram um aumento da competitividade portuguesa quando medida pela diferença entre a produtividade e as remunerações por trabalhador, que se reflecte no aumento da capacidade exportadora de Portugal superior a alguns dos seus principais parceiros. Como consequência, no ano de 2010 registou-se uma redução do défice da balança de bens e serviços, de 794 milhões de euros, e um contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, de 0,5 p.p».

De notar que, em 2010, as saídas de bens atingiram os 37,8 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 16% face ao ano anterior. Apesar disso, e ainda que o ritmo de crescimento das entradas tenha sido inferior ao das saídas (10,5%), não se conseguiu evitar o agravamento do défice da balança comercial em 2,1%, para aproximadamente 20 mil milhões de euros. Ao invés, os resultados ao nível da balança corrente e de capital foram positivos, com o défice a reduzir-se em perto de 1,9 mil milhões de euros, o que corresponde a uma descida de quase 11% face ao ano anterior. Este resultado é tanto mais importante quanto representa uma redução da necessidade de financiamento externo da economia, o que se sabe ser particularmente premente no contexto actual.

Outro destaque é dado no mesmo boletim a outro importante resultado: a tendência para a diversificação dos mercados de destino dos produtos portugueses. Como se pode ler: «A componente extracomunitária apresentou o maior crescimento que, no caso das exportações, revela uma aposta na diversificação de mercados como forma de aproveitar as oportunidades em mercados com elevado potencial, como é o caso do Brasil, onde se verificou um aumento de cerca de 50% das exportações em 2010. Apesar da importância do mercado comunitário (no qual Espanha continua a ser o nosso principal parceiro), é

possível identificar um aumento da diversificação dos destinos das exportações portuguesas de bens, com os principais 10 destinos a representar 77% do total das exportações de bens em 2010 (menos 11% do que em 2004)».

De salientar que também o VAB, depois da contracção de 2,5% registada em 2009, teve um incremento – ainda que moderado (1,4%) – em 2010, fruto do acréscimo homólogo do valor acrescentado nos sectores da indústria e serviços (3,3% e 1,4%, respectivamente). A construção permanece em terreno negativo também a este nível, se bem que o nível de redução do VAB se tenha atenuado entre 2009 e 2010 (-9,2% em 2009 e -3,9% em 2010).

Se, por outro lado, tivermos em conta os resultados da Empresa na Hora, podemos constatar que o número de sociedades constituídas se contraiu um pouco em 2010, face a 2009 (3,7%, para 18 630), contracção essa que também se verificou na população empregada, que se reduziu de 5,054 milhões para 4,978 milhões (-75,9 mil pessoas empregadas, ou seja, uma diminuição de 1,5%). Apesar disso, é de destacar o facto de, em 2010, se ter conseguido aumentar a empregabilidade da população mais qualificada, já que a população empregada com habilitações académicas ao nível do ensino secundário ou pós-secundário e do ensino superior teve acréscimos de 6,6% e de 3,8%, respectivamente.

ii. Acções estratégicas prosseguidas pelo Organismo com vista ao cumprimento da sua missão

• Missão

O Decreto-Lei n.º 140/2007, de 27 de Abril ajustou o objecto estatutário IAPMEI, adequando as suas atribuições e ampliando o seu domínio de intervenção. O novo estatuto visa o apoio à competitividade das empresas no mercado global, baseada na eficiência e no ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Para esse efeito, as novas responsabilidades atribuídas centram-se na promoção da inovação, qualificação dos recursos humanos, inserção de quadros nas empresas e na dinamização do empreendedorismo qualificado, concebendo e gerindo instrumentos financeiros de apoio, vocacionando os incentivos ao investimento para iniciativas que melhorem a competitividade baseada na qualidade e inovação e promovendo parcerias adequadas.

Assim, a nossa interpretação da missão a prosseguir é:

“Apoiar as empresas e empreendedores nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, contribuindo para a criação de condições favoráveis ao reforço das competências e capacidades de gestão e inovação, e ao acesso aos mercados financeiros”.

• Visão

Perante este quadro, considerámos que a visão da nova organização deverá inspirar a procura constante e crescente de níveis superiores de prestação de serviço, e reflectir a ambição colectiva que deve mover a organização:

“Ser o parceiro estratégico dos empreendedores e empresários para a inovação e crescimento”.

• Valores

A moldura ética que rege a actuação dos colaboradores e que faz com que o IAPMEI esteja mais habilitado a cumprir, em excelência, a sua missão, é formada essencialmente a partir dos seguintes princípios e valores:

- > Objectividade, traduzida numa actuação isenta e imparcial, em relação a todos os que com eles contactam;
- > Confidencialidade sobre os factos no âmbito das suas funções e na transmissão de informações;
- > Independência, equidistância em relação a todas as entidades e pessoas e igualdade de tratamento em todas as situações, sem prejuízo da diferenciação prevista na lei;

- > Integridade, traduzida numa actuação segundo critérios de honestidade, lealdade pessoal e interesse público;
- > Competência de modo a assegurar uma actuação dos colaboradores segundo as melhores práticas, salvaguardando as leis, regulamentos e directrizes em vigor;
- > Proporcionalidade, adequando a actuação aos objectivos da actividade;
- > Rigor técnico, eficiência na utilização dos recursos e cooperação activa entre os colaboradores e com outros organismos, entidades e público em geral.

- **Identidade corporativa**

A credibilidade e o reconhecimento público, enquanto agência de excelência no apoio às PME, são o reflexo expectável do incremento na inserção destes valores.

O IAPMEI assume, deste modo, uma posição de:

- > Agência de excelência de apoio ao crescimento qualificado das PME;
- > Pilar consolidado da Política Económica do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;
- > Complemento de valor acrescentado da intervenção das restantes agências do MEID.

- **Objectivos estratégicos**

Os beneficiários directos da intervenção do instituto são os empreendedores, empresas e entidades da envolvente, designadamente, do sistema financeiro, sistema científico e tecnológico nacional, associações empresariais, entidades participadas e organismos da Administração Pública com as quais as empresas se relacionam, incluindo autarquias. Paralelamente ao apoio directo prestado ao longo das fases do ciclo de vida das empresas, o Instituto continuará a aprofundar a actuação em parceria com os agentes da envolvente, sob o signo de “Parcerias para o Crescimento”, potenciando sinergias para o crescimento qualificado, empreendedorismo inovador e criação de empresas.

Modernizar e renovar o tecido empresarial, capacitar as empresas para a inovação e internacionalização e apoiar estratégias empresariais, individuais ou colectivas, no sentido de contribuir para o aumento da produtividade e competitividade da economia, são as grandes preocupações que presidem ao cumprimento daquela difícil missão.

Em consonância com estes princípios, os objectivos estratégicos que orientaram as actividades do IAPMEI, em 2010, foram os seguintes:

- Promover estratégias empresariais de crescimento inovador e internacional, individuais ou colectivas, ao longo das fases do ciclo de vida das empresas, disponibilizando serviços de atendimento, informação e assistência eficazes, facilitando o redimensionamento, transmissão e reestruturação empresarial, dinamizando e acompanhando redes de PME, processos de cooperação e “clusterização”, incentivando projectos estratégicos individuais e de eficiência colectiva, facilitando o acesso a financiamento e promovendo o sucesso empresarial;
- Reforçar as competências e capacidades para a inovação e competitividade, promovendo a gestão estratégica, o desenvolvimento de competências e a utilização de ferramentas de inovação e benchmarking, dinamizando as interacções entre o sector empresarial e o sistema científico e tecnológico, incentivando a capacitação para a inovação e competitividade, facilitando o acesso a financiamento e promovendo as boas práticas;
- Desenvolver o empreendedorismo qualificado e facilitar o arranque de empresas inovadoras, dinamizando a estruturação e implementação de ideias, planos de negócio e projectos de criação de empresas, aproximando empreendedores e operadores financeiros, incentivando o investimento na criação e arranque de empresas, facilitando o acesso a financiamento e promovendo o sucesso empresarial.

Para tornar a intervenção externa mais qualificada e consistente, é necessário aprofundar e estruturar o conhecimento relevante para a satisfação das necessidades das empresas e empreendedores, desenvolver as competências e capacidades de gestão, simplificar, eliminar os desperdícios, informatizar os processos – chave, desenvolver parcerias, aprofundar a actuação em rede e otimizar os serviços de atendimento, informação e assistência empresarial.

Para o cumprimento da missão e da visão, importa não só orientar a acção, traçando um conjunto de objectivos interligados segundo as orientações anteriores, mas também enquadrá-los nas estratégias, planos e programas nacionais de política pública, designadamente, nas Grandes Opções do Plano 2010-2013 (principais linhas de actuação política) e no Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013.

Para relançar a economia, as GOP 2010-2013 definem como grande linha de acção o apoio às PME e como prioridades a modernização e a redução dos custos de contexto, o acesso a meios de financiamento (capitais próprios e alheios) e a internacionalização, bem como a inovação e o aumento da produtividade, apoiado na tecnologia e inovação, no redimensionamento e na qualificação dos recursos humanos. Para esse efeito, considera as seguintes medidas:

- Melhorar o acesso ao crédito bonificado articulado com os mecanismos de regularização de dívidas ao fisco e à segurança social, criando a linha PME – Investe V, para facilitar o acesso ao crédito e estimular o investimento empresarial;
- Reforçar os capitais próprios, através de instrumentos de capital de risco, designadamente, para apoiar operações de fusão e aquisição, ganhos de escala, aquisição de capacidade competitiva e internacionalização;
- Estabelecer uma parceria entre o IAPMEI e a NYSE Euronext – *Alternext Lisbon* – com vista ao lançamento do mercado de capitais para empresas de pequena e média capitalização;
- Manter os programas FINICIA, FINCRESCCE e FINTRANS, de apoio às PME e aos empreendedores;
- No âmbito da assistência empresarial do IAPMEI, concretizar 100 exercícios de Análise de Competências em PME, 850 empresas nos Encontros para a Competitividade, 350 empresas nos programas de formação da Academia de PME sobre Novas Competências Estratégicas para a Competitividade e Laboratórios da Criatividade e 1100 visitas individuais a empresas, desenvolver uma base de dados, designada “Páginas Amarelas do Conhecimento”, para facilitar a intermediação do IAPMEI junto das PME e dos centros de conhecimento, e um manual do gestor de cliente da Assistência Empresarial.

Outra grande linha de acção é modernizar o Estado, simplificar a vida dos cidadãos e das empresas, designadamente, através do reforço e da personalização da intervenção de proximidade. Nesse âmbito, estabelece que a intervenção do IAPMEI junto das PME, será centrada na figura do gestor de conta de empresa, inserida na rede regional.

O PEC 2010-2013, acerca das políticas de competitividade e crescimento sustentado, identifica um conjunto de medidas de promoção da internacionalização da economia, entre as quais está a abertura de 14 lojas da exportação em Portugal, especialmente, dedicadas ao apoio técnico às empresas exportadoras ou potencialmente exportadoras, complementada com medidas de eficiência colectiva para reforçar a aposta na tecnologia e inovação, estabelecidas na criação de clusters e pólos de competitividade que agrupam empresas exportadoras, estimulando estratégias de cooperação e de sinergias.

O estímulo ao investimento privado constitui também um vector essencial da política económica. Destacam-se, neste domínio, algumas medidas a desenvolver no período 2010-2013:

- Apoio aos processos de capitalização de empresas, nomeadamente através de i) Fundo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas; ii) Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas; iii) Instrumentos capital de risco e iv) desenvolvimento de um segmento específico de mercado de capitais dirigido a PME;
- Aceleração do ritmo de investimento co-financiado pelo QREN, desenvolvendo e adaptando as medidas já adoptadas (pagamento à cabeça de incentivos FEDER às empresas, alargamento de elegibilidade nos sistemas de incentivos ao investimento privado, acréscimo em taxas máximas de comparticipação comunitária, flexibilização no pagamento de adiantamentos a projectos de investimento e apoios no contexto dos planos sectoriais);
- Promoção de Estratégias de Eficiência Colectiva (Pólos e Clusters), como forma de apoiar a racionalização do investimento, o desenvolvimento de modernas capacidades competitivas e a capacidade de cooperação empresarial em diversos sectores estratégicos.

Considerando as grandes linhas de acção previstas nas GOP 2010-2013, para relançamento da economia, nomeadamente, de apoio às PME, modernização do Estado e simplificação da vida das empresas e considerando, ainda, as políticas de competitividade e crescimento sustentado do PEC 2010-2013, designadamente, de estímulo ao investimento privado e de promoção da internacionalização da economia, verifica-se que existe um forte alinhamento estratégico entre os objectivos do IAPMEI e as políticas públicas para a economia, veiculadas por aqueles dois documentos estratégicos.

II. Auto - Avaliação

i. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados de acordo com o QUAR

Na sequência da monitorização, foi realizada uma revisão de objectivos do QUAR e do Plano de Actividades, em Novembro de 2010, que teve como consequência a substituição do Objectivo nº1 - “Aumentar em 5% o número de empresas e empreendedores com acesso facilitado ao financiamento” - para “Aumentar, em cerca de 200%, o nº de empresas e empreendedores com acesso facilitado ao financiamento” e da meta do indicador n.º 2 - “N.º de PME com acesso facilitado a financiamento, através do estatuto PME Líder”, de 2700 para 5000 PME.

Foi, igualmente, revisto o Objectivo n.º 3 do QUAR de “Aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação, envolvendo 1000 PME” e do referido indicador n.º 8, mantendo a intenção de aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação, mas substituindo – se o indicador “Nº de PME envolvidas na realização de projectos de Transferência de Tecnologia e de aplicação de Boas Práticas com entidades da envolvente” pelos motivos anteriormente invocados, por outro associado à nova iniciativa “lançamento de uma rede de inteligência estratégica em inovação”. Neste novo indicador n.º 8 “Proporção de realização de um plano de acção associado à concepção de um projecto para o lançamento de uma rede de inteligência estratégica em inovação (“Observatório de Inovação Empresarial)” com uma meta 95%, será também mantido o equivalente nível percentual de “Superação” e de “Não cumprimento” (Não Atinge <90%; Supera = 100%).

Os resultados e os desvios verificados, de acordo com o QUAR, actualizado em Novembro de 2010, e que consta no Anexo I, são de seguida analisados:

Objectivo 1 – Aumentar em 200% o número de empresas e empreendedores com acesso facilitado ao financiamento

Resultado
118 %

- **Indicador 1** – N.º de projectos de criação de empresas dinamizados e com o acesso facilitado a financiamento

Resultado: 239, compreende um desvio positivo de 27% (51 empresas).

Justificação do desvio: Registou-se, ao longo do ano, o incremento crescente da procura de financiamento para novos projectos de criação de empresas

- **Indicador 2** – N.º de PME com acesso facilitado a financiamento, através do estatuto PME Líder

Resultado: 6566, compreende um desvio positivo de 31% (1566 empresas)

Justificação do desvio: O interesse pelo Estatuto PME Líder continua a aumentar, quer por parte dos Bancos, que querem sinalizar os seus clientes, quer por parte das empresas, pela notoriedade e benefícios associados.

- **Indicador 3** – N.º de PME envolvidas nas acções de aproximação às participadas financeiras do IAPMEI

Resultado: 172, compreende um desvio negativo de 14% (28 empresas)

Justificação do desvio: Falta de projectos adequados devido à retracção do investimento.

Objectivo 2 – Aumentar em 25% as PME abrangidas pelas acções de qualificação de competências estratégicas

Resultado
111 %

- **Indicador 4** – N.º de PME envolvidas em acções de formação e de qualificação

Resultado: 430, compreende um desvio positivo de 23% (80 empresas).

Justificação do desvio: Realização de mais seis acções de formação do que o previsto, no âmbito da candidatura do IAPMEI ao POPH, resultante da eficiência verificada na gestão das acções contratadas.

- **Indicador 5** – N.º de PME envolvidas nos Encontros para a Competitividade

Resultado: 856, compreende um desvio positivo de 1% (6 empresas), situado no intervalo previsto.

- **Indicador 6** – Proporção de realização associada à concepção e arranque do novo modelo “BBP – Benchmarking e Boas Práticas para a Inovação”

Resultado: 88%, compreende um desvio positivo de 10%.

Justificação do desvio: Taxa de execução próxima dos 100% ao nível das actividades de concepção (97,5%) e taxa de 55% ao nível das actividades de implementação, face ao plano de acção definido

Objectivo 3 – Aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação

Resultado

115 %

- **Indicador 7** – N.º de PME envolvidas em acções de promoção-piloto com entidades da envolvente, indutoras de inovação e competitividade

Resultado: 320, compreende um desvio positivo de 28% (70 empresas).

Justificação do desvio: O desvio face à meta prevista decorre de actividades inicialmente não previstas: "Matchmaking event" entre empresas portuguesas e turcas, que registou a participação de 39 empresas portuguesas; reuniões B2B entre empresas portuguesas e Cordenadora da Enterprise Europe Network em Moscovo (10 empresas); workshop sobre "7º Programa Quadro - workshop Espaço Segurança e PME (50 empresas).

- **Indicador 8** – Proporção de realização de um plano de acção associado à concepção de um projecto para o lançamento de uma rede de inteligência estratégica em inovação (“Observatório de Inovação Empresarial”).

Resultado: 96%, compreende um desvio positivo de 1%, situado no intervalo esperado.

Objectivo 4 – Apoiar a transmissão, redimensionamento e reestruturação, orientando e assistindo 80% dos processos

Resultado
107 %

- **Indicador 9** – Proporção de situações problemáticas de reestruturação e de conciliação de credores orientadas para uma solução.

Resultado: 85%, compreende um desvio positivo de 6%.

Justificação do desvio: O desvio positivo resulta da conjugação de um perfil de procura mais qualificada, que permitiu orientar um maior número de clientes para uma solução enquadrada no portfólio de produtos IAPMEI.

- **Indicador 10** – Nº PME apoiadas, através de consultoria ou assistência técnica, em processos de transmissão, fusão ou aquisição.

Resultado: 54, compreende um desvio positivo de 2% (4 empresas).

Justificação do desvio: Ao nº de registos de empresas com a conseqüente procura de apoio, foi possível corresponder, através de maior envolvimento dos quadros da DPI, tendo levado à concretização de mais 4 apoios.

Objectivo 5 – Aumentar em 5% a eficiência da análise e em 3% o pagamento dentro do prazo, no processamento dos incentivos

Resultado
100 %

- **Indicador 11** – Nº de candidaturas aos sistemas de incentivo, com excepção dos vales de I&DT e de Inovação, analisadas no ano dentro do prazo

Resultado: 2064, compreende um desvio positivo de 3% (69 candidaturas), situado no intervalo previsto.

- **Indicador 12** – Proporção de decisões dentro do prazo, dos pedidos de pagamento entrados no ano

Resultado: 76,8%, compreende um desvio negativo de 4%, situado no intervalo previsto.

Justificação do desvio: Foram decididos no período 1959 pedidos de pagamento, sendo que 1555 foram decididos dentro do prazo de referência.

Objectivo 6 – Executar os planos de melhoria dos serviços de atendimento, informação e assistência

Resultado
115 %

- **Indicador 13** – Proporção de acréscimo das PME assistidas relativamente à meta de 2008, no âmbito do plano de consolidação do Serviço de Assistência Empresarial

Resultado: 127%, compreende um desvio positivo de 15%.

Justificação do desvio: Aumento da produtividade dos CDE's

- **Indicador 14** – Proporção de realização associada à criação do gestor de cliente da assistência empresarial

Resultado: 100%, compreende um desvio positivo de 11%.

- **Indicador 15** – Proporção de execução das acções de melhoria da *Enterprise Europe Network PT*

Resultado: 95,25%, compreende um desvio positivo de 19%

Justificação do desvio: Para além das actividades de governação do Consórcio, reporte e interacção com a EACI e com a Comissão Europeia, em síntese:

- Das 21 acções previstas para 2010, 20 foram realizadas, muitas das quais superando as metas respectivas, o que se traduz num grau de execução de 95,25%;
- Considerando as acções previstas e as não previstas realizadas, o grau de execução é de 119%.

Objectivo 7 – *Aumentar a satisfação dos clientes, excedendo a meta de 70%*

- **Indicador 16** – Proporção de clientes inquiridos satisfeitos com o IAPMEI, com a pontuação de 3 a 6 numa escala de 1 a 6

Quadro-resumo:

Objectivos Operacionais	Indicadores		Meta	Resultado	Grau de Realização
Eficácia			113%		
Objectivo 1			118%		
Aumentar em 200% o número de empresas e empreendedores com acesso facilitado ao financiamento	Ind 1	N.º de projectos de criação de empresas dinamizados e com o acesso facilitado ao financiamento	188	239	127%
		45%			
	Ind 2	N.º de PME com o acesso facilitado a financiamento, através do estatuto PME Líder	5000	6566	131%
		30%			
	Ind 3	N.º de PME envolvidas nasacções de aproximação às participadas financeiras do IAPMEI	200	172	86%
25%					
Objectivo 2			111%		
Aumentar em 25% as PME abrangidas pelas acções de qualificação de competências estratégicas	Ind 4	Nº de PME envolvidas em acções de formação e de qualificação	350	430	123%
		35%			
	Ind 5	N.º de PME envolvidas nos <i>Encontros para a Competitividade</i>	850	856	101%
		35%			
	Ind 6	Proporção de realização associada à concepção e arranque do novo modelo "BBP - Benchmarking e Boas Práticas para a Inovação"	80%	88%	110%
30%					
Objectivo 3			115%		
Aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação	Ind 7	N.º de PME envolvidas em acções de promoção-piloto com entidades da envolvente, indutoras de inovação e competitividade	250	320	128%
		50%			
	Ind 8	Proporção de realização de um plano de acção associado à concepção de um projecto para o lançamento de uma rede de inteligência estratégica em inovação ("Observatório de Inovação Empresarial")	95%	96%	101%
		50%			
Objectivo 4			107%		
Apoiar a transmissão, redimensionamento e reestruturação, orientando e assistindo 80% dos processos	Ind 9	Proporção de situações problemáticas de reestruturação e de conciliação de credores orientadas para uma solução	80%	85%	106%
		55%			
	Ind 10	N.º de PME apoiadas, através de consultoria ou assistência técnica, em processos de transmissão, fusão ou aquisição	50	54	108%
		45%			

Objectivos Operacionais	Indicadores		Meta	Resultado	Grau de Realização
Eficiência			100%		
Objectivo 5			100%		
Aumentar em 5% a eficiência da análise e em 3% o pagamento dentro do prazo, no processamento dos incentivos	Ind 11	N.º de candidaturas aos sistemas de incentivo, com excepção dos vales de I&DT e de Inovação, analisadas no ano dentro do prazo	1995	2064	103%
	55%				
	Ind 12	Proporção de decisões dentro do prazo, dos pedidos de pagamento entrados no ano	80,1%	76,8%	96%
	45%				

Uma vez que o inquérito de satisfação dos clientes não foi, ainda, realizado, pelas razões descritas no ponto **i1**. desta secção, optou-se por considerar duas situações distintas, no que respeita aos objectivos do parâmetro *Qualidade* e, conseqüentemente, ao *Índice de Desempenho Global* do Instituto.

Numa primeira situação, admitiu-se que o resultado obtido para o Indicador 16 - “*Proporção de clientes inquiridos satisfeitos com o IAPMEI, com a pontuação de 3 a 6, numa escala de 1 a 6*” - será idêntico à meta previamente estabelecida, ou seja, atingir-se-á um valor de 71%.

Os resultados obtidos serão, então, os apresentados nos dois quadros seguintes:

Objectivos Operacionais	Indicadores		Meta	Resultado	Grau de Realização
Qualidade			111%		
Objectivo 6			115%		
Executar os planos de melhoria dos serviços de atendimento, informação e assistência	Ind 13	Proporção de acréscimo das PME assistidas relativamente à meta de 2008, no âmbito do plano de consolidação do Srvço de Assistência Empresarial	110%	127%	115%
	55%				
	Ind 14	Proporção de realização associada à criação do gestor de cliente da assistência empresarial	90%	100%	111%
	25%				
	Ind 15	Proporção de execução das acções de melhoria da <i>Enterprise Europe Network</i>	80%	95,25%	119%
		20%			
Objectivo 7			100%		
Aumentar a satisfação dos clientes, excedendo a meta de 70%	Ind 16	Proporção de clientes inquiridos satisfeitos com o IAPMEI, com a pontuação de 3 a 6, numa escala de 1 a 6	71%	71%	100%
	100%				

Índice de Desempenho Global:

Parâmetros	Ponderação	Resultado	IDG
Eficácia	45%	113%	109%
Eficiência	30%	100%	
Qualidade	25%	111%	

Numa segunda hipótese, considerou-se que o inquérito de satisfação dos clientes não seria realizado, pelo que haveria a necessidade de reformulação do QUAR e, conseqüentemente, de atribuição de uma ponderação de 100% ao Objectivo 6 - *Executar os planos de melhoria dos serviços de atendimento, informação e assistência*.

Neste caso, tal como se pode observar pela análise dos quadros seguintes, verificar-se-ia um incremento do resultado do parâmetro *Qualidade*, de 111% para 115% e, conseqüentemente, um aumento de 1 ponto percentual no *Índice de Desempenho Global* do Instituto, que passaria a ser de 110%.

Objectivos Operacionais	Indicadores		Meta	Resultado	Grau de Realização
Qualidade			115%		
Objectivo 6			115%		
Executar os planos de melhoria dos serviços de atendimento, informação e assistência	Ind 13	Proporção de acréscimo das PME assistidas relativamente à meta de 2008, no âmbito do plano de consolidação do Srvço de Assistência Empresarial	110%	127%	115%
	55%				
	Ind 14	Proporção de realização associada à criação do gestor de cliente da assistência empresarial	90%	100%	111%
	25%				
	Ind 15	Proporção de execução das acções de melhoria da <i>Enterprise Europe Network</i>	80%	95,25%	119%
	20%				

Índice de Desempenho Global:

Parâmetros	Ponderação	Resultado	IDG
Eficácia	45%	113%	110%
Eficiência	30%	100%	
Qualidade	25%	115%	

i1. Apreciação, por parte dos utilizadores, da qualidade dos serviços prestados

Tal como aconteceu em anos anteriores, o IAPMEI optou pela contratação externa dos serviços inerentes à edição de 2010 do Inquérito à Satisfação do Cliente IAPMEI.

A opção pela contratação do serviço em causa, em detrimento da realização exclusivamente interna, tem subjacentes duas importantes vantagens:

- torna o processo mais eficaz e aumenta a qualidade dos resultados, nomeadamente por viabilizar amostras representativas e por aumentar a celeridade do processo, pelo facto de se utilizar um *contact center* dotado das competências específicas e dos meios adequados para a realização dos inquéritos telefónicos;
- confere ao projecto maior credibilidade, nomeadamente a credibilidade adicional, tanto a nível interno como externo, que traz o facto de ser uma entidade independente a conduzir esta avaliação. Esta questão é particularmente premente se tivermos em conta que alguns dos resultados deste trabalho se traduzem em indicadores fundamentais, quer do QUAR quer do SIADAP – parte fundamental da avaliação do Instituto e dos seus colaboradores, portanto –, que devem ser alvo de avaliação externa (indicadores de satisfação de clientes).

Contudo, dadas as condicionantes este ano surgidas ao nível da contratação pública de serviços, o procedimento associado a esta aquisição de serviços tem decorrido num prazo excepcionalmente longo, o que está a causar um atraso significativo na obtenção dos resultados do inquérito.

O procedimento interno teve início em Setembro de 2010, o que representa um início antecipado relativamente ao que era habitual em anos anteriores. Contudo, face à publicação, já este ano, da

Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de Janeiro, e às novas interpretações jurídicas daí decorrentes, o procedimento teve que ser reformulado, o que passou, inclusivamente, pela necessidade de ajustamento do próprio objecto do contrato e, em consequência, do caderno de encargos. Isto resultou num procedimento associado a uma contratação de um serviço com menos componentes do que o contratado em 2010, sendo que o serviço a contratar em 2011 não integra algumas componentes de concepção metodológica contratadas em 2010 nem a componente da análise de resultados e apresentação de recomendações, ou seja, o novo objecto restringe-se à aquisição do serviço de definição da amostra, inquirição e tratamento de dados.

O novo procedimento foi aprovado pelo Conselho Directivo em 18 de Fevereiro último, ao que se seguiu uma fase de preparação da documentação administrativa e jurídica que deve acompanhar o pedido de parecer aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública (artigo 3º da Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de Janeiro). Neste momento aguardamos ainda Declaração de Cabimentação Orçamental a ser emitida pela Direcção-Geral do Orçamento, por forma a instruímos por completo o dito pedido de parecer.

Face à reformulação do objecto e à fundamentação apresentada relativamente aos itens a avaliar para efeitos de autorização – nomeadamente, demonstração do carácter não subordinado de trabalho, demonstração da inconveniência do Regime Jurídico de Emprego Público e demonstração da redução remuneratória de 10% – estamos na expectativa de que o procedimento seja aprovado, pelo que cremos estar em condições de poder vir a incluir os resultados do trabalho de avaliação da satisfação dos clientes IAPMEI numa adenda ao Relatório de Actividades de 2010.

Não temos, no entanto, qualquer indicação por parte dos destinatários do pedido de parecer sobre quais os prazos médios de resposta a estes pedidos. Com base no cronograma definido com a empresa a quem pretendemos fazer o convite no âmbito do procedimento de ajuste directo aprovado internamente estimamos quatro semanas de trabalho até à obtenção de resultados, após formalização completa do procedimento.

ii. Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	S			Estão definidas nas áreas mais relevantes (Incentivos financeiros, Assistência empresarial, Certificação PME, Gestão de recursos)
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	S			É efectuada uma verificação do enquadramento legal e regulamentar da actividade do Instituto
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	S			Um primeiro passo foi a inscrição do IAPMEI como associado do Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI), organismo que representa em Portugal o <i>IIA-Institute of Internal Auditors</i> . Assim, mantém-se a intenção do Departamento, na certificação do seu responsável como <i>CIA-Certified Internal Auditor</i> pelo IIA e, a participação da equipa em acções de formação no âmbito da Auditoria Interna.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	S			Estão definidos os valores que regem a actividade do Instituto, no Código de Ética e Conduta, elaborado em 2010.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	S			É elaborado um plano anual de formação, com base nas necessidades detectadas na avaliação de desempenho e no diagnóstico das necessidades no início do ano.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	S			-----
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	S			Inspeção-Geral de Finanças

2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	S			-----
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	S			97,8 % dos trabalhadores foram sujeitos a avaliação de desempenho
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	S			75% dos trabalhadores do Instituto frequentaram acções de formação Profissional, durante o ano de 2010
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	S			Existem manuais ou normas para os procedimentos mais relevantes (ex. incentivos financeiros, controlo e fiscalização, assistência empresarial, planeamento, gestão de recursos, etc.)
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	S			Definida e formalizada através de Ordens de Serviço
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?			NA	É elaborado anualmente um plano de investimentos
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	S			Sempre que há sobrecarga de trabalho ou necessidades de competências específicas adicionais, os trabalhadores podem rodar de funções, reforçando as unidades ou integrando uma <i>Task Force</i> . Estas situações são formalizadas através de Ordem de Serviço.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	S			As responsabilidades funcionais das unidades orgânicas estão definidas em Ordem de Serviço. Enquadrados naquelas responsabilidades funcionais, anualmente são definidos, monitorizados e avaliados os objectivos, metas e indicadores, relativamente a todos os colaboradores.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	S			Nas áreas mais relevantes (Incentivos financeiros, Assistência empresarial, Certificação PME, Gestão de recursos)

3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	S		Existe um sistema informático de gestão documental suportado na definição clara dos circuitos
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	S		Criado em Dezembro de 2009
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	S		Foi executado e é monitorizado anualmente.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	S		Encontra-se em curso um projecto de desmaterialização de processos e arquivo digital.. Em algumas áreas já existem aplicações em funcionamento.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas, permitindo o cruzamento de informação?	S		Existe integração aplicacional entre os sistemas mais relevantes na actividade do Instituto.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos <i>outputs</i> dos sistemas?	S		As auditorias externas constituem um dos mecanismos que permitem aferir a fiabilidade dos sistemas e detectar oportunidades de melhoria. .
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	S		Os outputs são desenvolvidos de acordo com as necessidades dos serviços e objecto de revisão sempre que a necessidade é identificada.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	S		O Acesso ao DataCenter é condicionado. Existem mecanismos de controlo de acesso à informação.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	S		Está instituído um processo de <i>backups</i> .
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	S		É efectuada auditoria anual sobre os sistemas de segurança.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

No que respeita ao pnto 1.7. da Grelha de Controlo Interno, foi realizada, pela IGF, uma auditoria ao sistema de controlo interno, da qual ainda não foi dado conhecimento do Relatório Final.

iii. Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos

- **Certificação PME mais rápida**

O IAPMEI é o organismo responsável pela implementação até Maio de 2011, da M107 (SIMPLEX 2010) - Certificação de PME mais rápida, com o objectivo de simplificar o processo de Certificação de PMEs através da partilha de dados já fornecidos a serviços da Administração, designadamente, dos dados da Informação Empresarial Simplificada (IES), de forma a:

- (i) dispensar as empresas certificadas de os preencher novamente nos formulários das operações de manutenção da certificação;
- (ii) aumentar os níveis de fiabilidade da Certificação PME, garantindo que o estatuto atribuído a cada empresa resulta sempre dos mesmos dados já disponibilizados na IES;
- (iii) e simplificar o processo de controlo da Certificação PME, eliminando a necessidade de verificação dos dados já facultados à IES.

A execução da medida passa por desenvolver, para o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, uma transferência automática dos elementos constantes daquela declaração única das empresas certificadas, necessários à manutenção da certificação.

No âmbito dos procedimentos desenvolvidos para a implementação da M107 do SIMPLEX 2010 (Certificação de PME mais rápida) já foi efectivamente elaborado, entre o ITIJ/MJ e o IAPMEI/MEID, um protocolo tendente à possibilidade de transferência automática dos dados constantes das certidões da IES. Contudo, por impedimentos de natureza legal, esta transferência não pode ser feita tendo por base o NIF das empresas, como prevíamos, mas sim o código da certidão da IES, código esse que não consta dos elementos recolhidos na Certificação PME e que, por isso, teria que ser facultado ao IAPMEI a partir de agora pelas empresas. Ora isto significa que, uma vez que têm que ser adicionalmente solicitados a cada empresa que se encontra certificada, quer o seu código quer os de todas as empresas com as quais mantém relacionamentos relevantes nos termos do D.L. n.º 372/2007, para se poder aceder electronicamente aos dados constantes das respectivas certidões da IES, já não podemos falar em dispensa de preenchimento para as PME certificadas, como é objectivo da M107 (alínea i)). A isto acresce que, ficando dependentes da vontade de as empresas fornecerem ou não esses códigos, estaríamos a limitar fortemente o objectivo ii), de aumentar os níveis de fiabilidade da Certificação PME, uma vez que só poderíamos ter acesso aos dados da IES de algumas das empresas certificadas, ficando além disso restringidos a fazer verificações *a posteriori*, isto é, apenas depois de já atribuído o estatuto à empresa. E o mesmo se aplica ao objectivo iii).

Face ao exposto, ficamos impossibilitados de, face à actual legislação, executar a M107 do SIMPLEX 2010. Contudo, foi dada ao IAPMEI a garantia por parte do IRN/MJ, sem qualquer compromisso de calendarização para o procedimento, de que iria ser promovida a alteração legislativa que permitirá, no futuro, o acesso automático aos dados constantes das certidões da IES a partir de NIF das empresas.

iv. Actividades Desenvolvidas

iv. 1. Assistência Empresarial:

A assistência empresarial consiste num serviço criado para proceder ao acompanhamento de empresas, no âmbito das suas actividades de diagnóstico e análise estratégica e formulação de estratégias de investimentos e de qualificação de recursos humanos, baseando a sua actividade nos princípios da proximidade e da actuação em parceria, de acordo com o qual todas as iniciativas que são postas em prática devem sê-lo no nível mais próximo das empresas e em parceria com estas ou com as entidades da envolvente empresarial. Em termos conceptuais, a assistência empresarial é um serviço através do qual o IAPMEI deve entregar sempre algum tipo de valor às empresas que são envolvidas nas suas actividades.

Em termos de organização funcional, a assistência empresarial é estruturada em três níveis de intervenção:

- (i) facilitação e a simplificação;
- (ii) capacitação e a promoção de competências;
- (iii) co-produção de soluções.

A materialização destes eixos, no ano de 2010, passou pela realização das seguintes actividades:

1. Promoção de Competências Empresariais;
2. Promoção de Estratégias Empresariais de Crescimento;
3. Assistência Empresarial Personalizada;
4. Serviço Informativo;
5. Conferências.

No que respeita à **Promoção de Competências Empresariais** foram implementadas cinco iniciativas:

- > **Análise de competências em PME**, que teve por objectivo apoiar as PME na realização de diagnósticos sobre o nível de desenvolvimento das suas competências organizacionais através da aplicação de um modelo de auto-avaliação assistida e acompanhar essas mesmas empresas no desenvolvimento de planos de melhoria das suas competências;

- > **Programa de Formação-acção para PME**, com a finalidade de gerir o Programa de Formação-Acção para PME na qualidade de organismo intermédio para a tipologia de intervenção 3.1.1 do “Programa de Formação-Acção para PME”, do POPH do QREN;
- > **Formação em Novas Competências para a Competitividade**, que visou a organização de um programa de formação na Academia de PME dirigido ao desenvolvimento de novas competências para a competitividade das PME, tendo por base as necessidades detectadas pelo IAPMEI no relacionamento com as empresas;
- > **Encontros para a competitividade**, tendo em vista envolver as PME na discussão de ideias e oportunidades que possam sustentar estratégias empresariais de crescimento, através da realização de ciclos de encontros temáticos, sectoriais, locais e regionais;
- > **Reforço da ligação das Escolas Tecnológicas às PME**, designadamente no que se refere ao levantamento de competências em cada sector, à formação especializada e às estratégias de qualificação dos recursos humanos.

Relativamente à **Promoção de Estratégias Empresariais de Crescimento** a mesma envolveu a realização das seguintes iniciativas:

- > **Páginas amarelas do conhecimento**, que teve como finalidade identificar os centros de conhecimento que possam apoiar as PME nas suas estratégias de crescimento criando uma base de dados de suporte às iniciativas de intermediação no âmbito do Serviço de Assistência Empresarial;
- > **Estudo sobre as competências das PME para a Internacionalização** com o objectivo de avaliar o potencial de internacionalização das PME, elaborando-se para isso um questionário, a enviar por via electrónica, para 3 000 empresas.

Quanto à **Assistência Empresarial Personalizada** a sua materialização assentou na concretização das seguintes iniciativas:

- > **Elaboração do Manual do Gestor de Cliente na Assistência Empresarial do IAPMEI**, integrando o modelo de segmentação e desenvolvimento de um plano de formação interna;
- > **Realização de visitas de Assistência Empresarial**, suportadas num plano de contactos mensalmente elaborado.

Por sua vez, o **Serviço Informativo** envolveu a concretização das seguintes iniciativas:

- > **Serviço de Atendimento**, que tem como finalidade assegurar o atendimento presencial, por telefone e correio electrónico, na sede de cada Centro de Desenvolvimento Empresarial (CDE) e nas respectivas unidades de extensão;
- > **Serviço de Alerta a PME**, visa disponibilizar às empresas, a partir de cada CDE, um conjunto de informações úteis. Este serviço é alargado ainda às associações empresariais e outras entidades da envolvente empresarial;
- > **Serviço informativo 2.0**, com o objectivo de elaborar uma estratégia para a utilização dos media sociais no serviço informativo da assistência empresarial do IAPMEI.

No que respeita às **Conferências**, a sua dinamização passou pela realização de uma conferência internacional sobre os **Fab Labs Portugal: A inovação ao alcance de todos**, com a presença do fundador do conceito e dos coordenadores de dois Fab Labs europeus (Holanda e Noruega), visando difundir o conceito em Portugal e apresentar a proposta de uma futura rede de Fab Labs no nosso País.

Todas estas iniciativas visam promover o reforço das competências individuais e organizacionais das PME, consideradas como necessárias à implementação das suas estratégias de crescimento inovador e internacional e, por conseguinte, factores determinantes para melhorar a sua competitividade.

Foram, ainda, dinamizadas as seguintes actividades, no âmbito da assistência empresarial:

- > **Business Radar- Observatório da Dinâmica Empresarial**, que tem por finalidade avaliar, mensalmente, ao nível de cada uma das regiões (CDE), a evolução do tecido empresarial de uma região, recolhendo informação sobre os seguintes aspectos:
 - Empresas em situação de risco;
 - Empresas em situação de crescimento elevado;
 - Novos projectos empresariais emergentes.
 - Evolução da envolvente empresarial, destacando-se, neste âmbito, as actividades relevantes promovidas por Entidades Públicas, Associações Empresariais; Entidade do Sistema Científico e Tecnológico e outras entidades com relevância para a consolidação e desenvolvimento do tecido económico da região.

- > **Observatório de *Living Labs***, tem como finalidade avaliar as dinâmicas desenvolvidas pelos *Living Labs* no âmbito da inovação, constituindo, por isso, uma importante fonte de conhecimento, fundamental na definição de política de inovação, factor preponderante na competitividade das PME. Apresenta como principais objectivos:
- Recolher informação sobre a actividade e evolução dos *Living Labs* existentes em Portugal;
 - Acompanhar as dinâmicas que conduzam ao surgimento de novos *Living Labs*;
 - Promover as actividades dos *Living Labs* junto das PME;
 - Elaborar relatórios informativos sobre a matéria;
 - Fornecer informação aos *Living Labs* que possa ser útil para a sua actividade no âmbito da missão do IAPMEI.

O Observatório é constituído por uma equipa de colaboradores do IAPMEI cada um dos quais responsável pelo acompanhamento de um ou mais *Living Labs*.

Existem actualmente treze *Living Labs* sendo que cada membro do Observatório executa mensalmente um relatório sobre a actividade dos *Living Labs* adstrito.

- > **Lojas da exportação**, criadas pela Resolução de Conselho de Ministros nº 115/2009, de 19 de Novembro, que visam fazer o interface de relacionamento com as empresas exportadoras e potencialmente exportadoras, com a finalidade dinamizar a estratégia de internacionalização da economia portuguesa.

Neste sentido, as catorze lojas da exportação existentes dispõem de uma carteira de serviços com a seguinte configuração: Serviços Informativos, de apoio, de facilitação, de dinamização, de intermediação com os Centros de Conhecimento e de Inteligência Económica.

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais actividades desenvolvidas e resultados alcançados ao nível da Assistência Empresarial, no ano de 2010:

Objectivos Operacionais	Indicadores	Meta	Resultado	Grau de Realização
Aumentar o número de PME envolvidas em acções de formação e qualificação de competências estratégicas	N.º de PME envolvidas em acções de formação e de qualificação	350	430	123%
	N.º de PME envolvidas nos <i>Encontros para a Competitividade</i>	850	856	101%
Aumentar o nº de empresas e empreendedores com acesso facilitado ao financiamento	Nº de PME envolvidas em acções de aproximação às três sociedades de garantia mútua	150	119	79%
	Nº de PME envolvidas em acções de aproximação à sociedade de capital de risco Inovcapital	50	53	106%
Executar o plano de consolidação do Serviço de Assistência Empresarial	% de acréscimo das PME assistidas relativamente à meta de 2008, no âmbito do plano de consolidação do Serviço de Assistência Empresarial	110%	127%	115%
	Nº de primeiras visitas de assistência empresarial realizadas	848	892	105%
Executar o plano de criação do Gestor de Cliente da Assistência Empresarial (incluindo a elaboração do respectivo Manual)	% de realização associada à criação do gestor de cliente da assistência empresarial	90%	100%	111%
	Grau de realização do Manual do Gestor de Cliente da Assistência Técnica e teste do mesmo.	90%	100%	111%

Da análise do quadro, salienta-se o facto de, por um lado, no que diz respeito ao Indicador “N.º de PME envolvidas em acções de formação e de qualificação”, o desvio observado se ter ficado a dever à maior eficiência verificada na gestão das acções contratadas, e, por outro lado, o desvio negativo ao nível do indicador “N.º de PME envolvidas em acções de aproximação às três sociedades de garantia mútua” resultar da falta de projectos adequados, na sequência de uma retracção do investimento.

iv.2. Promoção da Inovação e da Eficiência Colectiva

As grandes linhas de actuação orientaram-se para concretizar a sua missão de promover dinâmicas de inovação empresarial, sobretudo ao nível das PME, através da valorização económica do conhecimento gerado pelo SCT, da indução de projectos de transferência de tecnologia e da dinamização de estratégias empresariais focadas na inovação e nos instrumentos de política pública associados. Assim, a actividade em 2010 centrou-se essencialmente em dois domínios estratégicos, sendo em ambos determinante não só o alinhamento com as políticas públicas nacionais e comunitárias em matéria de inovação, competitividade e PME's, como também a concretização no terreno dessas mesmas políticas, em larga medida, através de actividades desenvolvidas em articulação com a Comissão Europeia e com o QREN.

Dinamizar estratégias empresariais focadas na inovação e promover a adopção de boas práticas indutoras de competitividade

Enterprise Europe Network PT(EEN PT)

A EEN PT é uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Quadro para a Competitividade e Inovação. Seguindo uma lógica de “balcão único” especialmente orientado para as PME, a EEN está presente em cerca de 47 países e tem por objectivo ajudar as empresas a inovar e a melhor competir no espaço europeu. Em Portugal, a EEN é formada por um consórcio de nove entidades, liderado pelo IAPMEI, integrando parceiros de natureza pública e privada, actuando em diferentes actividades e cobrindo todo o território nacional.

No ano de 2010, verificou-se o encerramento do programa de trabalho da Rede para o período de Janeiro 2008 a Dezembro de 2011, dando continuidade às iniciativas de divulgação, consolidação de mecanismos de governação, actualização e incremento de conteúdos do portal, maior cooperação com *stakeholders* da envolvente empresarial, com destaque para a intensificação da cooperação com o Membro Associada AIP-Confederação Industrial e com clusters, bem como a uma crescente divulgação de informação sectorial de interesse para as PME.

No mapa seguinte identificam-se as actividades/iniciativas de maior relevo:

Actividades e Resultados
<p>Coordenação do consórcio e organização e realização de reuniões periódicas de monitorização;</p> <p>Participação nas reuniões do <i>Supervisor and Advisory Board</i> (SAG) da EEN, em representação do Consórcio e interlocutor único do Consórcio entre a EACI e a Comissão Europeia;</p> <p>Coordenação e consolidação do “PES - Performance Enhancement System - 30-month Report”, e apresentação à EACI/CE;</p> <p>Candidatura do Consórcio para 2011 e 2012 (aprovada pela EACI/CE) e articulação com a EACI do processo de contratualização do “WP2” respectivo. De acordo com a mesma os Serviços de Apoio à Internacionalização e à Inovação serão uma prioridade do programa de trabalho, incluindo o apoio na elaboração de candidaturas ao 7º PQ e o reforço da relação com os <i>stakeholders</i>;</p> <p>Acompanhamento do processo de auditoria da Comissão Europeia realizado em Novembro;</p> <p>Plataforma integrada de informação de suporte a todo o Consórcio (Knowledge Management System) – reforço da componente de gestão de clientes (CRM) o que permitiu uma actuação mais dinâmica e personalizada com os clientes. No final de 2010, encontravam-se registados 6112 clientes;</p> <p>Organização de <i>brokerage events</i> e/ou de missões empresariais – 7, com 66 empresas participantes;</p> <p>Realizações de acções no âmbito do 7º PQ – 5;</p> <p>Oportunidades de negócio estrangeiras publicadas – 266;</p> <p>Oportunidades de negócio portuguesas inseridas na base de dados europeia – 30;</p> <p>Casos submetidos na “SME Feedback database” – 94;</p> <p>Produção de estudos/relatórios – “Relatório de estudo de Vales Inovação e I&DT” e dossier temático “Oportunidades de financiamento para PME no âmbito do 7º PQ”.</p>

Benchmarking e Innovation Scoring

A este nível, em 2010, a actividade desenvolveu-se, essencialmente, em dois planos

Em primeiro lugar deu-se plena continuidade à iniciativa de reformulação de todo o modelo de gestão e aplicação do Programa Benchmarking e Boas Práticas (BBP), de acordo com o Plano de acção definido e no contexto do qual foram produzidos estudos, relatórios e outros conteúdos.

Esta iniciativa visa actualizar e valorizar esta ferramenta como instrumento indutor de inovação e de melhorias na competitividade das PME, procurando em paralelo vir a garantir a melhoria da sua aplicação junto das empresas.

O quadro seguinte identifica as etapas do plano referido bem como os documentos mais relevantes produzidos.

Etapas	Resultados /Relatórios produzidos
Actualização do site do BBP	“O Benchmarking como área de intervenção do IAPMEI. Que futuro?” (1) “Relatório de análise de benchmarking – Consultoras”(2) “Relatório Comparativo entre exercícios e relatórios de Benchmarking”(2)
Avaliação operacional, de gestão e tecnológica do modelo	“Relatório de excelência – Análise da Base de dados do índice de benchmarking”(2)
Avaliação de impacte do modelo	“Caderno de encargos para contratação de serviços nova plataforma informática”(3)
Definição de uma nova plataforma informática	“Relatório de actividades dos Consultores Nacionais de Benchmarking-2009”(1)
Revisão do módulo de inovação	“Relatório de análise às respostas do questionário de satisfação de clientes BBP-2009”(1)
Revisão do módulo base	Celebração de protocolo de colaboração com UAL – Universidade Autónoma de Lisboa;
Gestão do processo	Celebração de contrato de prestação de serviços para revisão do Módulo de Inovação do BBP.

Notas: (1) – Trabalho produzido internamente; (2) Trabalho resultante do protocolo com a UAL; (3) Trabalho em colaboração com o DpSIC

Em segundo lugar, foi assegurada a actividade de gestão do actual Programa de BBP e reforçada a colaboração com a COTEC no contexto do Innovation Scoring, de acordo com o quadro seguinte:

Actividades e Resultados
<p>No âmbito do acesso ao <i>ESBI – European SME Benchmark Index</i> foi iniciado o processo de negociação com a empresa detentora deste sistema para renovação do contrato de utilização da plataforma associada;</p> <p>No que diz respeito à aplicação da Metodologia BBP junto das empresas, os indicadores de desempenho e utilização deste Programa evidenciam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a utilização do sistema de informação Índice de Benchmarking Português (IBP), que conta actualmente com cerca de 2470 empresas das quais 470 aderiram em 2010 e, 832 empresas realizaram exercícios de Benchmarking de âmbito nacional; - a utilização do sistema de informação European SME BenchmarkIndex (ESBI), que conta actualmente com cerca de empresas 521 empresas portuguesas, das quais 20 aderiram em 2010 e, 21 empresas realizaram exercícios de Benchmarking de âmbito internacional. <p>A utilização da ferramenta de auto diagnóstico Innovation Scoring, desenvolvida em parceria com a COTEC, e que permite às empresas avaliar as suas capacidades e desempenho de inovação, estimulando-as a desenvolver inovação de uma forma mais sistemática, eficiente e eficaz, registou durante o ano mais de 310 acessos, embora o nº de exercícios concluídos (133) aponte para um melhor equilíbrio dos índices de utilização desta ferramenta, comparativamente aos índices registados no ano anterior, continuando a merecer por parte da COTEC e do IAPMEI uma melhoria na forma de abordagem.</p>

European Enterprise Awards

Neste âmbito o IAPMEI organizou a sessão de encerramento da fase nacional relativa à 4ª edição dos EEA (EEA 2010), que contou com franca adesão de representantes das entidades participantes (empresas e entidades da envolvente), Representante da Comissão Europeia, Membro do Governo e outras individualidades públicas. Esta sessão visa reconhecer publicamente o empenho das entidades participantes, anunciar e apresentar os projectos melhor classificados por categoria e anunciar os 2 projectos eleitos para representar Portugal na final europeia, que decorreu em Maio de 2010, em Madrid. Na mesma linha, o IAPMEI lançou a 5ª edição dos EEA, promovendo e dinamizando a fase nacional, no quadro das atribuições que lhe estão cometidas enquanto entidade nacional para esta iniciativa da Comissão Europeia que visa distinguir e premiar actividades de relevo que apoiem a iniciativa empresarial em toda a Europa, a nível nacional e a nível europeu, estas seleccionadas nas fases nacionais de cada Estado-Membro. Nesta 5ª edição dos EEA, Portugal, posicionou-se pela quarta vez consecutiva em segundo lugar no conjunto dos 30 países participantes, em termos de número de candidaturas recebidas na fase nacional.

Semana Europeia das PME

Englobando um conjunto diversificado de eventos, a edição “Semana Europeia das PME 2010”, Portugal no conjunto dos 37 países, posicionou-se em 4º lugar em termos de número de eventos realizados - 94 eventos. Para tal contribuiu todo um esforço de divulgação, promoção e captação da procura, que o IAPMEI, enquanto Coordenador Nacional na vertente ““Ministry expert”, desenvolveu, através de um conjunto integrado de acções.

Sendo uma das medidas adoptadas para a aplicação do “Small Business Act”, a “Semana Europeia das PME” é enformada pelos eventos que decorrem nos Estados Membros da União Europeia e em outros países que se associam à iniciativa.

Promoção da valorização económica do conhecimento gerado pelo SCT e de projectos indutores de transferência de tecnologia

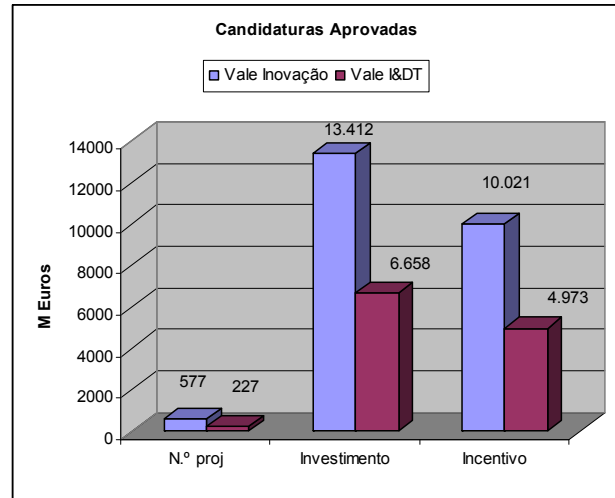
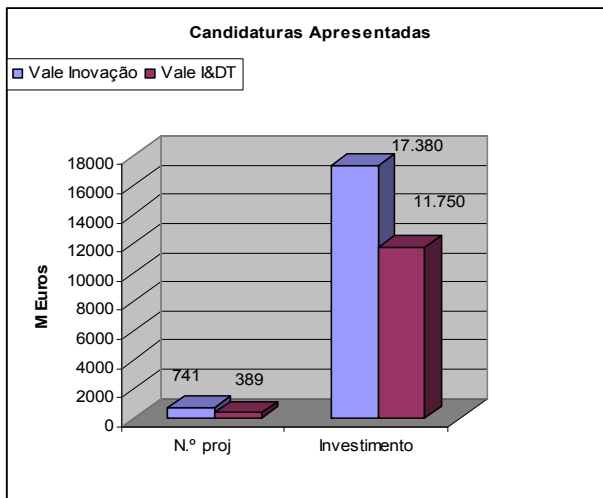
Sistema de incentivos às PME - Vale I&DT e Inovação

Os instrumentos “Vale Inovação” e o “Vale I&DT”, lançados em 2008 no quadro do QREN, têm vindo a evidenciar-se como um apoio importante para as empresas na resolução de necessidades específicas que exigem uma actuação atempada e rigorosa, através do reforço das suas capacidades técnica, tecnológica e de inovação, quer ao nível da produção de novos produtos e serviços, quer ao nível da inovação organizacional, estratégica ou de mercados.

A gestão destes instrumentos pelo IAPMEI continua a assumir uma relevância importante na prossecução dos objectivos e da missão do Instituto na vertente de promoção da inovação empresarial, tendo por base iniciativas que promovam uma eficaz aproximação das empresas às entidades e centros de saber.

Os instrumentos “Vale Inovação” e “Vale I&DT” destinam-se a apoiar projectos promovidos por micro e PME em articulação com entidades e centros de saber (128 entidades, previamente qualificadas para o efeito), com o objectivo de adquirir e endogeneizar o conhecimento por elas gerado, e, com ele, desenvolver competências internas que lhes permitam evoluir para novos patamares de inovação e alavancar os seus factores de competitividade.

Desde o seu lançamento foram abertos oito concursos (quatro de cada tipologia de vale) para recepção de candidaturas de empresas, no contexto dos quais foram aprovadas mais de 800 candidaturas e contratados 772 projectos (92% do total dos aprovados), envolvendo 20 milhões de euros de investimento e 14 milhões de euros de incentivo. O investimento elegível médio do conjunto de projectos aprovados é de 25 mil euros.



Relativamente à repartição das candidaturas aprovadas por tipologia de Vale, refira-se que cerca de 72% dos projectos aprovados se insere no âmbito do Vale Inovação e 28% no Vale I&DT.

Contrariamente aos anos anteriores, no ano transacto não se verificaram aberturas de novos concursos para esta tipologia de projectos, tendo a actividade da equipa evoluído para a consolidação das fases associadas ao acompanhamento dos projectos, com destaque para o acompanhamento financeiro, técnico e encerramento de projectos e para a melhoria das ferramentas de gestão destes instrumentos, tendo em vista a eficiência na gestão e a eficácia junto das empresas. Assim sendo, a actuação do Instituto incidiu essencialmente nos processos de pagamento de incentivo, tendo sido analisadas cerca de 1000 formalizações das empresas promotoras às quais foi dada a correspondente resposta, seja ao nível de pedidos de pagamento e pedidos de certificação de despesa, recalendarizações e outras alterações processuais.

Durante o presente ano foram efectuados pagamentos na ordem dos 5,8 milhões de euros, decorrentes de 655 pedidos formalizados.

Uma vez definidas no final do primeiro semestre, pelas Autoridades de Gestão do QREN, as regras associadas ao encerramento dos projectos enquadrados neste instrumento, foram realizadas as iniciativas associadas à implementação interna deste processo, que permitiu o encerramento formal ainda em 2010 de 10 projectos envolvendo 150 mil euro de incentivos, que apresentaram um grau de execução financeira face ao contratado de 100%.

Todo este processo envolveu o desenvolvimento e a consolidação das estruturas internas de funcionamento (organizacionais, técnicas e humanas) adequadas à gestão e acompanhamento dos projectos, desde a análise ao encerramento, incluindo, nomeadamente, a participação no processo de validação e teste de formulários e ferramentas de apoio à gestão dos processos, sistemas de informação e guias de apoio ao promotor e beneficiário.

Ainda no campo dos sistemas de gestão e tratamento da informação associada aos processos de inovação empresarial foram desenvolvidas duas iniciativas:

- Concepção e implementação de um sistema de gestão de informação associado à gestão dos projectos indutores de transferência de tecnologia, em colaboração com o DpSIC;
- Concepção de um projecto para o lançamento de uma rede de inteligência estratégica em inovação – Observatório IAPMEI de Inovação Empresarial.

Participadas Tecnológicas do IAPMEI

Participação nas AG das entidades participadas ou nas reuniões de Direcção, nas quais os elementos da DPI são parte dos Órgãos Sociais ou membros do Conselho de Administração, respectivamente, de acordo com a lista de entidades e nº de reuniões:

Participadas	Nº de reuniões
CITEVE	13
CTIC	16
APCER	22
PROMONET	3
IBET	2
CENTIMFE	2
CEIIA	2
CEDP	2
ICAT	2
CTCOR	1
Conselho Consultivo Cluster Madeira e Mobiliário	2

Relativamente às actividades não previstas, foram desenvolvidas:

- Participação na parceria que deu origem à criação do “PT Learning Working Group”, uma plataforma de conhecimento que se constitui como uma rede de agentes que pretendem promover a gestão do conhecimento organizacional e a gestão de negócios, por meio de um processo de aprendizagem activo e contínuo (sistémico), focado na internacionalização e na competitividade, com recurso a plataformas online. Por falta de recursos, não se deu sequência a esta colaboração;
- Organização conjunta IAPMEI, GNIP- Grupo Nacional para a Integração de Processos e outros Parceiros, do Workshop Internacional “Energy optimization in industry and the reduction of CO2 emissions”, realizado na Lispolis. Paralelamente, o IAPMEI acolheu a realização de uma reunião da Comissão Executiva do IETS, e que contou com a presença de representantes de diversos países membros do IETS, os quais durante dois dias abordaram a actividade de vários anexos do IETS e perspectivaram novas iniciativas a desenvolver;
- Contactos exploratórios e elaboração de proposta para a participação do IAPMEI /DPI no consórcio internacional para uma candidatura ao 7º PQ com o Projecto PERCEPTUM- Crowdsourcing Innovation. Não obstante o acordo do CD para esta participação, não houve na altura da concretização da candidatura disponibilidade de recursos humanos e financeiros para concretizar a formulação da candidatura e a assumpção de compromissos financeiros daí decorrentes;
- No âmbito específico da EEN: Follow-up a First Company Visits - 535; Boas Práticas: boa prática no âmbito da cooperação com o Gabinete com do 7º PQ, aprovada e largamente divulgada pela EACI/CE, com entrevista ao Coordenador do Consórcio por jornalista belga para a NetLife (esta newsletter é difundida para por todos os Consórcios no mundo (mais de 600 entidades) e publicada online; boa prática aprovada pela EACI/CE no âmbito da promoção que a Rede faz ao EBTP;
- European Business Test Pannel (EBTP): uma ferramenta única através da qual as empresas aderentes integram um painel de observação e consulta da Comissão Europeia. Sendo um canal privilegiado de comunicação com a Comissão, este painel é particularmente importante no apoio aos decisores políticos da UE em matérias de âmbito empresarial. As empresas membros do

EBTP, em contrapartida, podem aceder em primeira mão a informações, orientações e novas propostas a emanar da Comissão Europeia em tudo o que respeita ao negócio onde se inserem.

Actualmente, o EBTP integra cerca de 3545 empresas, de diferentes dimensões e actividades, por todos os Estados-membros. Visando aumentar a participação portuguesa neste painel, foi desenvolvido um conjunto de actividades integradas que incorreram num aumento de cerca de 38,5 % de empresas portuguesas registadas no painel do EBTP. De salientar que em final de 2010 Portugal registava 70% do total de empresas que a Comissão Europeia definiu para o nosso país até final de 2012.

- Projecto EFINERG – Eficiência Energética em PME: Trata-se de um projecto SIAC/COMPETE em co-promoção AEP/IAPMEI no âmbito do qual o IAPMEI estabeleceu parcerias com seis entidades, a saber: LNEG, ADENE, CATIM, CTCV, CITEVE, RECET e que conta ainda com a participação do PCTE (Pólo de Competitividade e Tecnologia para a Energia). O projecto, a realizar entre 2010 e 2011, visa alavancar o potencial de melhorias ao nível da eficiência energética em PME com consumos entre 250 e 500 TEP, dos 5 sectores industriais: Cerâmica e Vidro, Metalomecânica, Têxtil e Vestuário, Madeira, Mobiliário e Cortiça e do sector Agro-alimentar. A abordagem aos sectores terá por base a realização de inquéritos, e a elaboração dos respectivos diagnósticos, em 125 empresas.;

Pretende-se também avaliar em que medida as oportunidades de melhoria identificadas numa base sectorial têm correspondência com a oferta de instrumentos de apoio ao nível das políticas públicas, nomeadamente QREN. Como *deliverables* do projecto apontam-se para além dos estudos e relatórios sectoriais, a edição de um plano estratégico para a eficiência energética.

O nível de execução do plano de trabalhos associado está patente no Mapa seguinte:

Eixos do Projecto	Resultados Dez 2010
Divulgação e disseminação do projecto	Realizada a Conferência de lançamento em 26 de Abril Realizados 4 seminários de divulgação sectorial Produção de conteúdos de divulgação Contributos para a implementação do Portal da Eficiência Energética
Caracterização e visão prospectiva da eficiência energética nas PME	Definidas as metodologias e estruturas dos relatórios e estudos
Estudos da eficiência energética nos sectores	Elaboração do Inquérito para realização dos diagnósticos Elaboração da estrutura do diagnóstico Teste do inquérito em 4 empresas Elaboração dos 4 diagnósticos respectivos
Definição e proposta de uma estratégia de implementação	Não aplicável nesta fase
Gestão do projecto	Realização de 10 reuniões da parceria Concretização dos processos de contratação pública com as 6 entidades parceiras do IAPMEI e celebração de 3 contratos Elaboração do Relatório de progresso para o COMPETE

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais actividades desenvolvidas e resultados alcançados ao nível da Promoção da inovação e da eficiência colectiva:

Objectivos Operacionais	Indicadores	Meta	Resultado	Grau de Realização
Aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação	Nº de PME envolvidas em acções de promoção-piloto com entidades da envolvente, indutoras de inovação e competitividade	250	320	128%
	Proporção de execução do plano de acções de identificação de oportunidades para uma rede de inteligência estratégica em inovação	95%	96%	101%
Aumentar a produção de informação e conhecimento relevante de suporte às iniciativas empresariais	Nº de boas práticas/estudos/casos divulgados	10	13	130%
	N.º de clientes da rede EEN PT/IAPMEI	5300	6112	115%
	Proporção de execução das acções da Enterprise Europe Network PT	80%	95,25%	119%
Melhorar a eficiência na gestão dos projectos indutores de TT	Proporção de realização de um plano de acção para a concepção e implementação de um sistema de gestão de informação associado à gestão dos projectos indutores de transferência de tecnologia	80%	84%	105%
Melhorar a qualidade e a visibilidade das ferramentas de apoio à inovação	Proporção de realização associada à concepção e arranque de novo modelo “BBP para a Inovação”	80%	88%	110%

Relativamente ao nº de PME envolvidas em acções de promoção-piloto com entidades da envolvente, indutoras de inovação e competitividade – foi obtido um resultado de 320 empresas para uma meta de 250, motivado pela realização de acções inicialmente não programadas de são exemplo o *Matchmaking Event* entre empresas portuguesas e turcas e o Workshop sobre o 7º PQ – Espaço, Segurança e PME, no âmbito da EEN.

Quanto ao nº de clientes da Rede EEN PT/IAPMEI – para uma meta de 5300 clientes, registou-se a inscrição de 6112 clientes, dado o esforço acrescido para a sua inserção no CRM (KMS – *Knowledge Management System*);

A proporção de realização associada à concepção e arranque do novo modelo “BBP – Benchmarking e Boas Práticas para a Inovação” – para uma meta de 80%, foi atingido um grau de execução de 88%, conseguido através de um grau de execução da fase de concepção de 97% e de um grau de execução da fase de implementação de 55%.

Relativamente aos outros indicadores incluídos no Plano de Actividades:

- Nº de agregados de eficiência colectiva acompanhados: 9 (para uma meta de 9);
- Nº de participantes da SME Week PT – cerca de 1000 participantes nas sessões co-organizadas pelo IAPMEI (para uma meta de 800);
- Nº de candidaturas á fase nacional do European Enterprise Awards – 44 (para uma meta de 40);
- Nº de empresas utilizadoras das ferramentas estratégicas para a inovação – 2603 (2470 do “BBP” e 133 do Innovation Scoring, para uma meta de 2150).
- Nº de PME envolvidas na realização de projectos de Transferência de Tecnologia e de aplicação de Boas práticas com entidades da envolvente: este indicador não foi cumprido, por razões alheias, uma vez que não abriu concurso para os vales de 2010.

iv.3. Financiamento Empresarial orientado para a dinamização do empreendedorismo em segmentos prioritários

A actividade económica em Portugal em 2010 continuou a estar condicionada pelos efeitos da crise económica e financeira internacional, tendo-se acentuado os constrangimentos de acesso a financiamento pelas empresas portuguesas em particular pelas PME, pela redução da oferta de crédito por parte do sector bancário.

As medidas adoptadas no domínio de financiamento, a par de outras medidas públicas, e, sobretudo, do esforço e iniciativa do sector empresarial, permitiram alcançar o crescimento de 1,4% do PIB e de 16% das exportações, num ano em que se adoptaram medidas contraccionistas visando a redução do défice público.

As medidas levadas a cabo, que visam facilitar o acesso a financiamento pelas PME, inserem-se numa filosofia consonante com o Programa INOFIN, o qual assenta na criação de soluções de financiamento (Crédito e Capital) envolvendo a partilha pública de risco, são disponibilizadas através de operadores de mercado (bancos, operadores de capital de risco e outras entidades financeiras).

Foram mantidas e adoptadas novas medidas de política pública, visando facilitar o acesso a financiamento pelas PME, destacando-se as seguintes: manutenção e lançamento de novas Linhas de Crédito PME Investe, o alargamento da oferta de Capital de Risco, através da manutenção do PME consolida (FACCE e FIEAE), o lançamento de novos Fundos de Capital de Risco e a manutenção e criação de linhas de Seguros de Crédito.

No que concerne às soluções de financiamento, destaca-se o FRME, no âmbito do SIRME - Sistema de Incentivos Financeiros à Modernização, instrumento financeiro específico que tem por objectivo a revitalização e modernização de empresas.

A par da participação na concepção, desenvolvimento e divulgação de Soluções de Financiamento, o IAPMEI intervém na dinamização e assistência aos empreendedores e às empresas através do programa INOFIN (FINICIA, FINCRESCCE e FINTRANS) e do AGIIRE (SIRME- Sistema de Incentivos Financeiros à Modernização, PEC - Procedimento Extrajudicial de conciliação e PIRE - Processo de Insolvência e de Recuperação de empresas).

As actividades a desenvolver em 2010, estiveram sujeitas a fortes constrangimentos, em particular durante todo o 2º semestre, resultante das dificuldades criadas à mobilização de recursos financeiros para a aquisição de serviços indispensáveis à realização de acções previstas no plano de desenvolvimento dos Programas INOFIN. Também a morosidade na implementação dos Fundos de Capital de Risco aprovados no âmbito do SAFPRI/COMPETE, condicionou a possibilidade de aportar financiamento a projectos de empreendedores e empresas.

Contudo, apesar das restrições e constrangimentos já referidos, devem-se destacar as seguintes acções, dinamizadas durante o ano de 2010, ao nível da área do financiamento empresarial, orientado para a dinamização do empreendedorismo e de segmentos proritários:

- > No âmbito do **FINICIA**, a realização de 140 sessões de sensibilização e divulgação no âmbito de redes de parceria e para a realização do evento *Finicia Jovem*, na semana europeia das PME. Destaca-se, também, a mobilização ampla dos municípios (mais de 90% nas Regiões de Convergência), no âmbito das comunidades intermunicipais para o apoio integral ao empreendedorismo de base local, a qualificação dos agentes de apoio aos empreendedores e o reforço do ecossistema de suporte ao empreendedor (robustecimento de redes locais de suporte, introdução de metodologias e ferramentas);
- > Ao nível do **FINCRESCCE**, a distinção de 6776 PME com o estatuto PME Líder e a realização da cerimónia PME Excelência 2010, com a distinção de 1105 PME;
- > O **FINTRANS** atingiu 200 registos de empresas interessadas em operações de transmissão empresarial, tendo sido realizadas 12 sessões de divulgação e um workshop, na Lousã, no âmbito da Semana Europeia das PME que contou com mais de 200 participantes;
- > A área da **Revitalização Empresarial** continuou a assegurar a função de *front-office* do IAPMEI para as empresas com dificuldades económicas e financeiras, salientando-se:

- No âmbito do SIRME, a análise de 15 operações, das quais foram aprovadas 8, a que correspondeu um investimento global de 16,3 milhões de euros e a recuperação de 1400 postos de trabalho;
 - Ao nível do PEC, concretizou-se a expectativa de elevada afluência em termos de utilização deste Instrumento de Recuperação, tendo sido apresentados 242 novos requerimentos, extintos 203, celebrados 98 acordos e tendo ficado para análise 151;
- > No domínio da **Inovação Financeira**, da concepção, da gestão e acompanhamento de participadas e de fundos salientam-se:
- Criação de condições para abertura do mercado de capitais para pequenas capitalizações (Alternext Lisbon), com a elaboração de um regulamento para o *Fundo Liquidity Provider*, a ser apresentado aos investidores durante o ano de 2011. Realizou-se, em Novembro, em Évora, o IPO Day, evento anual de iniciativa da Euronext Lisbon, com o apoio do IAPMEI e da Ernst & Young, e que contou com a participação de PME Líder convidadas;
 - Apresentação e aprovação, pelo Conselho Directivo, de uma proposta para um novo modelo de intervenção financeira, para apoio das PME vítimas de catástrofes e calamidades;
 - Definição de soluções adequadas ao financiamento de operações de transmissão;
 - Participação em órgãos de gestão de Participadas Financeiras, com destaque para as Sociedades de Garantia Mútua e de operadores de capital e Risco;
 - Acompanhamento da execução de Fundos de Capital e Risco, constituídos no âmbito do PEDIP, quer para efeitos internos, quer no âmbito de auditorias e fiscalizações do Tribunal de Contas e IGF.

No âmbito do FINICIA, e no que respeita à gestão de apoios à estruturação de ideias e a projectos em fase de arranque, foi possível atingir resultados significativos e desenvolver novas iniciativas que irão contribuir para a dinamização do empreendedorismo, assim como gerar e concretizar novas oportunidades de negócio em todo o País. Tiveram continuidade os esforços para melhorar o ambiente favorável ao empreendedorismo, apesar dos constrangimentos que afectaram o desenvolvimento do programa, nomeadamente o menor número e menor qualidade de projectos na área do empreendedorismo inovador; a ausência de mecanismos de capital de risco Pré-seed e Early Stage (esgotamento de fundos FINICIA e atraso na constituição dos novos fundos - dos 9 aprovados, apenas 3 foram criados e já no final de 2010); a conjuntura económica desfavorável, com restrições ao crédito, levando ao decréscimo do número de operações e a uma maior morosidade na análise; o surgimento de soluções alternativas às Linhas Finicia com condições mais atractivas, (produtos de microcrédito e de microfinanças), Linhas de Crédito PME Investe- Micro e Pequenas Empresas e soluções do IEFP

Microinvest e Invest+; restrições orçamentais fortes e procedimentos a nível da contratação de serviços condicionaram a oferta de assistência técnica, no âmbito da introdução da Portaria 371 – A.

Proseguiu-se na dinamização de diversas vertentes do empreendedorismo, destacando-se o alargamento de parcerias a novos agentes e actores, no desenvolvimento de novas soluções e na realização e participação directa num amplo número de acções de sensibilização, divulgação, animação e detecção, devendo salientar-se:

- Resultado do aumento do número de parcerias e da ausência de projectos emergentes de qualidade, foi reforçada a área da participação em sessões de animação, de divulgação, informação e com carácter formativo;
- Durante o ano de 2010, a equipa participou directamente na realização de mais de 140 sessões, com um público aproximado em sala de 10 500 indivíduos.
- Na área dos públicos à distância (via participação em portais do empreendedorismo), foram atingidos mais de 29 500 indivíduos.
- Em 2010 beneficiaram de financiamento, no âmbito das soluções Finicia, 239 empresas (contra 372 em 2009), tendo o valor acumulado ultrapassados as mil operações, entre crédito e capital de risco. A maior contracção verificou-se ao nível dos fundos municipais, onde deverá haver, no futuro, maior intervenção na detecção e dinamização.

Ao nível da assistência técnica, para responder aos parcos resultados de iniciativas isoladas, à sobreposição de iniciativas no terreno (com excesso de oferta em determinadas áreas e falhas de mercado noutras) e ao excesso de segmentação de iniciativas, está a ser introduzido um projecto de empreendedorismo de base local, a que tem chamado “Portugal Empreendedor”, baseado em pequenas redes locais de parceiros e numa metodologia testada e com avaliação rigorosa, abrangendo os seguintes passos:

- Diagnósticos locais de oportunidades de negócio e de equipamentos utilizáveis por empreendedores, e chamada do poder político local na sensibilização para o empreendedorismo;
- “Ateliers” de criatividade para a emergência de ideias de negócio e passagem a conceito de negócio e capacitação ou formação em sala para robustecimento do plano de negócios e conceitos básicos de gestão;

- Acompanhamento dos novos empresários na procura de financiamento em todas as soluções disponíveis no mercado, e acompanhamento e mentoring do empreendedor ao longo do primeiro ano de vida da empresa;
- Nas Regiões de Convergência, conseguiu-se a adesão da generalidade dos municípios através de Comunidades Intermunicipais a este programa, com o desenvolvimento de projectos de Empreendedorismo de Base Local, que serão co-financiados no âmbito dos PO regionais;
- No âmbito deste programa, destaque para o alargamento substancial da rede de parcerias:
 - As Comunidades Intermunicipais das Regiões de Convergência, que envolvem cerca de 200 municípios, em projectos de dinamização de Empreendedorismo de base local;
 - Novos parceiros importantes, transversais na área da originação, como o IEFP, para quem se fez, já durante o ano de 2011, a primeira acção de formação para dirigentes intermédios de primeira, segunda e terceiras linhas;
 - Foram, igualmente, envolvidas parcerias na área do Empreendedorismo Social, com destaque para a Cruz Vermelha Portuguesa, Fundação Aga Khan e Misericórdia de Lisboa;
 - No âmbito local, chamou-se “a jogo” pequenas incubadoras locais ou agências de desenvolvimento local, bem como fundações com intervenção nesta área (de que a Fundação Eugénio de Almeida ou Rui Nabeiro são exemplos).
 - Com o apoio da FLAD e do CEEP (Centro de Estudos para o Empreendedorismo em Portugal), incentivou-se a criação de um grupo de trabalho interministerial, que reúne as áreas da Economia, do Trabalho, da Educação e a Presidência do Conselho de Ministros, estando prevista a entrada, a curto prazo, do Ministério da Ciência e Ensino Superior.
 - O IAPMEI conseguiu, a par do financiamento para o suporte integral ao empreendedor, verbas significativas para trabalhar, em conjunto com os seus parceiros, a área do empreendedorismo nas escolas, estando ainda previsto, o reforço da actuação conjugada com o Instituto Português da Juventude para toda a Comunidade Escolar.

O FINCRESCE ficou marcado, em 2010, pelo reforço do interesse, por parte das PME e do sistema financeiro, pelo Estatuto PME Líder, que foi atribuído a 6776 empresas e pela realização da Cerimónia PME Excelência 2010, em que foram distinguidas 1015 empresas.

Das 6776 empresas com o Estatuto PME Líder, 6566 possuem CAE do âmbito do IAPMEI e 210 têm CAE de Turismo.

Em 2010, continuou o alargamento das parcerias com o Banco Espírito Santo dos Açores, tornando-se no sétimo parceiro bancário a associar-se ao Programa FINCRESCE.

A importância deste segmento de empresas é relevada por vários parceiros e instituições, sendo as empresas solicitadas para várias iniciativas, daí que o resultado obtido no final do ano de 2010 tenha sido bastante superior àquele que estava inicialmente previsto. A sua relevância fica patente nos indicadores agregados e de desempenho que apresentam:

Indicadores	31.12.2009	31.12.2010
Número de "PME Líder"	5244	6777
Volume de Negócios	25.900 M€	28.616 M€
Resultado Líquido	962 M€	1.150 M€
Activo Líquido	20.300 M€	19.400 M€
Capitais Próprios	8.160 M€	10.255 M€
Volume de Emprego	190.000	220.237
Rendibilidade dos C. Próprios	11,80%	11,20%
Autonomia Financeira	40,0%	41,0%

Benefícios PME Líder

No que diz respeito aos benefícios para as PME Líder, destaca-se a campanha lançada pela Galp Energia, no final do ano, e dirigida a todas as PME Líder. Esta campanha tem como suporte um cartão Galp Frota com o logótipo da PME Líder que concede descontos em combustíveis, lavagens, reparações, entre outros.

O benefício mais procurado continua a ser o referente às Linhas PME Investe. Desde Julho de 2008 até 31 de Dezembro de 2010, beneficiaram destas Linhas 3106 PME Líder, que absorveram 36% do total dos financiamentos concedidos:

Linhas PME Investe	N.º de Operações	%	Valor de Financiamento	%
PME Líder	5.110	6,1%	2.745.026	35,7%
Outras Empresas	78.104	93,9%	4.944.740	64,3%
Total	83.214	100%	7.698.766	100%

Notoriedade e Comunicação com o mercado

Várias iniciativas têm sido mantidas e desenvolvidas para reforço da visibilidade e notoriedade das PME Líder, destacando-se as seguintes:

- Manutenção de uma lista actualizada de todas as PME Líder em www.pmelider.pt;
- Parceria com jornal para sinalizar empresas com bons desempenhos, boas práticas, produtos inovadores ou capacidade exportadora;
- Publicação da segunda edição das Revista PME Líder, como encarte do Diário Económico. A revista integrou a edição de 25 de Fevereiro, fazendo referência a todas as PME Líder e apresentando um conjunto de entrevistas a várias personalidades da esfera pública e privada;
- Seminários PME Líder: Em parceria com o Banco Espírito Santo foram realizados 4 Seminários temáticos dirigidos às PME Líder a que assistiram 2.000 PME Líder, de acordo com o seguinte calendário:

Data	Local	Tema	Presenças
Jul.01	Sta Maria Feira	Estratégia	1000
Set.21	Porto	Liderança	400
Out.11	Braga	Inovação	300
Nov.15	Leiria	Marketing	300

As sessões envolveram oradores de referência internacional, como o Prof. Stephane Garelli, da Escola de Gestão Suíça IMD e da Mackinsey, para além de outros oradores e representantes de PME que apresentaram os seus casos.

PME Excelência

A cerimónia da PME Excelência decorreu no dia 14 de Dezembro, no Europarque, e distinguiu 1.105 PME pelos seus níveis excepcionais de desempenho:

Indicadores	PME Excelência 2010
N.º de PME Excelência	1.105
Volume de Negócios	4.545 M€
Resultado Líquido	375 M€
Activo Líquido	3.702 M€
Capitais Próprios	1.906 M€
Volume de Emprego	37.120 M€
Rendibilidade dos Capitais Próprios	19,7%
Autonomia Financeira	51,5%

Programa FINTRANS – Dimensão e Transmissão Empresarial

As actividades realizadas e os resultados alcançados, apresentados seguidamente, demonstram que a transmissão empresarial é uma área relevante que deverá ser desenvolvida pelo IAPMEI, ao serviço das empresas e da economia nacional. Na realidade, a temática da transmissão, associada ao redimensionamento empresarial através de fusões e aquisições, mas também como resposta a problemas associados à sucessão empresarial e à ausência de estratégias e modelos de desenvolvimento em muitas PME, tem vindo a assumir grande importância e preocupação por parte de entidades públicas e privadas.

O IAPMEI tem, no FINTRANS – Dimensão e Transmissão Empresarial -, a possibilidade de aprofundar e estender a sua intervenção neste domínio, pelo será importante, num período de constrangimentos financeiros, mobilizar competências internas e articular os serviços mais directamente relacionados com o apoio e assistência às empresas, o que foi planeado para 2011.

Tratando-se de um programa que intervém numa área de grande sensibilidade, por envolver fusões e aquisições de empresas, uma das áreas de maior relevo é a da sensibilização, divulgação e detecção de oportunidades, tendo neste domínio sido concretizado um vasto conjunto de acções em parceria com Associações Empresariais

Após a Conferência de Lançamento, concretizada em 23 de Abril de 2009, no Europarque, em Matosinhos, que contou com a participação de mais de 600 empresas, foram realizadas mais 27 sessões, das quais 10 em 2010. Estas sessões, que tiveram como temática única ou importante a transmissão empresarial, contaram com a participação directa de quadros da DPIF/IAPMEI e nelas estiveram presentes cerca de 1400 participantes, dos quais 467 em 2010. A temática da transmissão empresarial foi ainda promovida através da participação em outros eventos (conferências e workshops) promovidos por outras entidades.

	Total	2010
Nº de Sessões Públicas	28	12
Nº de participantes	1412	467

Seminários e Sessões de sensibilização, divulgação e detecção de oportunidades

Data	Local	Associação Parceira	Organização	Participantes
23-04-2009	Porto	AEP-Ass.Empresarial de Portugal	AEP /IAPMEI	600
07-07-2009	Braga	ACB-Ass Comercial de Braga	AEP	41
08-07 -2009	Torres Novas	NERSANT - Associação Empresarial Região Santarém	IAPMEI	82
28-07-2009	Coimbra	ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra	IAPMEI	17
04-11-2009	Águeda	AEA - Associação Empresarial de Águeda	IAPMEI	11
04-11-2009	Oliveira Bairro	Ass Comercial e Ind da Bairrada	IAPMEI	10
13-11-2009	Leiria	NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria	IAPMEI	8
19-11-2009	Bragança	ACISB - Associação Com. Ind. e Serviços de Bragança	IAPMEI	21
20-11-2009	Vila Real	NERVIR - Associação Empresarial da Região de Vila Real	IAPMEI	8
26-11-2009	Viseu	AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu	IAPMEI	11
27-11-2009	Aveiro	AIDA - Associação Industrial do Distrito Aveiro	IAPMEI	15
09-12-2009	S M Feira	APCOR - Ass Portuguesa da Ind da Cortiça	AEP	10
10-12-2009	Viana Castelo	AEVC-Ass Empresarial de Viana do Castelo	AEP /IAPMEI	30
11-12-2009	SINES	Sines Tecnolpolo / Câmara Municipal de Sines	IAPMEI	53
16-12-2009	Portalegre	NERPOR-Ass. Empresarial da Região de Portalegre	IAPMEI	11
18-12-2009	Coimbra	APICER-Ass portuguesa da Ind da Cerâmica	AEP	17
24-02-2010	Oliveira Hospital	ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra	IAPMEI	14
26-02-2010	Castelo Branco	NERCAB - Ass.Empres Região de Castelo Branco	IAPMEI	14
24-03-2010	Paços Ferreira	AEPF-Ass Empresarial de Paços de Ferreira	IAPMEI	11
13-04-2010	Lisboa	AERLIS + Barclays	AERLIS	38
21-04-2010	Ourém	NERSANT - Associação Empresarial Região Santarém	IAPMEI	4
22-04-2010	Cartaxo	NERSANT - Associação Empresarial Região Santarém	IAPMEI	6
29-04-2010	Braga	AIMINHO-Ass Industrial do Minho	IAPMEI	25
05-05-2010	Porto	AEP-Ass Empresarial de Portugal	AEP	36
27-05-2010	Lousã	AEP-Ass Empresarial de Portugal	IAPMEI	183
16-11-2010	Cascais	DNA Cascais	NBB	78
30-11-2010	Porto	AEP-Ass Empresarial de Portugal	AEP	47
11-11-2010	Benavente	NERSANT - Associação Empresarial Região Santarém	IAPMEI	11
TOTAL				1412
TOTAL 2010				467

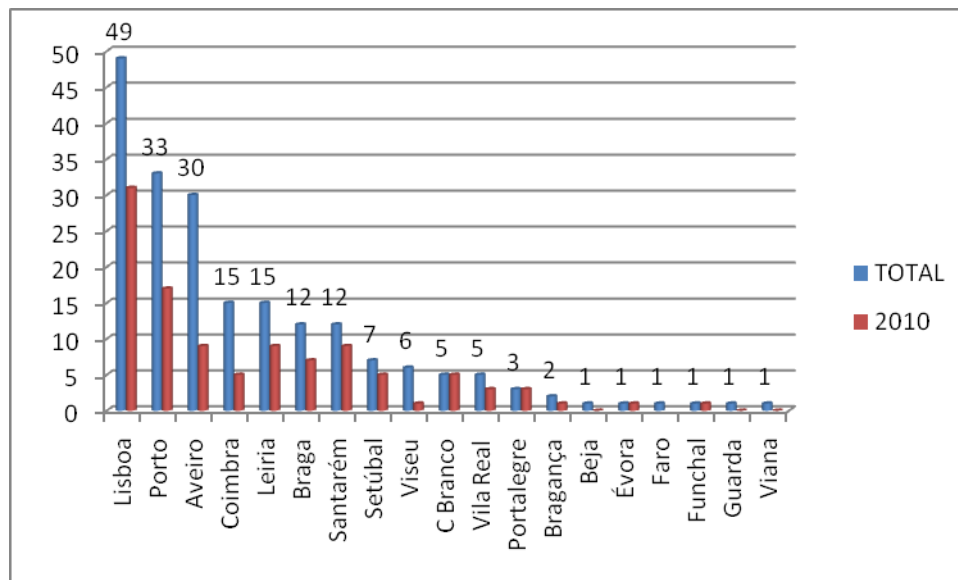
No âmbito do FINTRANS, o apoio às PME inicia-se, em geral, após a realização de sessões de sensibilização e divulgação ou no seguimento de registo no portal www.fintrans.pt.

O IAPMEI prestou assistência técnica com informação e aconselhamento especializados a uma parte significativa dos contactos. Os restantes processos, em que se encetaram contactos entre empresas, exigem do IAPMEI um forte e continuado empenho porque são processos demorados e porque, em geral, as PME envolvidas nunca tiveram experiências de fusão, venda ou aquisição.

Alguns dos casos envolvendo concentração empresarial foram encaminhados para financiamento, no âmbito do FACCE, AgroCapital, FIEAE e para soluções de financiamento disponíveis (Linhas de Crédito e Capital de Risco)

O N° de empresas/promotores/investidores com registo validado no Portal é de 200, das quais 107 em 2010.

**Empresas registadas no Portal Fintrans por Distrito
(Total e 2010)**



Empresas registadas no Portal Fintrans segundo o tipo de motivação por Região (TOTAL)

REGIÃO	Total	Compra	Venda	Fusão	Informação	Outros
NORTE	53	12	15	2	5	19
CENTRO	79	23	32	2	5	17
ALENTEJO	12	3	5		2	2
LISBOA	54	20	6	0	10	18
ALGARVE+MADEIRA	2	1	0	0	1	
TOTAL	200	59	58	4	23	56

Empresas registadas no Portal Fintrans segundo o tipo de motivação por Região (2010)

REGIÃO	Total	Compra	Venda	Fusão	Informação	Outros
NORTE	28	7	5	1	3	12
CENTRO	34	12	17	1	1	3
ALENTEJO	9	2	3	0	2	2
LISBOA	35	16	3	0	8	8
ALGARVE+MADEIRA	1	1				
TOTAL	107	38	28	2	14	25

Ações de facilitação e intermediação concretizadas (Total)

Regiões	Trabalho desenvolvido Total Fintrans											
	Contactos Telef e email	Contactos pós-Sessão	Reunião na empresa	Reunião no IAPMEI	Aconselhamento	Divulgação de oportunidade	Análise de Valor	Contacto negócio interempresas	Negociação	Acordo de negócio	Encaminham p/ financ	Operação Realizada
NORTE	111	17	3	26	24	11	8	2	3	1	1	1
CENTRO	241	31	31	46	43	28	20	16	13	2	7	1
ALENTEJO	28	2	3	3	5	4	2	2	1	0	0	0
LISBOA	99	1	8	28	19	11	2	14	3	0	1	0
ALGARVE+MADEIRA	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	482	51	45	103	91	54	32	34	20	3	9	2

Acções de facilitação e intermediação concretizadas (2010)

Regiões	Trabalho desenvolvido 2010											
	Contactos Telef e email	Contactos pós-Sessão	Reunião na empresa	Reunião no IAPMEI	Aconselhamento	Divulgação de oportunidade	Análise de Valor	Contacto negócio interempresas	Negociação	Acordo de negócio	Encaminham p/ financ	Operação Realizada
NORTE	54	2	3	7	8	5	3	2	2	0	1	1
CENTRO	153	29	27	13	25	20	17	12	12	1	1	1
ALENTEJO	1	18	1	1	3	1	1	2	0	0	0	
LISBOA	69	0	6	19	10	9	0	13	3	0	0	0
ALGARVE+MADEIRA	2	0	0	0								
TOTAL	279	49	37	40	46	35	21	29	17	1	2	2

Revitalização Empresarial

A área da Revitalização Empresarial continuou a assegurar a função de *front-office* do IAPMEI para as empresas com dificuldades económicas e financeiras, as quais abrangem uma ou várias das seguintes situações: elevados níveis de passivo face à capacidade de libertação de meios financeiros, dificuldades de acesso ao crédito, dívidas acumuladas a credores públicos, nomeadamente Fazenda Nacional e Segurança Social, excesso de capacidade face ao nível da procura, revelando-se desajustada no que respeita às reais necessidades produtivas e à mão-de-obra utilizada, entre outras. Este contacto permite, através da realização de um pequeno diagnóstico, identificar e tipificar as dificuldades específicas de cada cliente, inventariar os mecanismos e os instrumentos disponíveis e mais adequados em cada situação, assegurar o seu enquadramento e encaminhamento com base na avaliação efectuada, tendo em vista a superação dos problemas detectados.

Apesar de se constatar a existência de uma elevada multiplicidade de instrumentos disponíveis no âmbito do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, o enquadramento de cada situação levou a que, muitas vezes, o encaminhamento tivesse que ser direccionado para outras áreas do IAPMEI, ou mesmo exteriores, constatando-se com frequência algumas dificuldades na obtenção de resposta adequada, em virtude das necessidades não se enquadrarem no perfil de intervenção destas diferentes entidades.

Apesar daqueles constrangimentos, o Departamento desenvolveu contactos, durante o exercício económico de 2010, com cerca de 600 clientes, com quem realizou mais de 5100 interações relevantes, dos quais cerca de 10% são reuniões presenciais e visitas de trabalho efectuadas a empresas.

Nesta área de apoio a empresas em situação económica e financeira difícil, mantém-se, também, um Consultório de Revitalização em ambiente virtual, onde se fornece, em linhas gerais, um quadro de soluções vocacionadas para dar resposta às questões suscitadas pelo cliente.

No âmbito do cumprimento da sua missão, é prestada assessoria e apoio técnico à tutela na área de revitalização empresarial, funcionando ainda como plataforma de diálogo, recolha e tratamento de informação na relação com outras entidades exteriores ao MEID.

Os dois principais instrumentos geridos no âmbito da Revitalização Empresarial são o SIRME (Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial) e o PEC (Procedimento Extrajudicial de Conciliação).

SIRME

No âmbito do SIRME, Sistema de Incentivos constituído para apoiar operações de aquisição, fusão e consolidação de empresas que se encontrem em situação económica e financeira difícil, e mais especificamente, no que respeita à aplicação do respectivo instrumento financeiro que lhe dá suporte, o FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização Empresarial, SGPS, SA, o exercício económico de 2010 foi ainda marcado pelas alterações, ocorridas em meados do ano anterior, nas Linhas de Orientação Estratégicas do FRME, aprovadas pelo Conselho Directivo do IAPMEI e pelo próprio Conselho de Administração do FRME. Essas alterações tiveram particularmente em conta a grave crise económica e financeira a nível global, com reflexos dramáticos para um número muito significativo de empresas, que viram o acesso ao crédito bancário e dos próprios fornecedores fortemente restringido.

Em termos práticos, o alargamento do âmbito da aplicabilidade do SIRME, designadamente ao nível da revitalização de empresas em dificuldade, concretizadas sem alteração da titularidade do capital e da gestão, permitiu o enquadramento de um conjunto relevante de operações, uma vez que este instrumento financeiro passou a desempenhar um papel preponderante ao nível dos apoios disponibilizados pelo Estado, no que se refere ao auxílio à reestruturação e revitalização de empresas, num quadro em que a disponibilidade da banca em aumentar o seu grau de exposição nas empresas, em particular nos sectores industriais, se reduziu drasticamente.

Neste quadro, o SIRME desempenhou um papel bastante relevante, não apenas no que concerne à afectação de meios financeiros para a recuperação de empresas, área em que muitas vezes se constituiu como o único parceiro institucional com capacidade financeira e enquadramento jurídico autónomo, como também na alavancagem financeira das mesmas. Simultaneamente, complementou esta posição com uma elevada capacidade de diálogo, com o objectivo de promover uma articulação concertada com os principais credores da empresa, nomeadamente com os bancos, no sentido de garantir a recalendarização do serviço da dívida, de modo a não asfixiar a respectiva tesouraria.

No que se refere à componente operacional do SIRME, a evolução da actividade explicita-se no quadro seguinte:

Rubrica	Exercícios		Variação
	2009	2010	
Operações Analisadas	24	15	- 37,5%
Operações Aprovadas	15	8	- 46,67%
Valor Investimento Total (*)	77,5	16,3	-78,97%
Valor Investimento FRME (*)	29,7	10,1	-65,99%
Postos Trabalho Recuperados	5.000	1.400	-72%

(*) Valores em Milhões de Euros

No que respeita ao enquadramento de operações no SIRME, verifica-se a aprovação de 8 novas operações, contemplando um investimento de 16,3 milhões de euros, dos quais 10,1 milhões de euros foram assegurados pelo FRME. Estas empresas asseguram cerca de 1.400 postos de trabalho e evidenciam uma forte vocação exportadora. Para além do número de operações aprovadas, é de salientar que, no final do ano, se encontravam em fase de análise para aprovação mais dez dossiers, correspondentes a um total de investimento na ordem dos dez milhões de euros, dos quais 6,5 milhões de euros deverão corresponder ao esforço financeiro do FRME.

Por outro lado, importa referir que a montagem destas operações, para além do processo negocial com os actuais e futuros accionistas, exigem muitas vezes uma negociação directa com outros stakeholders da sociedade, em particular com os principais credores e com as entidades financiadoras.

Para além da montagem, aprovação e contratualização de novas operações, continuou-se a assegurar:

- O acompanhamento das participadas do FRME, que inclui visitas regulares, em princípio com periodicidade trimestral, com elaboração de reporte para o órgão de gestão do FRME;
- A participação nas assembleias-gerais das sociedades participadas, incluindo a eleição dos respectivos órgãos sociais;
- A gestão dos fluxos financeiros com as participadas;
- Os serviços de apoios aos órgãos sociais do FRME, incluindo o fiscal único;
- Assessoria à tutela na área da revitalização.

PEC

Em termos operacionais, e em consonância com a manutenção global da situação económica e financeira do nosso tecido empresarial, concretizou-se a expectativa de elevada afluência em termos de utilização deste Instrumento de Recuperação, ainda assim em níveis inferiores aos registados no exercício transacto. Comparativamente, da leitura do quadro seguinte é de registar a diminuição em mais de 20% do número de Requerimentos de Conciliação apresentados ao IAPMEI, efeito esse ainda assim inferior ao número de Acordos alcançados, o qual diminuiu cerca de 10%.

Salienta-se o facto de os valores atingidos no exercício de 2010 são superiores, na sua generalidade, aos verificados em qualquer dos anos anteriores, à excepção do ano de 2009, e que em termos absolutos é de relevar que foram obtidos 98 Acordos, apenas menos 11 Acordos do verificado no ano anterior, apesar do número de Requerimentos entrados ter correspondido a menos 62 candidaturas.

Requerimentos	Exercícios			Variação	
	2008	2009	2010	2008 vs 2010	2009 vs 2010
Valor Inicial	178	221	210	17,98%	- 4,98%
Entradas	232	304	242	4,31%	- 20,39%
Extintos	121	206	203	67,77%	- 1,46%
Acordos	68	109	98	44,12%	- 10,09%
Valor Final	221	210	151	-31,67%	- 28,1%

Inovação Financeira, Concepção, Participadas e Gestão de Fundos

No domínio da **Inovação Financeira**, da concepção, da gestão e acompanhamento de participadas e de fundos foram desenvolvidas as seguintes actividades e resultados:

- Em 2010 continuaram a criar-se as condições para abertura do mercado de capitais para pequenas capitalizações – Alternext Lisbon. Foi criado um Regulamento para o “Fundo Liquidity Provider” para ser apresentado aos investidores durante o ano de 2011. Nos dias 18 e 19 de Novembro realizou-se o IPO Day, um evento anual de iniciativa da Euronext Lisbon, com o apoio do IAPMEI e da Ernst & Young, que tem como objectivo apresentar as vantagens e inconvenientes de efectuar uma dispersão de capital em Bolsa. Dirigido a um número reduzido de empresas, o IAPMEI teve oportunidade de convidar algumas PME Líder tendo em vista o esclarecimento sobre o mercado de capitais em geral e sobre o segmento Alternext em particular;
- Foi aprovada pelo Conselho Directivo uma proposta de novo modelo de intervenção para apoio das PME vítimas de catástrofes e calamidades, que inclui um tipo de intervenção financeira que agrega apoio de consultoria/avaliação de prejuízos, subsídio público e financiamento suportado em garantia mútua;
- A nível interno foi também desenvolvido o caderno de encargos para desenvolvimento de aplicação informática que agilize o processo de atribuição do Estatuto PME Líder e a gestão da respectiva base de dados;
- Foi definido iniciar o desenvolvimento de soluções adequadas ao financiamento de operações de transmissão;
- Foi dada continuidade à participação em órgãos de gestão de Participadas Financeiras com destaque para as Sociedades de Garantia Mútua e de operadores de capital e Risco;
- Assegurou-se o acompanhamento de execução de Fundos de Capital e Risco constituídos no âmbito do PEDIP quer para efeito internos que no âmbito de auditorias e fiscalizações do Tribunal de Contas e IGF;
- Foi apresentada proposta sobre gestão e acompanhamento dos Fundos de Capital e Risco criados no âmbito do POFC/SAFPRI através do FINOVA.

A análise do quadro seguinte, onde são descritos os principais objectivos operacionais e indicadores, bem como as respectivas metas e resultados, na área do financiamento empresarial, para o ano de 2010, permite-nos constatar que todas as metas previamente estabelecidas foram atingidas, e mesmo superadas, com excepção do indicador “N.º de ideias de negócio estruturadas em planos de negócio apoiados e de projectos empresariais com apoio em *coaching* e *incubação*”, na medida em que, por força de constrangimentos orçamentais e regras de contratação, decorrentes da Portaria n.º 371, não foi possível apoiar a estruturação de planos de negócios a partir de Junho.

Objectivos Operacionais	Indicadores	Meta	Resultado	Grau de Realização
Aumentar o número de operações de financiamento empresarial	N.º de PME com acesso facilitado a financiamento, através do estatuto de PME Líder	5000	6566	131%
	N.º de projectos de criação de empresas dinamizados e com o acesso facilitado a financiamento	188	239	127%
	N.º de operações (FINTRANS) intermediadas e/ou encaminhadas para financiamento	5	7	140%
Apoiar a valorização económica de resultados de I&D e a estruturação de ideias de negócio inovadoras com potencial de crescimento e a concretização e consolidação de projectos	Nº de sessões públicas de divulgação e sensibilização na temática empreendedorismo	40%	89%	223%
	% de municípios das regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo) envolvidas em comunidades intermunicipais em processos de detecção e apoio à estruturação de ideias de negócio e assistência à concretização de projectos	80%	96%	120%
	N.º de ideias de negócio estruturadas em planos de negócio apoiados e de projectos empresariais com apoio em <i>coaching</i> e <i>incubação</i>	70	46	66%
Apoiar a transmissão, o redimensionamento e reestruturação empresarial	N.º sessões públicas de divulgação e sensibilização sobre dimensionamento e transmissão empresarial	8	11	138%
	Nº de PME apoiadas, através de consultoria ou assistência técnica, em processos de transmissão, fusão ou aquisição	50	54	108%
	% de situações problemáticas de reestruturação e de conciliação de credores, orientadas para uma solução	80%	85%	106%
Manter elevado padrão de resposta aos clientes/empresas PEC e AGIIRE	(N.º de respostas dadas dentro do prazo legal ou padrão / N.º de respostas dadas, empresas PEC) x 100	95%	96%	101%

iv.4. Indução de investimento empresarial qualificado

No âmbito da gestão de incentivos, o ano de 2010 ficou marcado pelo acréscimo na execução do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007 a 2013) e MODCOM. As actividades desenvolvidas neste âmbito centraram-se nos seguintes aspectos:

- Envolvimento na definição de metodologias, ferramentas e formulários, em articulação com as Autoridades de Gestão do QREN e restantes Organismos Técnicos;
- Desenvolvimento de ferramentas de gestão dos projectos e de interacção com as empresas através de mecanismos electrónicos;
- Desenvolvimento de medidas incluídas no Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas
- Análise de candidaturas apresentadas no âmbito do QREN e MODCOM;
- Contratação dos projectos aprovados no âmbito do QREN e MODCOM;
- Análise de pedidos de pagamento de incentivo no âmbito do QREN, MODCOM;
- Análise de pedidos de reformulação de projectos QREN ao abrigo da OG06/2010;
- Análise de pedidos de reprogramação financeira de reembolsos no âmbito do PRIME;
- Resposta e acompanhamento de processos de auditoria efectuados aos projectos no âmbito do QREN e MODCOM.

Os dados de actividade em 2010 revelam uma aceleração da execução financeira dos projectos decorrente do esforço desenvolvido neste âmbito.

No âmbito da modernização do comércio, o MODCOM, o ano foi marcado pelo encerramento dos projectos das 1ª e 2ª fase relativas a 2006 e 2007, cujo apuramento final se traduz no seguinte quadro:

	MODCOM Fase 2006			MODCOM Fase 2007		
	Nº proj	Inc. aprovado	Inc. pago	Nº proj	Inc. aprovado	Inc. pago
Aprovados	959	19.996.101 €		833	20.042.262 €	
Desistências/Caducidades	243	4.160.024 €		201	3.909.088 €	
Contratados	716	15.836.077 €		632	16.133.174 €	
Anulados	214	4.169.661 €		200	4.465.385 €	
Com Relatório Final (decidido)	502	11.666.416 €	9.430.187 €	432	11.667.790 €	10.041.549 €
Sem Relatório Final						

Relativamente às 3ª, 4ª, 5ª e 6ª fases de 2008, 2009 e 2010. Os dados da actividade desenvolvida são os seguintes:

	2008	2009	2010
Candidaturas entradas	855	2088	2180
Projectos Apoiados	620	1251	587
Soma de Investimento	51.467.496 €	96.903.252 €	45.185.116 €
Soma de Elegível	45.639.530 €	90.647.157 €	40.617.175 €
Soma de Incentivo	14.851.412 €	42.528.255 €	17.177.883 €
Projectos Contratados		1471	395
Soma de Investimento		116.634.544 €	29.958.821 €
Soma de Elegível		108.430.839 €	27.770.305 €
Soma de Incentivo		45.809.124 €	11.801.199 €

No que respeita à capacidade de resposta às solicitações das empresas no âmbito dos pedidos de pagamento de projectos do QREN e MODCOM, verifica-se que foi atingido o objectivo estabelecido com as respostas dentro do prazo a situarem-se em 76,8% sendo o intervalo de cumprimento de 76,1% a 84,1%.

Por sua vez o QREN significou uma criteriosa focalização dos apoios em estratégias de inovação e conhecimento mas, também, de eficiência empresarial colectiva – criação de redes, parcerias, acções colectivas de cooperação e conhecimento e qualificação de recursos humanos.

Neste âmbito foram desenvolvidas as seguintes actuações:

- Envolvimento/Participação em acções de divulgação relativas aos Sistemas de Incentivos do QREN;
- Dinamização do Sistema de Informação de Gestão de Incentivos (SIGI) e da Conta Corrente Online dos Incentivos (Medidas Simplex 2007);
- Análise, contratação das candidaturas entradas.
- Pagamento de incentivo relativamente aos projecto contratados.
- Análise de pedidos de reformulação de projectos QREN ao abrigo da OG06/2010

Neste âmbito a actividade desenvolvida durante 2010 revela forte actuação neste âmbito, com o contributo do IAPMEI a saldar-se na aprovação de 864 Milhões de euros de investimento altamente qualificado, conforme se pode avaliar pelo seguinte quadro de actividade:

	2008	2009	2010
Candidaturas Entradas	2858	2451	805
Projectos Aprovados	705	1532	916
Soma de Investimento	726.483.348 €	842.325.931 €	863.695.280 €
Soma de Elegível	554.600.245 €	647.111.529 €	668.460.897 €
Soma de Incentivo	263.160.890 €	365.874.920 €	368.096.265 €
Projectos Contratados	727	1565	722
Soma de Investimento	764.946.798 €	899.472.086 €	616.188.110 €
Soma de Elegível	583.832.206 €	680.077.775 €	503.264.125 €
Soma de Incentivo	276.778.761 €	380.994.940 €	279.491.739 €

A análise dos projectos realizou-se no cumprimento dos prazos de análise estabelecidos para os Organismos Técnicos, tendo o objectivo nesta matéria sido superado com 2064 projectos analisados dentro do prazo face ao objectivo definido de 1995.

Ao nível da execução financeira, verifica-se que o ano de 2010 representou um efectivo crescimento ao nível da execução quer no QREN quer no MODCOM conforme exposto no seguinte quadro:

Pagamentos		2008	2009	2010
MODCOM	Fases 1 e 2	7.819.955 €	6.760.189 €	3.819.835 €
	Fases 3, 4 e 5		2.476.711 €	17.678.215 €
MODCOM Total		7.819.955 €	9.236.900 €	21.498.050 €
QREN	PO Alentejo		881.360 €	3.581.244 €
	PO Algarve	59.411 €	301.543 €	1.103.002 €
	PO Centro	2.044.959 €	15.467.218 €	37.416.531 €
	PO FC	15.767.993 €	58.829.841 €	101.103.461 €
	PO Lisboa	214.276 €	4.820.649 €	4.857.276 €
	PO Norte	1.669.338 €	14.013.418 €	47.771.855 €
QREN Total		19.755.978 €	94.314.029 €	195.833.370 €
Total Geral		27.575.932 €	103.550.929 €	217.331.420 €

Fiscalização e Controlo

A intervenção da área de Fiscalização e Controlo está enquadrada no âmbito do cumprimento da regulamentação comunitária e nacional que obriga à organização dos sistemas de gestão e de controlo necessários para garantir a boa gestão financeira dos Fundos e proporcionar garantia adequada da correcção, regularidade e elegibilidade dos incentivos.

No que respeita ao SC MODCOM, sistema de incentivos exclusivamente nacional que teve como referência as mesmas regras do QCA III, o mesmo compreendeu o tratamento de 114 processos cujas auditorias foram realizadas por uma Entidade Auditora Externa e 60 auditorias realizadas pela equipa interna do DpFC conforme referido no Ponto IV.

As actividades realizadas no corrente ano reflectem-se no quadro abaixo:

Elaboração dos Relatórios de Fiscalização das auditorias da responsabilidade do IAPMEI do SC MODCOM		
1.1	Elaboração dos Contratos de Prestações de Serviços com os auditores externos ¹	0
1.2	Ações preparatórias das auditorias por lotes	0
1.3	Elaboração de Credenciais aos auditores externos	0
1.4	Acompanhamento dos auditores nas visitas aos Promotores	0
1.5.1.	Análise dos Relatórios de Auditoria elaborados pelos auditores externos	114
1.5.2.	Emissão dos Relatórios de Auditoria elaborados pela equipa DpFC	60
1.6.	Reanálise e aceitação dos Relatórios de Auditoria elaborados pelos auditores externos	114
1.7.1.	Emissão de Notificações aos Promotores - Relatórios de Auditoria elaborados pelos auditores externos	114
1.7.2.	Emissão de Notificações aos Promotores - Relatórios de Auditoria elaborados pela equipa DpFC	3
1.8	Emissão de Comunicações Internas às Unidades - Relatórios de Auditoria elaborados pelos auditores externos Orgânicas de Gestão	138
1.9	Emissão de Relatórios de Fiscalização - Relatórios de Auditoria elaborados pelos auditores externos Orgânicas de Gestão	78

No âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, iniciada durante o ano de 2010, centrou-se no desenvolvimento duma actividade focalizada na preparação e no acompanhamento de auditorias realizadas pelas Autoridades de Auditoria tendo em vista a prevenção de incumprimentos a serem acautelados em fase de Gestão e assegurando, com a autonomia que lhe está cometida institucionalmente, o rigor, a fiabilidade e adequação dos procedimentos estabelecidos, assumirá particular pertinência. Assim, foram asseguradas as seguintes actividades:

- a) Ações de controlo da responsabilidade do IFDR – ação de controlo prévia ao envio da certificação de despesas e pedido de pagamento à CE (PO NORTE)
- b) Ações de controlo da responsabilidade do IFDR:

¹ Adjudicação em 2009 de amostras MODCOM

- Acção de controlo a operações co-financiadas pelo POFC, centrada ao nível da execução dos pedidos de pagamento identificados (17 projectos)
- c) Acções de controlo da responsabilidade do COMPETE (POFC) integrado no Plano de Controlo Interno de 2010 (7 projectos)
 - d) Auditoria realizada pela IGF ao Sistema ao COMPLIANCE – POR ALENTEJO - coordenação da acção preparatória e acompanhamento
 - e) Missão da DG Régio – auditoria ao trabalho desenvolvido pela IGF nos termos do artº 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho
 - f) Missão da DG Régio – auditoria ao trabalho da autoridade de auditoria nos termos do artº 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais actividades desenvolvidas e resultados alcançados:

Objectivos Operacionais	Indicadores	Meta	Resultado	Grau de Realização
Aumentar a eficiência no processamento dos incentivos financeiros	Nº de candidaturas aos sistemas de incentivo, com excepção dos vales de I&DT e de Inovação, analisadas no ano dentro do prazo	1950	2064	103%
	Proporção de decisões dentro do prazo, dos pedidos de pagamento entrados no ano	80,1%	76,8%	96%
Aumentar a eficácia do controlo da despesa	Proporção da implementação do plano de lançamento do Sistema de Controlo do QREN	100%	100%	100%
	Nº relatórios de auditoria MODCOM analisados e aceites	150	174	116%
Assegurar o encerramento dos processos dentro do prazo	Nº de processos diagnosticados dentro do prazo/Nº de processos atribuídos *100	100%	100%	100%

No que concerne à actividade relacionada com o MODCOM, verifica-se que a meta planeada referente ao nº de relatórios de auditoria MODCOM analisados e aceites foi ultrapassada. Verificou-se que quer as metas intercalares previamente definidas quer a meta final foram atingidas e mesmo superadas, o que só foi possível em virtude do esforço despendido por toda a equipa no sentido de incrementar a eficácia no que se refere à fiabilidade do controlo da despesa MODCOM, resultando daí um acréscimo no esforço de controlo da despesa superior a 7% face a 2009.

No que concerne à intervenção no âmbito do QREN, em termos de número de processos, estava previsto o acompanhamento de 100 projectos conforme estimativa fornecida pelo IFDR.

No entanto, veio a verificar-se que o número de processos seleccionados pelo IFDR (24) para serem auditadas no período em apreço ficou muito aquém do expectável (100).

Não obstante este facto, os dados da actividade de 2010 no que concerne à intervenção no âmbito do QREN revelam que foi assegurada a capacidade de resposta em tempo oportuno face aos planos de auditoria traçados pelas autoridades de auditoria do QREN.

Saliente-se que a situação atrás referida, foi oportunamente detectada, tendo sido contactado o IFDR que reviu numa 1ª fase a estimativa inicial de 100 para 30 processos.

No entanto, verificou-se que também esta meta ficou aquém do previsto, não ultrapassando os projectos seleccionados o número de 24, factor este que sendo externo ao IAPMEI, não lhe pode ser imputado.

Tomando como referência o final de 2010, verifica-se que a meta planeada referente ao nº de relatórios de auditoria MODCOM analisados e aceites foi ultrapassada. Verificou-se que quer as metas intercalares previamente definidas quer a meta final foram atingidas e mesmo superadas, o que só foi possível em virtude do esforço dispendido por toda a equipa no sentido de incrementar a eficácia no que se refere à fiabilidade do controlo da despesa MODCOM, resultando daí um acréscimo no esforço de controle da despesa superior a 7% face a 2009. (note-se que este objectivo foi alvo de uma reformulação em 30/06/2010).

iv.5. Suporte logístico

Foi elaborado o Código de Ética e Normas de Conduta do IAPMEI, o qual pretende constituir uma das bases de apoio à concretização do objectivo de modernização e melhoria da qualidade da intervenção do IAPMEI, o que pressupõe a observância de um conjunto de princípios éticos e normas de conduta dos seus colaboradores, a observar no desempenho das funções profissionais, visando assumir e difundir a cultura ética da organização e o sentido de serviço público que prestam.

Comunicação

A estratégia de comunicação em 2010 continuou a ter principal enfoque na vertente de divulgação de produto, acompanhando o reforço dos instrumentos de apoio às PME, integrados nas medidas de combate à crise, e, paralelamente, reforçando a valorização da discriminação positiva de segmentos de

PME mais competitivos, que possam contribuir para alavancar a economia e as exportações nacionais. As actividades correntes e projectos na da Comunicação e Imagem foram desenvolvidas:

- Foi promovida a divulgação e o debate do conceito de FABLABS em Portugal, com a promoção de uma conferência nacional **Fab Labs Portugal – Inovação ao alcance de todos**, numa parceria com a YDreams. O objectivo em causa é facilitar o fomento do empreendedorismo criativo e novas formas de inovação a nível local. Contámos com testemunhos de casos internacionais de sucesso nesta área, que podem servir de exemplo e base de inspiração para a criação de uma rede nacional de FabLabs no nosso país.

- Foi assegurado o lançamento, em parceria com a AEP, do Programa EFINERG, que tem como objectivo a sensibilização das empresas nacionais para os benefícios económicos e sociais da adopção de estratégias de gestão dos recursos energéticos mais sustentáveis.

- Foi dinamizada, no âmbito da presença portuguesa na Expo Shanghai 2010, uma semana temática dedicada ao Design, que decorreu, no contexto do tema “Better City, Better Life”, no Pavilhão de Portugal, de 19 a 25 de Junho.

- Em parceria com o BES, foi promovido um ciclo de Seminários cobrindo diversas áreas de gestão, direccionado para o segmento das PME Líder, que contou com a participação de vários especialistas nacionais e internacionais, designadamente o reputado líder em economia internacional e estratégia competitiva Stephane Garelli. Estratégia competitiva em mercados internacionais, gestão e liderança, inovação e qualidade, marketing e vendas, foram alguns dos temas abordados nos 4 seminários realizados em várias regiões do país.

- Foi assegurada a participação na Feira Portugal Tecnológico 2010, promovida pela AIP, através da dinamização de um espaço conjunto de mostra de produtos de PME nacionais dos mais variados sectores de actividade, que envolveu cerca de 30 empresas.

- Foi dada continuidade a parcerias com meios de comunicação social, designadamente com o Diário Económico, visando a criação de espaços de divulgação para projectos de PME nacionais que possuam um efeito demonstrador em várias áreas de actividade.

- Foi ainda assegurada a co-organização de iniciativas promovidas por parceiros institucionais, designadamente o Fórum da Responsabilidade Social, da responsabilidade da AIP, e a dinamização do espaço de Venture Lounge, integrado no Congresso das Comunicações, promovido pela APDC, que

pretende ser um espaço de mostra e negócios para novos empreendedores com elevado potencial na área das TIC.

Foi assegurada a gestão do serviço de call center, com linhas informativas IAPMEI e Compete, Programa Operacional Factores de Competitividade do QREN. Ao todo, no ano de 2010, foram efectuadas 41747 respostas a pedidos de informação que nos chegaram através dos diferentes canais de atendimento (endereço electrónico de informação geral 'iapmei@iapmei.pt', atendimento on-line, linhas azuis IAPMEI, QREN e POFC). O atendimento telefónico continuou a ser o canal mais representativo, mobilizando cerca de 75% do total de pedidos de informação processados.

A internet continuou a ser um meio de comunicação privilegiado com as empresas e os agentes da envolvente empresarial, servindo simultaneamente objectivos de desmaterialização de processos e de simplificação administrativa na relação com as PME. Em termos de procura, o site registou em 2010 cerca de 4,2 milhões de acessos, que representou um crescimento de 2% face ao ano anterior. As páginas vistas foram 21,4 milhões, com um número de utilizadores registados perto dos 100 mil.

Fiabilidade dos instrumentos de gestão e de controlo

No sentido de aumentar a fiabilidade dos processos, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas de controlo e auditoria interna:

- > No que respeita ao desenvolvimento de uma política de gestão interna de procedimentos e na continuação do trabalho desenvolvido em 2009, e ainda com continuidade em 2011, em 2010, a actividade desenvolvida compreendeu a participação na elaboração e/ou actualização de 5 regulamentos/manuais internos das unidades orgânicas;
- > Realização de uma Auditoria ao Departamento de Fiscalização e Controlo do IAPMEI, tendo por objectivo principal verificar, com razoável segurança, a realização dos objectivos no âmbito da fiscalização e controlo dos projectos de alguns sistemas de incentivos da responsabilidade do IAPMEI (SIME, SIPIE, Associativismo e MODCOM), durante o período do QCA III, nomeadamente a verificação dos procedimentos aplicados pelo DpFC;
- > Foram efectuados testes, numa base de amostragem, ao sistema de gestão e de controlo em vigor, designadamente no que respeita ao cumprimento dos procedimentos definidos na validação do controlo adjudicado a empresas auditoras;

- > Consulta e verificação dos sistemas de informação, designadamente os Sistemas abrangidos pela Auditoria realizada ao DpFC.
- > Relatório de Execução do Plano de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas, para envio aos órgãos competentes, nomeadamente ao Conselho de Prevenção da Corrupção, que funciona junto do Tribunal de Contas.

Sistemas de informação

No que diz respeito aos sistemas de informação do IAPMEI, estes servem uma comunidade interna de cerca de 400 utilizadores, existindo cerca de 80.000 agentes empresariais que utilizaram os serviços electrónicos disponibilizados, nomeadamente, a *Certificação PME*, *Conta corrente de Incentivos*, *Innovation Scoring*, e *plataforma EEN*.

São fornecidos ainda serviços a outros organismos, através da partilha de aplicações disponibilizadas na infra-estrutura de SI do IAPMEI, nomeadamente à rede de parceiros da *Enterprise Europe Network*, *COTEC*, Regiões Autónomas, Sistema Financeiro, *DGAE*, entre outros.

Neste âmbito, a avaliação do nível de satisfação com os sistemas de informação utilizados, efectuada através da auscultação trimestral dos clientes internos, por intermédio de um questionário, permitiu constatar a existência de níveis de satisfação acima dos 90%, tendo por base uma amostra de 144 colaboradores.

As actividades desenvolvidas foram:

- desenvolvimento dos ambientes de interacção electrónica, nomeadamente *Certificação PME* e *Conta Corrente de Incentivos*.
- cadastro de clientes do Instituto, que constitui um elemento fundamental para a agregação da informação em torno da empresa. Neste âmbito foi desenvolvido o sistema **i360**, cujo objectivo é disponibilizar de forma integrada e para cada empresa, informação de identificação e caracterização, bem como os serviços que lhe são ou foram prestados e respectivo estado processual, sendo alimentado pelos sistemas operacionais orientados a cada produto.
- Através da articulação com a *PME Investimentos*, disponibilizou sistema que permite acompanhar os processos das empresas relativos às linhas de crédito *PME Investe*.
- Especificações para o sistema de suporte à auditoria interna.
- Foi efectuado concurso público tendente a iniciar um projecto de desmaterialização de processos e arquivo digital.

- Na actividade corrente de avaliação de tecnologias passíveis de virem a ser utilizadas pelo Instituto, efectuou-se a avaliação de plataformas de Business Intelligence.

Encontram-se em fase de conclusão: o sistema de Gestão das PME Líder que permitirá a interacção das diversas entidades envolvidas no processo, bem como o “Passaporte PME”, dinamizado pela Academia PME.

Certificação PME

A consolidação do novo serviço de certificação por via electrónica para as empresas que necessitem de comprovar a sua qualidade de PME, contribuiu significativamente para a uniformização da classificação das PME, dispensando – as de apresentar qualquer comprovativo e, entre outras vantagens, assegurar uma resposta atempada e eficaz da Administração Pública aos cidadãos e empresas.

Ao longo do ano foram introduzidas melhorias contínuas no serviço, nomeadamente foram reforçadas componentes do serviço de atendimento técnico especializado (*help-desk*) e foram criadas novas potencialidades na aplicação informática de suporte ao serviço de Certificação PME que são ainda mais facilitadores da utilização, não só por parte das empresas mas também dos utilizadores internos e das entidades externas (entidades de consulta).

Concretamente, foram criadas novas funcionalidades na aplicação informática, como a da designada consulta simples, isto é, a consulta por entidades expressamente autorizadas pelas empresas, da mesma forma que se percorreram novos patamares em matéria de simplificação de procedimentos, nomeadamente com a operacionalização de um sistema permanente de alertas a empresas (alerta sobre prazos para cumprimento de obrigações) e a entidades de consulta (alertas sobre mudanças de estatuto ou da situação da certificação de empresas consultadas) e também da operacionalização de alguns modelos de formulário ainda mais simplificados (para as operações de certificação que procedem apenas à recolha de dados de actividade).

Em 2010, foram certificadas 22.639 empresas e o serviço, na sua globalidade, foi utilizado por 87.063 empresas.

Gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais

No que respeita à gestão financeira e, mais concretamente, no âmbito da recuperação atempada dos créditos, durante o ano de 2010, mantiveram-se elevados níveis de notificação aos devedores, tendo sido superiores a 92%.

O compromisso do Instituto em contribuir de forma positiva para a Consolidação das Contas Públicas, foi largamente ultrapassado situando-se em 550 Milhões de euros, na sequência de um aumento da receita ligado aos programas de apoio a empresas que não se encontravam previstos no início do ano.

Foram, ainda, efectuadas diversas actividades tendentes à obtenção de ganhos de eficiência e de redução de custos, entre as quais, a implementação de sistema de taxaço para as comunicações fixas, que foi concretizada no final do primeiro semestre.

Tendo sido estimado em 20 milhões de euros o valor dos créditos em contencioso recuperados ou arquivados, por via extrajudicial (negociação com os promotores e/ou accionamento de garantias bancárias) ou judicial (nomeadamente, através de execução fiscal e insolvências), observou-se uma superação do objectivo previamente definido, uma vez que foram recuperados créditos no montante global de 22.062 milhões de euros.

Esta diferença entre o valor planeado e aquele que efectivamente foi realizado ficou a dever-se, sobretudo, à existência de projectos geridos pela AICEP, mas cuja recuperação coube ao IAPMEI, por se tratar da entidade pagadora.

No ano de 2010, a contratação electrónica foi, também, uma realidade, com a desmaterialização de 105 processos em Plataforma electrónica, traduzindo-se em poupanças significativas induzidas pelo processo de compras electrónicas, modernização estrutural de processos, por via da utilização de meios electrónicos, cumprimento da legislação em vigor, alinhado com os objectivos estratégicos a nível nacional e europeu na área da contratação, gestão pública e relacionamento com os agentes económicos. A aquisição de bens correntes, por via do recurso ao mercado, reduziu 4,16%

Considerando o universo das participadas do IAPMEI, representado por 120 entidades, ao longo do ano que passou foi dada continuidade à gestão e acompanhamento da carteira, nas vertentes institucional e patrimonial. Neste domínio, destacam-se, assim, as seguintes acções:

- > Preparação da participação do Instituto nas reuniões das assembleias-gerais;
- > Análise de documentação diversa, em especial relativa aos relatórios de actividades e contas, planos de actividade e orçamento das participadas;
- > Actualização da informação sobre as participadas;
- > Implementação de melhorias no Sistema de Informação de Gestão de Participações Sociais;
- > Preparação do reporte interno e externo.

No âmbito da racionalização da carteira, deve-se salientar:

- > A saída do IAPMEI da DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias;
- > O início do processo de extinção dos fundos de capital de risco FRIE Inter-Risco, FCR InovCapital TIEC e FCR M Inovação.

Por sua vez, na área da qualificação dos recursos humanos do IAPMEI foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

a) Formação Profissional:

No âmbito da formação profissional, manteve-se a aposta na intensificação da formação profissional dos recursos humanos, privilegiando-se a organização de acções à medida, realizadas nas instalações do Instituto, em Lisboa e no Porto, tendo sido possível preparar e equipar, com a colaboração do DSTAM, uma sala para 16 formandos, dedicada exclusivamente à formação interna dos trabalhadores.

Foi, assim, possível obter uma melhoria significativa dos resultados da acção desenvolvida pelo DpRH, conforme expresso no seguinte quadro:

N.º Trabalhadores			N.º Formandos			N.º Acções		
Previstos	Realizados	Grau de Realização	Previstos	Realizados	Grau de Realização	Previstos	Realizados	Grau de Realização
272	271	99,6%	432	462	106,9%	154	128	83,1%

No ano de 2010, foi ainda iniciado um programa de formação em Gestão da Mudança e Liderança, dirigido a dirigentes intermédios de 1º e 2º grau, que prosseguirá em 2011, e que abrange 24 trabalhadores com funções de chefia.

b) Estágios Profissionais:

Ao longo do ano de 2010, foi prosseguida a dinamização do programa de acção levado a cabo em colaboração com instituições do meio universitário, o qual visa o acolhimento de jovens licenciados, proporcionando-lhes uma primeira experiência de integração na vida profissional, tendo sido abrangidos 15 estagiários, entre os quais os que foram afectos às Lojas da Exportação.

Simultaneamente, o IAPMEI aderiu ao Programa de Estágios Profissionais da Administração Central (PEPAC), tendo acolhido 28 estagiários, pré-seleccionados pela DGAEP, nas áreas da Economia, Gestão e Engenharia, que foram distribuídos pelas várias unidades orgânicas, onde foi promovida a respectiva integração.

c) Avaliação de Desempenho:

No domínio do SIADAP 2 e 3, para além das atribuições de acompanhamento e controle e de apoio ao CCA, foi concebido e iniciado, em colaboração com uma entidade externa, um projecto de introdução de melhorias na execução do modelo de avaliação de desempenho dos trabalhadores do Instituto, tendo sido proposto e aprovado um Regulamento Interno.

Gestão de edifícios e energias renováveis

Ao nível da gestão e manutenção de edifícios, as actividades desenvolvidas no ano de 2010 enquadraram-se nos objectivos gerais de garantir a gestão do parque imobiliário, património do IAPMEI, nas vertentes de manutenção, conservação e remodelação de imóveis, incluindo reabilitações profundas e novas construções, promoção e gestão de contratos de cedência de instalações, gestão dos serviços de higiene, limpeza e de segurança.

No âmbito das intervenções de beneficiação das instalações, merecem destaque, como mais significativas, as seguintes actividades: no Campus do Lumiar, a reparação e beneficiação da cobertura e da envolvente do edifício L, a remodelação das fachadas do edifício D e a instalação de sistema de água quente solar sanitária, no edifício da cantina e na generalidade das instalações regionais, a adaptação e remodelação de instalações, para funcionamento das denominadas Lojas de Exportação. No domínio da regularização do património imobiliário, promoveu-se a inscrição na matriz dos imóveis do Campus do Lumiar, oriundos do ex-INETI, ainda não objecto dessa regularização. Na gestão de espaços disponíveis nos Edifícios do Campus do Lumiar foi igualmente possível acolher a instalação de mais 4 empresas de base tecnológica.

Todas estas actividades enquadram-se no âmbito do preconizado pelas políticas públicas, e, mais concretamente, em 4 grandes eixos: regularização registral do património imobiliário do Estado; reabilitação do património imobiliário português; apoio à internacionalização das empresas com vista ao incremento da exportação de bens transaccionáveis; implementação de fontes alternativas renováveis para a produção de energia;

As metas estabelecidas para 2010 foram, de um modo geral, alcançadas, com excepção da concretização dos objectivos dependentes de financiamento, no âmbito dos Investimentos do Plano (PIDDAC), sendo que alguns, como foi o caso da remodelação de interiores do edifício L, da remodelação da cobertura e da envolvente do palacete e de instalação de sistema de produção de energia eléctrica por painéis fotovoltaicos na cobertura da portaria, todos no Campus do Lumiar, não puderam ser concretizados em 2010, por força do congelamento daquela fonte de financiamento, por despacho ministerial de 29 de Setembro.

O quadro seguinte apresenta uma síntese dos principais objectivos e indicadores, respectivas metas, resultados e graus de realização, ao nível da área do suporte logístico:

Objectivos Operacionais	Indicadores	Meta	Resultado	Grau de Realização
Aumentar a fiabilidade do sistema, melhorando os instrumentos de gestão e de controlo	(N.º de serviços abordados / N.º de serviços previstos para avaliação dos sistemas de informação utilizados) x 100	75%	100%	133%
	Grau de implementação de auditoria interna	90%	100%	111%
	(N.º de Regulamentos 1º Draft / N.º de Regulamentos de Gestão Interna de Procedimentos previstos) x 100	85%	75%	88%
	(N.º respostas dadas dentro prazo / N.º respostas dadas) x 100	80%	100%	125%
	[N.º de pareceres jurídicos emitidos dentro do prazo (9 dias) / N.º total de pareceres jurídicos emitidos, no ano] x 100	90%	93%	103%
	(N.º acções ganhas / N.º total de acções em representação do Instituto em Juízo, no ano) x 100	80%	95%	118%
	Grau de execução anual do plano anual das acções de planeamento e de estudos e informação	90%	98,75%	110%
	Grau de execução do plano anual de acções de desenvolvimento da aplicação informática da Certificação PME	90%	100%	111%
	Grau de execução do Plano de Gestão de Riscos, Corrupção e Infrações Conexas	80%	100%	125%
Garantir a boa gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais	Montante do contributo do IAPMEI para o défice público (M€)	465	550	118%
	Percentagem de notificações dos créditos em incumprimento, dentro do prazo, referenciados a 30 de Novembro	91%	92,5%	102%
	Valor dos créditos em contencioso, recuperados e arquivados no ano (M€)	20	22	110%
	Grau de execução do plano de formação	62%	83,1%	134%
	Grau de execução do plano de desmaterialização da frota	92,5%	100%	108%
Reabilitar edifícios e intensificar a utilização de energias renováveis no Campus do Lumiar	Grau de execução do plano de reabilitação de edifícios	90%	90%	100%
	Grau de Execução do plano anual de acções relativo à utilização de energias renováveis	82,5%	83,3%	101%
Implementar atempada e correctamente o novo SIADAP	N.º de acções executadas correctamente dentro do prazo / N.º de acções previstas, objecto de avaliação x100	79%	85%	108%

v. Medidas de reforço do desempenho

Para além de medidas previstas para melhorar a eficácia e a qualidade dos produtos e serviços às empresas, o reforço da eficiência na resposta do suporte à intervenção externa continuará a ser uma prioridade principal, em termos de optimização dos processos críticos para a melhoria do impacto da intervenção e de preparação da organização e colaboradores para a melhoria dos processos e satisfação das necessidades dos clientes.

Nesse sentido, está previsto implementar um conjunto de medidas com os seguintes objectivos:

- Melhorar a resposta de suporte à intervenção, executando, designadamente, medidas de desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação, de implementação do novo interface da Certificação PME, de requalificação do site do IAPMEI,
- Melhorar o alinhamento estratégico e a avaliação do desempenho, executando o plano de melhoria do sistema de avaliação do desempenho, implementando o sistema de informação de suporte à gestão e avaliação do desempenho, implementando o sistema de gestão da qualidade no âmbito do processo de certificação do Instituto, e elaborando/actualizando os manuais de procedimentos das U.O.,
- Aprofundar o conhecimento relevante para a actividade, disponibilizando a informação de suporte às iniciativas de intermediação no âmbito da Assistência Empresarial, aprofundado o conhecimento sobre as empresas e estruturas da envolvente empresarial por concelho, sobre a dinâmica empresarial dos Living Labs em Portugal e executando o plano anual de estudos e de produção de informação estatística,
- Qualificar as capacidades e competências, aumentando o número de trabalhadores abrangidos por acções de formação,
- Optimizar a gestão dos recursos físicos e financeiros e da carteira de participações sociais, implementando medidas de redução de custos, contribuição para a redução do Déficit Público, racionalização da carteira de participadas, melhoria do processo de inventariação de bens patrimoniais e do processo de contratação pública.

vi. Comparação do desempenho

Para a comparação do desempenho foram seleccionados os seguintes serviços/produtos, que permitem comparar o desempenho de serviços ou países ou demonstrar as melhores práticas conhecidas e disponíveis, tendo em conta a missão e as atribuições do Instituto:

- **European Enterprise Awards**

A *European Enterprise Awards* é uma iniciativa europeia que envolve 30 países visando o reconhecimento de actividades de relevo que apoiem a iniciativa empresarial na Europa. Na mesma linha, o IAPMEI lançou a 5ª edição dos EEA, promovendo e dinamizando a fase nacional, no quadro das atribuições que lhe estão cometidas enquanto entidade nacional para esta iniciativa da Comissão Europeia que visa distinguir e premiar actividades de relevo que apoiem a iniciativa empresarial em toda a Europa, a nível nacional e a nível europeu, estas seleccionadas nas fases nacionais de cada Estado-Membro.

Nesta 5ª edição dos EEA, Portugal, posicionou-se pela quarta vez consecutiva em segundo lugar no conjunto dos 30 países participantes, em termos de número de candidaturas recebidas na fase nacional

- **Certificação de PME *on-line***

O Decreto – Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, que lançou este novo serviço, contempla a transposição para o direito interno do conceito de PME da Recomendação n.º 2003/362/CE, de 6 de Maio, aplicável a todos os tipos de actividade económica, bem como as vantagens associadas à certificação *on-line*.

O novo serviço de certificação por via electrónica, dirigido às empresas que necessitem de comprovar a sua qualidade de PME, contribuiu significativamente para a uniformização da classificação das PME, dispensando – as de apresentar qualquer comprovativo e, entre outras vantagens, assegurar uma resposta atempada e eficaz da Administração Pública aos cidadãos e empresas.

A intervenção do IAPMEI consistiu na concepção e proposta da medida (medida SIMPLEX), na preparação dos diplomas legais, no desenho e implementação do sistema de informação de suporte à “Certificação de PME *on-line*” e de consultas autorizadas do certificado electrónico através da Internet, e

no desenvolvimento de serviços de atendimento especializado às empresas, para assistência ao longo do ciclo de vida do processo de certificação. Para garantir a fiabilidade da certificação, o Instituto desenvolve também actividades de controlo *a posteriori* do estatuto atribuído.

No início de 2008, o sistema certificou *on-line* as primeiras PME, após registo no portal do IAPMEI, em www.iapmei.pt, ficando, a partir daí, permanentemente disponível para todas as empresas de Portugal Continental e entidades envolvidas em procedimentos que exijam o estatuto de PME. O serviço foi replicado (boa prática), no segundo semestre de 2008, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respectivamente, através da Secretaria Regional da Economia e do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, ficando assim a abranger todo território nacional. Naquelas regiões, o acesso das empresas é feito através dos seguintes endereços electrónicos: www.azores.gov.pt e www.ideram.pt.

Portugal adoptou esta medida para aplicar com maior celeridade, rigor e transparência a Recomendação da Comissão Europeia, continuando a ser o único país que dispõe de um serviço *on-line* de Certificação de PME, o que, por si só, constitui um padrão transnacional de boas práticas.

De notar que o desenvolvimento da Certificação de PME *on-line* continua a ser uma prioridade para o IAPMEI, tendo a consolidação do serviço constituído uma iniciativa do Instituto para o ano de 2010, a qual foi plenamente concretizada (informação mais detalhada sobre esta iniciativa pode ser encontrada no ponto iv.5).

Existem referências em http://ec.europa.eu/youreurope/business/starting-business/setting-up/portugal/index_pt.htm (Portal da Comissão Europeia), e em <http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/NoticiaseEventos/noticia.htm?guid=%7BE3B5F47E-1100-46E6-BC59-2995588C4655%7D> (Portal da Empresa), para além de várias ligações a partir de *sites* de entidades públicas e de associações empresariais e sectoriais, por exemplo. Existem ainda referências em relatórios, como, no âmbito da criação de um ambiente de negócios favorável à actuação das empresas, particularmente das pequenas e médias empresas, no 1º Relatório Intercalar de Execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, e no domínio da simplificação legislativa e administrativa, no Programa Simplex (Balanço do Simplex 2007 e 4 Anos de Simplex).

- **European Business Test Pannel (EBTP)**

Coordenação nacional do *European Business Test Pannel (EBTP)*, uma ferramenta única através da qual as empresas aderentes integram um painel de observação e consulta da Comissão Europeia. Sendo um canal privilegiado de comunicação com a Comissão, este painel é particularmente importante no apoio aos decisores políticos da UE em matérias de âmbito empresarial. As empresas membros do EBTP, em contrapartida, podem aceder em primeira mão a informações, orientações e novas propostas a emanar da Comissão Europeia em tudo o que respeita ao negócio onde se inserem.

Actualmente, o EBTP integra cerca de 3545 empresas, de diferentes dimensões e actividades, por todos os Estados-membros. Visando aumentar a participação portuguesa neste painel, foi desenvolvido um conjunto de actividades integradas que incorreram num aumento de cerca de 38,5 % de empresas portuguesas registadas no painel do EBTP. De salientar que em final de 2010 Portugal registava 70% do total de empresas que a Comissão Europeia definiu para o nosso país até final de 2012.

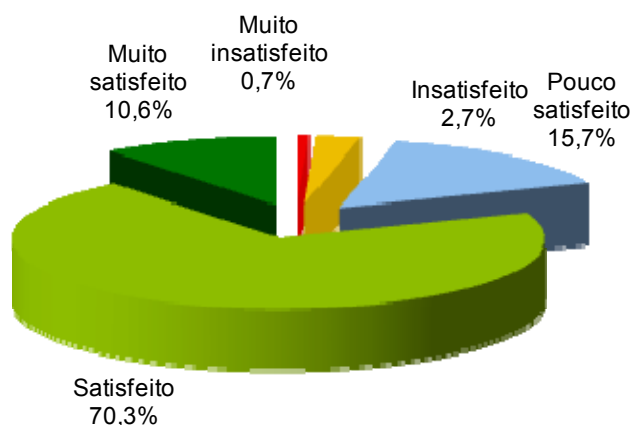
vii. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores

O inquérito à satisfação dos colaboradores do IAPMEI teve a sua primeira edição em 2008, e pretende ser um instrumento adicional de avaliação de desempenho que permita ajudar a conhecer de forma mais aprofundada a opinião que os *stakeholders* – não só os clientes, mas desta forma também os colaboradores do próprio Instituto – têm do IAPMEI, do papel que este exerce na economia nacional e da forma como o leva a cabo, tendo em vista a melhoria contínua do seu desempenho.

Este inquérito foi aplicado ao universo, ou seja, aos 378 dirigentes intermédios e demais trabalhadores do Instituto, independentemente do seu vínculo, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 56,1%, o que resulta num erro amostral de 4,6%. O inquérito foi feito por via electrónica (*e-mail* com *link* para formulário electrónico disponibilizado na Intranet do IAPMEI) entre os dias 4 e 23 de Março de 2011.

À semelhança do que vinha acontecendo em anos anteriores, os colaboradores do IAPMEI continuam a manifestar uma satisfação global com o Instituto muito elevada, com 81% a afirmarem estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o IAPMEI. Ora isto representa um aumento de 10 pontos percentuais (p.p.) face à avaliação feita em 2009, o que é muito expressivo.

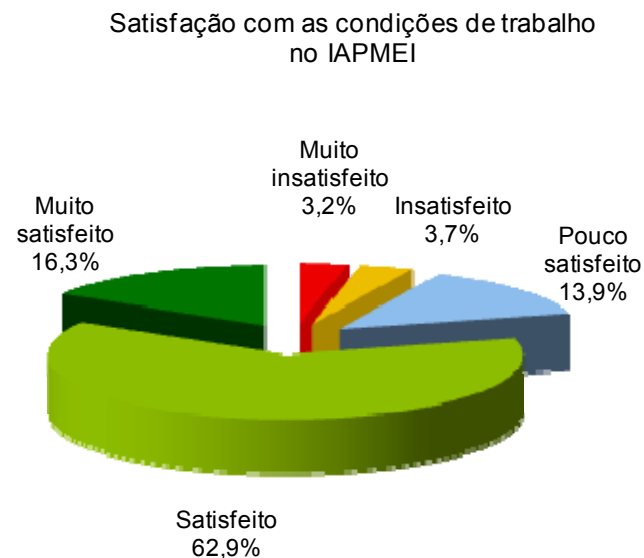
Satisfação global com o IAPMEI



Olhando em maior detalhe para estes resultados, constata-se que estes níveis de satisfação são particularmente elevados no que respeita às componentes de imagem e de desempenho global da organização (86,8% e 85,8% dos colaboradores estão satisfeitos ou muito satisfeitos com estes itens, respectivamente), assim como ao relacionamento da organização com os seus *stakeholders* (85,4%).

Os inquiridos sentem, contudo, que, apesar de terem existido melhorias neste domínio, os níveis de envolvimento dos colaboradores no funcionamento da organização deveriam ser mais fortes sendo que, a par de 65,6% de satisfeitos ou muito satisfeitos existem 27,4% de pessoas pouco satisfeitas. De notar, no entanto, que a satisfação com este item aumentou mais de 10 p.p., sendo que os colaboradores insatisfeitos ou muito insatisfeitos diminuíram em aproximadamente 9 p.p. (para 7,1%).

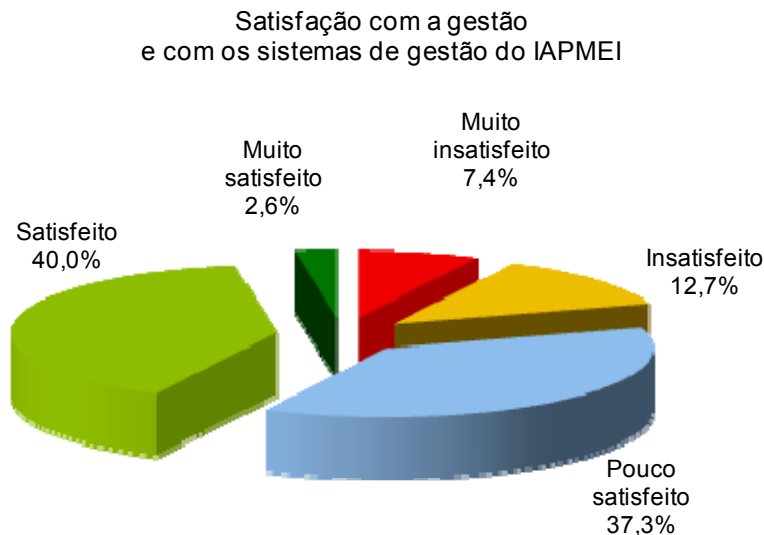
A crescente satisfação com as condições de trabalho é outro ponto a destacar no âmbito desta avaliação, com mais de 79% dos colaboradores do Instituto a dizerem-se satisfeitos ou muito satisfeitos com as mesmas – ou seja, um acréscimo da satisfação face a 2009 muito próximo dos 11 p.p..



Dentro deste ponto, o horário de trabalho (96,2%) continua a surgir no topo dos aspectos que mais agradam aos colaboradores do IAPMEI, seguido muito de perto pelo ambiente de trabalho e pela possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais (86,8%, em qualquer dos casos). Tal como em 2009, os níveis de satisfação baixam um pouco face aos anteriores (63,7%) quando se trata de olhar para a igualdade de tratamento que é conferida na organização, mas traduzem, ainda assim, uma subida muito significativa da satisfação (mais de 15 p.p.).

Equipamentos e instalações permanecem, por outro lado, como pontos que reúnem uma maioria de opiniões favoráveis: 89,6% dos colaboradores estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os equipamentos informáticos, 86,3% com as condições de segurança das instalações e 74,1% com as condições de higiene. Mas o mesmo continua a não se poder dizer dos serviços de refeitório e de bar, onde as opiniões estão agora perfeitamente divididas: 50% dizem-se satisfeitos ou muito satisfeitos, enquanto que 50% que estão, no mínimo, pouco satisfeitos, sendo que, de entre estes, metade se declaram insatisfeitos ou mesmo muito insatisfeitos com os referidos serviços. De notar que as avaliações dos serviços de refeitório e bar eram, no ano passado, apenas ligeiramente mais negativas, o que faz desta a única área em que não houve praticamente evolução da satisfação.

A componente de gestão e dos sistemas de gestão é, mais uma vez, aquela que acolhe os níveis de satisfação mais moderados – neste caso, são apenas cerca de 43% os colaboradores que se sentem satisfeitos ou muito satisfeitos, ainda assim reflectindo um incremento da satisfação em 9 p.p. face a 2009.



A implementação do sistema de avaliação e a forma de fixação de objectivos permanecem como os itens avaliados neste âmbito que colhem maior satisfação, com a percentagem de colaboradores satisfeitos ou muito satisfeitos a rondar os 50% (49,1% e 55,7%, respectivamente).

O sentimento dos colaboradores do IAPMEI continua, contudo, a ser particularmente pouco positivo em matéria de recompensas pelos esforços desenvolvidos, em especial no que respeita à recompensa pelos esforços individuais, item relativamente ao qual somente 30,2% se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos, ao passo que 32,1% se dizem insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Já em matéria de recompensa pelos esforços de grupo o sentimento é um pouco mais positivo, ainda assim com apenas 35,4% de satisfeitos ou muito satisfeitos, a par de 23,1% de insatisfeitos ou muito insatisfeitos.

De salientar, no entanto, que se registou uma redução muito expressiva nos níveis de insatisfação em qualquer destes itens associados à gestão e sistemas de gestão face a 2009 – 18 p.p. e 14 p.p., respectivamente, no que respeita à implementação do sistema de avaliação e à forma de fixação de objectivos e 14 p.p. e 17 p.p. no que respeita às recompensas pelos esforços individuais e colectivos, respectivamente.

viii. Afecção real e prevista de recursos
Recursos Humanos

A pontuação inicialmente planeada dos recursos humanos corresponde a 4716 pontos, tendo um grau de execução de 105,32% (4967 pontos), verificando-se assim, um desvio de 251 pontos.

Grupo	Pontuação	Planeados (pontuação)	Nº de colaboradores planeados	Executados (pontuação)	Nº de colaboradores executados	Desvio	Grau de realização
Dirigente superior	20	100	5	166	8,3	66	106,00%
Dirigente intermédio e Chefe de equipa	16	544	34	546	34,125	2	100,37%
Técnico superior	12	3.348	279	3.494	291,17	146	104,36%
Assistente técnico	8	664	83	695	86,875	31	104,67%
Assistente operacional	5	60	12	66	13,2	6	110,00%
Total Geral		4.716	413	4.967	433,67	251	105,32%

Os desvios verificados devem-se ao facto de não ter sido planeado o pessoal afecto ao COMPETE, em exercício de funções no Gabinete de Gestão do POFC, bem como, nos dirigentes superiores planeados, não foram contabilizados nem o presidente nem os vogais da comissão directiva do POFC, num total de 3, que só ao nível da execução é que foram.

Assim, apresenta-se de seguida, a pontuação planeada corrigida, que corresponde a 4988 pontos, com um grau de realização de 99,58%.

Grupo	Pontuação	Planeados Corrigidos (pontuação)	Nº de colaboradores planeados	Executados (pontuação)	Nº de colaboradores executados	Desvio	Grau de realização
Dirigente superior	20	160	8	166	8,3	6	106,00%
Dirigente intermédio e Chefe de equipa	16	544	34	546	34,125	2	100,37%
Técnico superior	12	3.552	296	3.494	291,17	-58	98,37%
Assistente técnico	8	672	84	695	86,875	23	103,42%
Assistente operacional	5	60	12	66	13,2	6	110,00%
Total Geral		4.988	434	4.967	433,66	-21	99,58%

Os desvios apresentados são justificados com o elevado número de contratações ao abrigo do COMPETE e também ao facto de muitos trabalhadores não gozarem os dias de férias a que têm direito.

Recursos Financeiros

No quadro seguinte são apresentados os valores globais associados ao orçamento inicial, orçamento disponível e execução da despesa.

Orçamento	Inicial (1)	Disponível (2)	Realizado (3)	Desvio (4)=(3)-(2)
Funcionamento	424,98	898,10	416,75	- 481,35
PIDDAC	510,59	776,96	473,52	- 303,43
Total	935,57	1.675,05	890,27	- 784,78

(*) Valores em milhões de euros

Confrontando com o Plano de Actividades de 2010, verifica-se uma variação no valor total do orçamento, devido à rubrica PIDDAC, que é aumentada de €164,67 para €510,59, que corresponde aos os valores QREN Feder inscritos em rubricas extra-orçamentais, isto é, os que respeitam aos pagamentos de incentivo não reembolsável.

Em termos de desagregação da despesa, por grandes rubricas e segregando fundos nacionais e fundos comunitários no PIDDAC, os dados constam do quadro abaixo.

				(milhões €)
Organismo	Inicial (1)	Disponível (2)	Realizado (3)	Desvio (4)=(3)-(2)
Funcionamento:				
Despesas próprias	31,42	32,52	28,16	-4,36
Medidas de Apoio a Empresas	393,56	865,58	388,59	-476,99
SubTotal Funcionamento	424,98	898,10	416,75	-481,35
IAPMEI - PIDDAC - Receitas Gerais:				
Despesas próprias	3,70	2,96	1,90	-1,06
Medidas de Apoio a Empresas	56,42	46,77	38,29	-8,48
Estruturas de Apoio Técnico	2,38	9,47	6,61	-2,86
SubTotal PIDDAC - RGenerais	62,50	59,20	46,80	-12,40
IAPMEI - PIDDAC - Fundos Comunitários:				
Medidas de Apoio a Empresas	442,54	711,92	424,85	-287,07
Estruturas de Apoio Técnico	5,55	5,83	1,88	-3,96
SubTotal PIDDAC - FComunitários	448,09	717,76	426,73	-291,03
SubTotal PIDDAC	510,59	776,96	473,52	-303,43
TOTAL	935,57	1.675,05	890,27	-784,78

A variação entre o orçamento inicial e o disponível reflecte o efeito das alterações orçamentais efectuadas ao longo do ano, incluindo a integração dos saldos transitados da gerência anterior e o previsível reforço de entrada de verbas comunitárias associadas ao QREN, bem como das cativações estipuladas por lei, como se encontra reflectido no quadro abaixo:

Organismo	Inicial (1)	Cativações (2)	IntSaldos (3)	Outras AO (4)	Disponível (5)=(1)-(2)+(3)+(4)	Realizado (6)	Desvio (4)=(6)-(5)
Funcionamento:							
Despesas próprias	31,42	3,57	4,44	0,23	32,52	28,16	-4,36
Medidas de Apoio a Empresas	393,56		408,04	63,99	865,58	388,59	-477,00
SubTotal Funcionamento	424,98	3,57	412,48	64,22	898,10	416,75	-481,35
IAPMEI - PIDDAC - Receitas Gerais:							
Despesas próprias	3,70	0,74			2,96	1,90	-1,06
Medidas de Apoio a Empresas	56,42	11,28	1,63		46,77	38,29	-8,48
Estruturas de Apoio Técnico	2,38	0,48	7,57		9,47	6,61	-2,86
SubTotal PIDDAC - RGerais	62,50	12,50	9,20	0,00	59,20	46,80	-12,40
IAPMEI - PIDDAC - Fundos Comunitários:							
Medidas de Apoio a Empresas	442,54		30,88	238,50	711,92	424,85	-287,07
Estruturas de Apoio Técnico	5,55		0,28		5,83	1,88	-3,96
SubTotal PIDDAC - FComunitários	448,09	0,00	31,17	238,50	717,76	426,73	-291,03
SubTotal PIDDAC	510,59	12,50	40,37	238,50	776,96	473,52	-303,43
TOTAL	935,57	16,07	452,84	302,72	1.675,06	890,27	-784,78

Tendo em conta os valores acima apresentados, verifica-se que a despesa efectiva corresponde a cerca de 53% da estimativa ajustada, principalmente em virtude na menor execução nos projectos apoiados, quer nos associados ao QREN (com impacto também ao nível da receita), quer nos integrados em funcionamento e suportados por verbas nacionais (e à qual não é alheia a tardia aprovação de parte dos saldos transitados de anos anteriores).

III. Balanço Social

Os quadros e informação completa do Balanço Social de 2009, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 196/96, de 9 de Outubro, constam no anexo II.

i. Análise sintética

O IAPMEI contava com um efectivo global, à data de 31 de Dezembro de 2010, de 361 trabalhadores, dos quais 33 exercem cargos dirigentes em regime de comissão de serviço, com exclusão dos membros do Conselho Directivo.

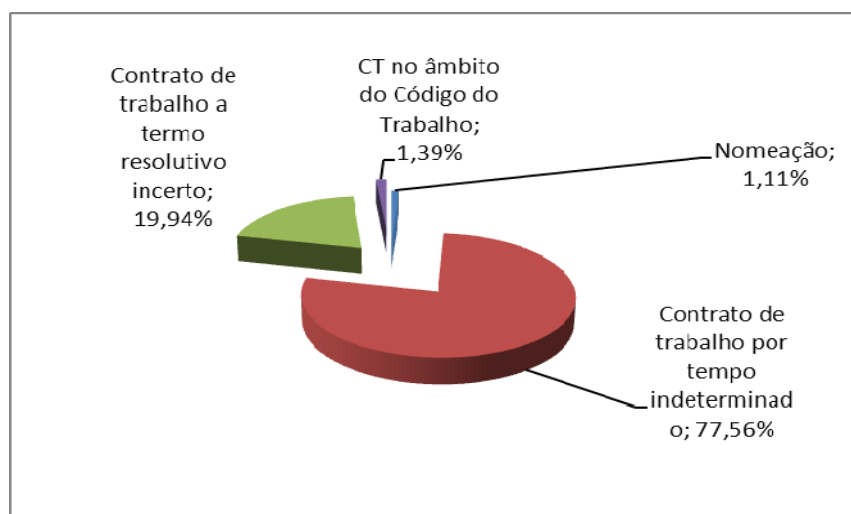
Distribuição do Efectivo Global do IAPMEI, em 31 de Dezembro de 2010:

Vínculo	SEXO	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Total	%
Comissão de serviço ao abrigo do estatuto do pessoal dirigente	H	3						
	M	1						
	T	4					4	1,1%
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	H	20	75	10	10	2	117	
	M	13	91	58		1	163	
	T	33	166	68	10	3	280	77,6%
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto	H		15	1			16	
	M		48	8			56	
	T		63	9			72	19,9%
CT no âmbito do Código do Trabalho	H							
	M		3	2			5	
	T		3	2			5	1,4%
Total dos efectivos	H							
	M							
	T	37	232	79	10	3	361	100,00%

A maioria dos trabalhadores do IAPMEI tem uma relação de trabalho por tempo indeterminado (77,6%), existindo, ainda, situações de contratos a termo incerto (19.9%).

Os membros do Conselho Directivo representam 1,1% da totalidade do Efectivo Global, em regime de nomeação.

Distribuição percentual do Efectivo Global do IAPMEI, em 31 de Dezembro de 2010:



Caracterização dos Recursos Humanos

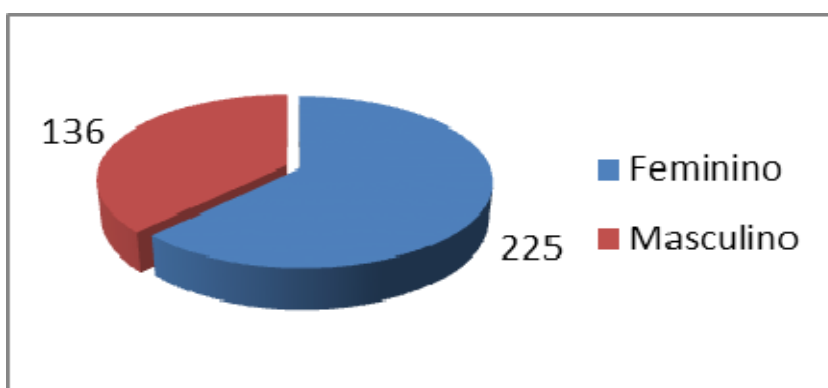
A caracterização do Efectivo Global do IAPMEI que a seguir se apresenta abrange os trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado (280), os trabalhadores contratados a termo incerto (72) e em Comissão de serviço ao abrigo do estatuto do pessoal dirigente (4), num total de 361 trabalhadores.

Género

A distribuição dos trabalhadores do IAPMEI por género reflecte que há predominância das mulheres, 225 (62,3%) em relação aos homens, 136 (37,7%).

Distribuição do Efectivo do IAPMEI, por Género:

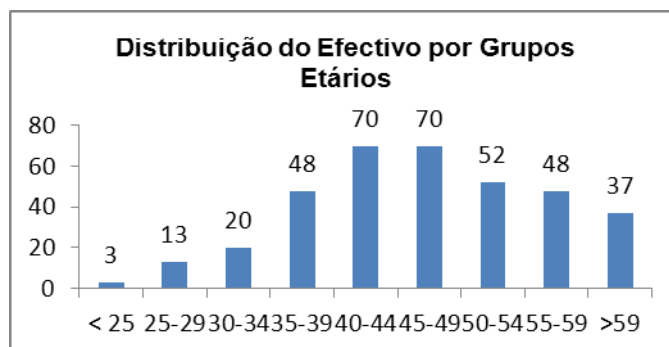
Género	Nº Trabalhadores	%
Feminino	225	62,3
Masculino	136	37,7
Total	361	100,0



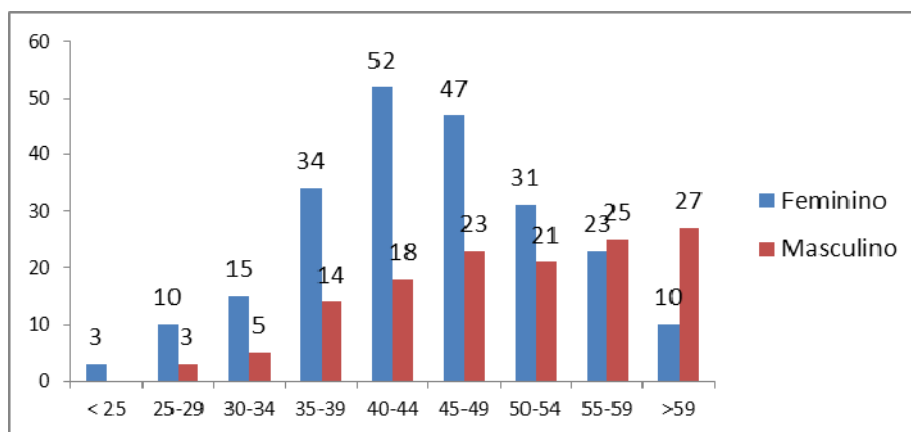
Idade

Quanto à distribuição por grupo etário, verifica-se que a faixa etária entre os 40-49 anos é a mais populosa (38.8%) e que é predominantemente feminina (27,4%) em relação à masculina (11.4%).

Distribuição percentual do Efectivo do IAPMEI, por Grupo Etário:



Distribuição do Efectivo do IAPMEI, por Grupo Etário e por Género:

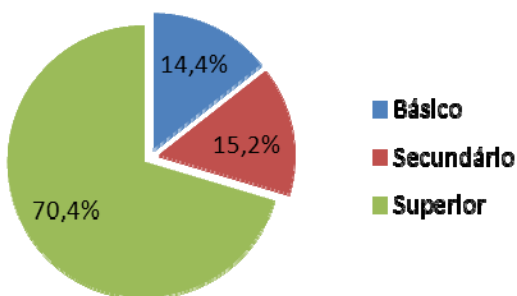


A média etária dos trabalhadores do IAPMEI situava-se, em 31 de Dezembro de 2010, em 47 anos.

Habilitações Escolares

As habilitações escolares dos trabalhadores do IAPMEI assumem maior realce ao nível do ensino superior (70.4%), em relação ao ensino secundário (15.2%) e ao ensino básico (14.4%).

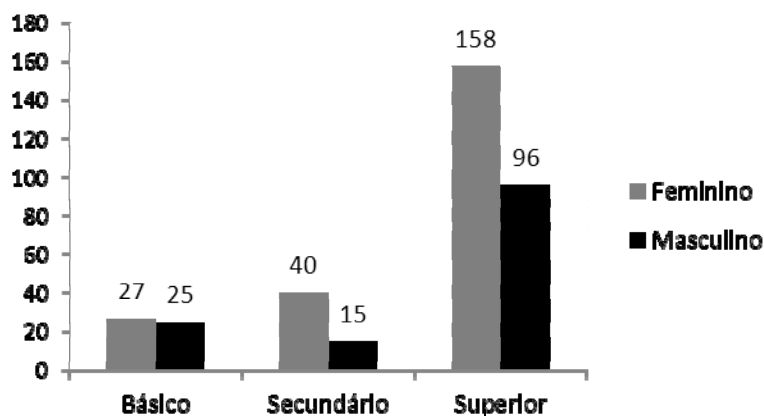
Distribuição percentual do Efectivo do IAPMEI, por Habilitações Escolares:



As habilitações escolares por género ilustram que, em todos os níveis, as mulheres predominam em relação aos homens. No ensino superior (43.77% para 26.59%), no ensino secundário (11.8% para 4,6%) e no ensino básico (7.48% para 6.93%).

Habilitações escolares	Género				Total	
	Feminino	Masculino	Fem. %	Masc. %	Nº	%
Básico	27	25	7,48	6,93	52	14,40
Secundário	40	15	11,08	4,16	55	15,24
Superior	158	96	43,77	26,59	254	70,36
Total	225	136	62,33	37,67	361	100,00

Distribuição do Efectivo do IAPMEI, por Habilitações Escolares e por Género:



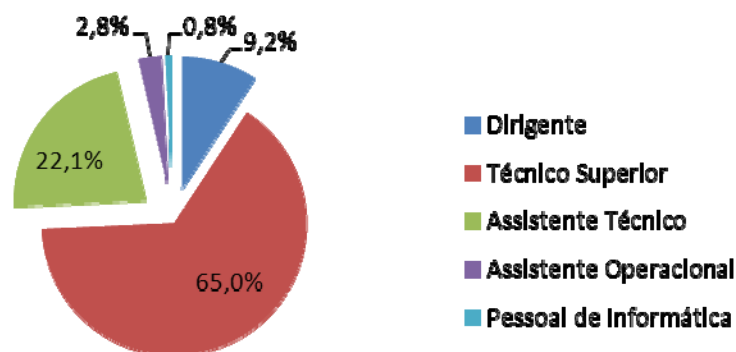
Cargo/Carreira Profissional

Em termos de cargo/carreira profissional, verifica-se uma decomposição por:

- Dirigente,
- Técnico Superior,
- Assistente Técnico,
- Assistente Operacional,
- Pessoal de Informática,

distribuindo-se, percentualmente, o Efectivo do IAPMEI, de acordo com a figura seguinte.

Distribuição percentual do Efectivo do IAPMEI, por Cargo/Carreira Profissional:

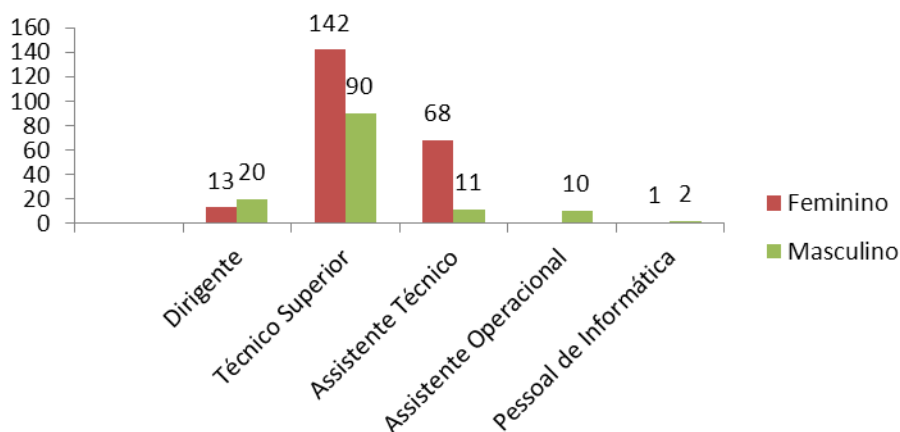


A carreira de técnico superior detém o maior peso percentual (65,00%), com 142 mulheres (39,78%) e 90 homens (25,21%). A carreira de assistente técnico conta com 11 homens e 68 mulheres (3,08% para 19,05%), a carreira de assistente operacional com 10 homens (2,80%) e o cargo de dirigente com 20 homens (5,60%) e 13 mulheres (3,64%).

Distribuição do Efectivo do IAPMEI, por Cargo/Carreira Profissional e por Género:

Cargo/Carreira Profissional	Feminino	Masculino	Fem. %	Masc. %	Total	
					Nº	%
Dirigente	13	20	3,64	5,60	33	9,2
Técnico Superior	142	90	39,78	25,21	232	65,0
Assistente Técnico	68	11	19,05	3,08	79	22,1
Assistente Operacional		10		2,80	10	2,8
Pessoal de Informática	1	2	0,28	0,56	3	0,8
Total	224	133	62,75	37,25	357	100,0

Distribuição do Efectivo do IAPMEI, por Cargo/Carreira Profissional e por Género (cont.):

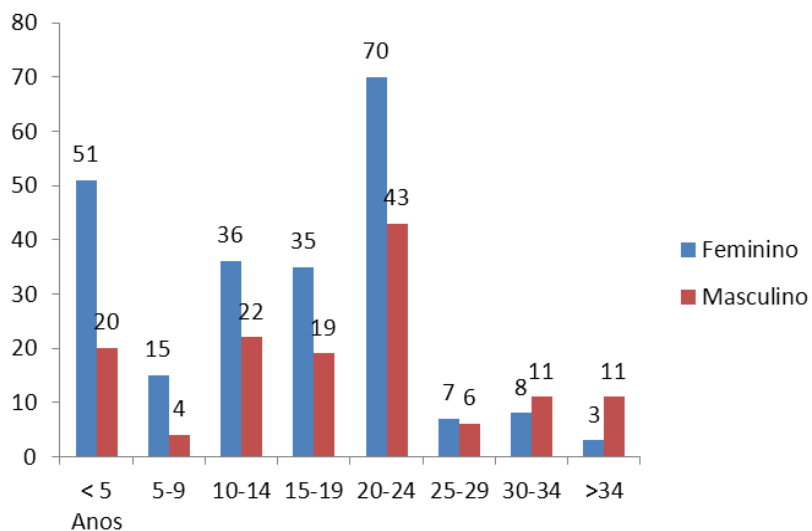


Nível de Antiguidade

A média de antiguidade dos trabalhadores do IAPMEI, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 16 anos.

Distribuição do Efectivo, por Antiguidade e por Género:

Estrutura de antiguidade	Género				Total	
	Feminino	Masculino	Fem. %	Masc. %	Nº	%
< 5 Anos	51	20	14,1	5,5	71	19,7
5-9	15	4	4,2	1,1	19	5,3
10-14	36	22	10,0	6,1	58	16,1
15-19	35	19	9,7	5,3	54	15,0
20-24	70	43	19,4	11,9	113	31,3
25-29	7	6	1,9	1,7	13	3,6
30-34	8	11	2,2	3,0	19	5,3
>34	3	11	0,8	3,0	14	3,9
Total	225	136	62,3	37,7	361	100,0



Movimentação

Durante o ano de 2010, aferem-se 14 entradas e 13 saídas, no total. As entradas corresponderam a situações de novas contratações a termo resolutivo incerto no âmbito da assistência técnica ao POFC.

Movimentação do Efectivo Global, em 2010:

Vinculo contratual	Entradas	Saídas
Termo Incerto	11	
Mobilidade interna	2	1
Tempo indeterminado	1	10
Comissão de Serviço		2
Total	14	13

Custos

Dos custos com o Efectivo do IAPMEI, mencionam-se os mais indicativos, excluindo as situações particulares, como Órgãos Sociais.

Custos com o Efectivo, em 2010:

Encargos	Valor (Euro)
Remuneração base	9 899 652,15
Suplementos remuneratórios	1 207 609,17
Prémios de desempenho	44 934,38
Prestações sociais	940 998,43
Benefícios sociais	945 288,08
Trabalho extraordinário	113 743,43
Ajudas de custo	76 775,33
Representação	60 446,96
Formação	131 401,74
Medicina no trabalho	18 202,50
Total	13 439 052,17

Absentismo

O absentismo apresenta-se classificado em dois grupos:

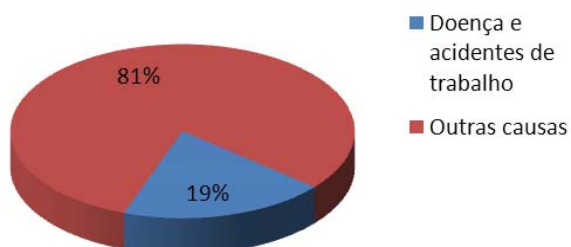
- Doença e acidente de trabalho (tempo perdido por doença e acidente de trabalho);

- Outras causas (tempo perdido por maternidade, paternidade, casamento, nojo, estudos, assistência familiar, falta, ...).

1.1. Absentismo Global

Dentro do absentismo global, no total de 4.765 dias, as ausências por doença e acidente de trabalho atingem 57,40% e as ausências por outras causas 42,60%,

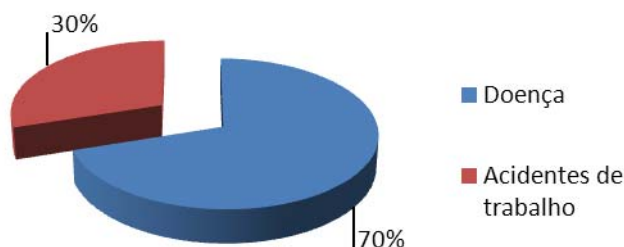
Distribuição percentual dos dias de absentismo global, em 2010



1.2. Doença e Acidente de Trabalho

O número de dias de absentismo por doença e acidente de trabalho, durante o ano de 2010, é de 2734 dias. Ao analisar-se percentualmente a distribuição do absentismo específico por doença e acidente de trabalho, destaca-se a doença com 81% em relação ao acidente de trabalho (19%).

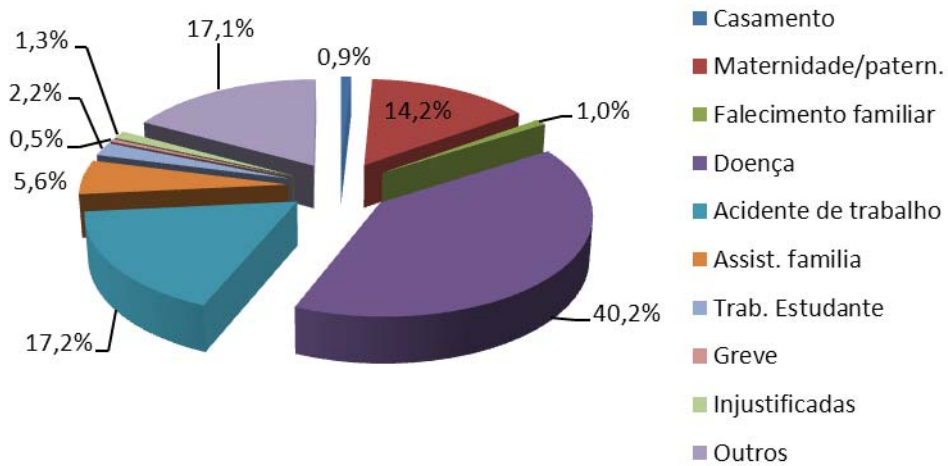
Distribuição percentual dos dias de absentismo por Doença e Acidente de Trabalho, em 2010



1.3. Outras Causas

Na distribuição percentual das ausências por outras causas que não doença e acidentes de trabalho, é de salientar a ausência por maternidade/paternidade (14,20%), seguida da assistência familiar remunerada (5,60%). Assume grande relevo a ausência por causas diversas, como seja a greve, o estudo, o nojo, e faltas justificados remunerados e não remunerados, doação de sangue, cumprimento de pena disciplinar, licença não remunerada (19,40%).

Distribuição percentual dos dias de absentismo em 2010:



Trabalho Extraordinário

O tempo trabalhado extraordinariamente, durante o ano de 2010, foi de aproximadamente 7 378 horas, no total de dias úteis.

Resumo do Trabalho Extraordinário, em N° de Horas

Prestação do trabalho	Nº de horas
Diurno e nocturno	7 378:37:00
Dias de descanso complementar	
Dias de descanso semanal obrigatório	
Total	7 378:37:00

Aprendizagem

Face à missão que foi atribuída à Direcção de Gestão e Organização de Recursos de gestão e desenvolvimento dos recursos humanos do IAPMEI, na esteira de contínuo alinhamento das competências disponíveis na organização com a sua estratégia, numa cultura de flexibilidade e mobilidade internas, orientada para o cliente e detentora de conhecimento especializado e diferenciado, em termos compatíveis com a satisfação da expectativa dos seus colaboradores, durante o ano de 2010, verificou-se a participação de **218** colaboradores do IAPMEI em acções de formação, o que corresponde a **60,40%** do efectivo considerado.

O universo do efectivo do IAPMEI em exercício de funções à data de 31 de Dezembro de 2010, contava com 361 trabalhadores.

Durante o ano de 2010, verificou-se ainda a participação de 2 trabalhadores do IAPMEI, no processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC Secundário), no âmbito do projecto “Novas Oportunidades”, do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

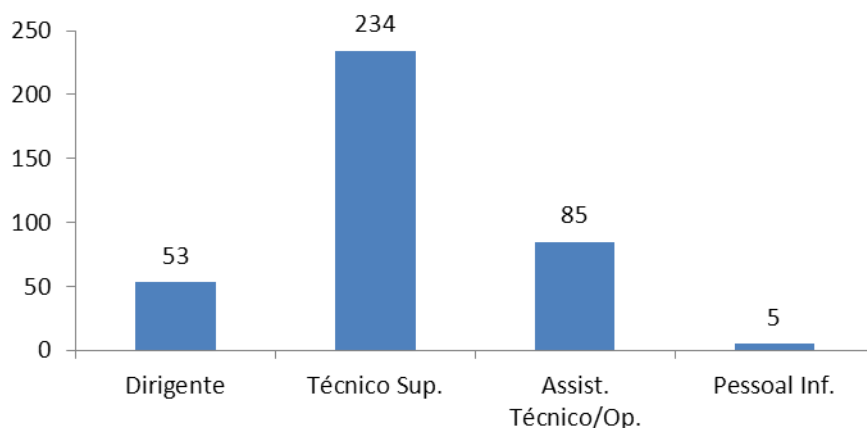
Resumo do nº de participações e do nº de horas despendidas em acções de formação por Cargo/Carreira Profissional

	Dirigente	Técnico Sup.	Assist. Técnico/Op.	Pessoal Inf.
Nº Participações	53	234	85	5
Nº de horas	1350:00:00	3425:00:00	1331:00:00	102:00:00

Nota:

1. Na coluna dos Técnico Assistentes estão incluídas as horas de formação do pessoal da carreira Administrativa, Técnico Profissional e Técnico do quadro 4.3 do Balanço Social (formato 2008)

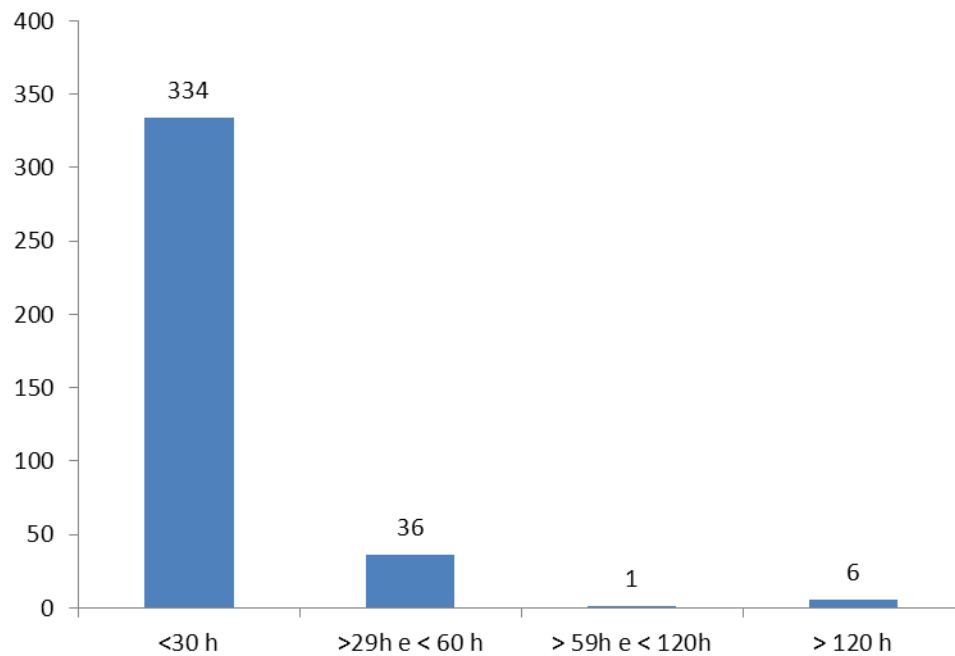
Distribuição do nº de participações em acções de formação por Cargo/Carreira Profissional:



Os técnicos superiores foram os trabalhadores que mais beneficiaram de acções de formação (59,60%), tendo sido ministradas 3 425 horas de formação durante o ano de 2010, num total de 234 participações em acções de formação. De salientar a participação, da maioria dos dirigentes nas acções de formação realizadas.

Distribuição do n.º de acções, por duração:

Nº de acções	<30 h	>29h e < 60 h	> 59h e < 120h	> 120 h	Total
		334	36	1	6



Medicina do Trabalho

Em termos de Medicina do Trabalho, em 2010, foram realizados 220 exames médicos, de carácter periódico.

Exame	Nº	Custo (Euro)
Periódicos	220	18 202,50

IV. Avaliação Final

i. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

A expressão qualitativa da avaliação final do desempenho do IAPMEI corresponde à menção de Desempenho Bom, tendo em conta que o IAPMEI atingiu todos os objectivos, tendo mesmo superado a maioria deles, a qual será objecto de proposta nos termos do n.º 3 do art.º 18.º do Decreto – Lei n.66-B/2007, de 28 de Dezembro.

O quadro seguinte sintetiza o grau de realização dos objectivos e a avaliação dos resultados, a qual evidencia a superação da maioria dos objectivos.

Nº de Objectivos	Intervalo de Realização	Grau de Realização	Níveis de Graduação
1	[95%;105%]	118%	Supera
2	[95%;105%]	111%	Supera
3	[93%;103%]	115%	Supera
4	[95%;105%]	107%	Supera
5	[95%;105%]	100%	Atinge
6	[95%;105%]	115%	Supera
7	[95%;105%]	100%	Atinge

Índice de Desempenho Global:

Parâmetros	Ponderação dos parâmetros	Grau de Realização	IDG
Eficácia	45%	113%	109%
Eficiência	30%	100%	
Qualidade	25%	111%	

Note-se que o índice de desempenho global está calculado, tendo em conta que o objectivo nº7 “*Aumentar a satisfação dos clientes, excedendo a meta de 70%*”, será atingido. Pois tendo em conta o histórico deste objectivo, observando especificamente para o ano passado, que foi superado, é expectável que este ano, pelo menos seja atingido.

Tendo em consideração as actividades desenvolvidas (previstas e não previstas), analisadas no respectivo Capítulo, concluí-se que a execução global do plano de actividades foi elevada, tendo em conta os resultados obtidos, medidos através dos respectivos indicadores.

ii. Menção proposta pelo dirigente máximo

“De acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, como resultado da auto – avaliação, o IAPMEI atingiu todos os objectivos, superando alguns deles, cuja expressão qualitativa da avaliação final do desempenho, que proponho ao abrigo do n.º3 do mesmo artigo, corresponde à menção Desempenho Bom”.

O Presidente

Luís Filipe dos Santos Costa

iii. Conclusões prospectivas

A prossecução da missão do IAPMEI, consubstanciada no cumprimento dos objectivos estratégicos e dos compromissos assumidos com Empresas, Empreendedores e Empresários, traduz – se na vontade de satisfazer, naquilo que cabe ao Estado, as suas necessidades, no pressuposto de que serão as empresas a protagonizar o crescimento económico nacional.

O sucesso da intervenção depende da identificação dos constrangimentos ao crescimento económico e da adopção de estratégias correctamente orientadas para a optimização do impacto. O actual modelo de economia é dominado por empresas maduras com produtos e tecnologias em declínio. A renovação e requalificação da estrutura empresarial devem ser orientadas para a concentração de empresas em sectores emergentes e com níveis de qualificação elevados. Este processo exige fortes dinâmicas de inovação e mudança. As mudanças podem ser induzidas por políticas que facilitem a criação de empresas de base tecnológica, qualificação das capacidades e competências e reorientação estratégica para o crescimento e internacionalização.

Para promover a produtividade e o crescimento, é necessário dinamizar a criação e dissolução de empresas, induzir investimento qualificado, promover a inovação e facilitar o acesso a financiamento ao longo do ciclo de vida, privilegiando as iniciativas com maior impacto potencial nos factores dinâmicos de competitividade.

No actual quadro circunstancial da economia, beneficiando de reconhecimento público enquanto instituição proactiva de apoio às iniciativas de criação e crescimento empresarial e promoção da melhoria do ambiente de negócios, o IAPMEI intensificará a sua actividade, no sentido de minimizar os efeitos negativos da actual situação do País, de fragilidade económica e de crise financeira.

Para potenciar sinergias e alavancar o impacto da intervenção, o Instituto actuará também por via indirecta desenvolvendo parcerias estratégicas com os agentes relevantes da envolvente empresarial.

Em consonância com princípios anteriores, os vectores estratégicos que orientarão a actividade nos próximos anos, são:

V1. – Desenvolver o empreendedorismo qualificado e facilitar o arranque de empresas inovadoras, actuando, essencialmente, nos factores associados a:

- Interacção com as infra-estruturas físicas e tecnológicas,
- Transferência de conhecimento e tecnologia gerados no Sistema Científico e Tecnológico,
- Acesso a financiamento nas primeiras fases do ciclo de vida,
- Investimento na criação e arranque de empresas inovadoras,

V2. – Reforçar as capacidades e competências para a inovação e competitividade, através duma intervenção nos seguintes factores:

- Qualificação dos recursos humanos e interacção com os centros de saber,
- Interacção com o Sistema Científico e Tecnológico, em especial, com as entidades participadas tecnológicas do IAPMEI,
- Transferência de conhecimento e tecnologia entre a universidade e a empresa,
- Investimento na capacitação para a inovação e produtividade.
-

V3. – Promover estratégias empresariais de crescimento inovador e internacional, focando a actuação nos seguintes factores:

- Informação relevante para a actividade empresarial,
- Dinâmica de inovação e de aumento da produtividade,
- Sustentabilidade das estratégias e acesso a financiamento,
- Investimento em inovação e internacionalização.

Privilegiando aqueles factores críticos, a intervenção concentrar-se-á nas quatro áreas seguintes:

- Inovação empresarial, nas dimensões individual e colectiva, em interacção com o Sistema Científico e Tecnológico,
- Investimento empresarial, especialmente, investimento qualificado em factores dinâmicos de competitividade,
- Empreendedorismo e financiamento empresarial, prioritariamente, empreendedorismo de elevado potencial e financiamento ao longo das fases críticas do ciclo de vida das empresas,
- Dinâmica empresarial, nas vertentes inovação, produtividade e internacionalização.

Para melhorar o suporte à intervenção externa do Instituto, tornando-a mais qualificada e coerente com a estratégia definida, a actuação concentrar-se-á nos seguintes factores:

- Alinhamento estratégico e desempenho do serviço, compreendendo o ciclo anual e plurianual de gestão (planeamento, monitorização e avaliação), sistema de gestão do desempenho (SIADAP), sistema de gestão da qualidade e da satisfação dos clientes e dos colaboradores,
- Qualificação das capacidades e competências, com base no plano anual de formação,
- Gestão do conhecimento, compreendendo elaboração de estudos, relatórios e produção de informação relevante para a actividade,
- Gestão dos sistemas de informação e comunicação,
- Gestão dos recursos físicos e financeiros, designadamente, captação de fontes de financiamento, gestão de tesouraria (saldo médio de tesouraria não aplicado), contributo para a redução do défice público, contenção de custos, gestão das participações sociais, inventariação do património imobiliário e contratação pública.

V. Anexo

i. QUAR de 2010

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO
 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

Missão: Apoiar as empresas e empreendedores nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, contribuindo para a criação das condições favoráveis ao reforço das competências e capacidades de gestão e inovação, e ao acesso aos mercados financeiros.

Objectivos estratégicos (OE):

OE 1: Promover estratégias empresariais de crescimento inovador e internacional

OE 2: Reforçar as competências e as capacidades para a inovação e competitividade

OE 3: Desenvolver o empreendedorismo qualificado e facilitar o arranque de empresas inovadoras

Objectivos operacionais	Meta Ano 2009	Meta Ano 2010	Concretização			Desvios		
			Resultado	Classificação				
				Superou	Atingiu		Não atingiu	
EFICÁCIA			113%			13%		
OB 1	Ponderação de 30%		118%			18%		
Aumentar em 200% o n.º de empresas e empreendedores com acesso facilitado ao financiamento	Ind 1	N.º de projectos de criação de empresas dinamizados e com o acesso facilitado a financiamento	150	188	239	X	27%	
	Peso	45%						
	Grau de Realização				127%			
	Ind 2	N.º de Pequenas e Médias Empresas (PME) com acesso facilitado a financiamento, através do estatuto PME Líder	3850	5000	6566	X	31%	
	Peso	30%						
	Grau de Realização				131%			
	Ind 3	N.º de PME envolvidas nas acções de aproximação às participadas financeiras do IAPMEI	n.a.	200	172		X	-14%
	Peso	25%						
	Grau de Realização						86%	
OB 2	Ponderação de 25%		111%			11%		
Aumentar em 25% as PME abrangidas pelas acções de qualificação de competências estratégicas	Ind 4	N.º de PME envolvidas em acções de formação e de qualificação	200	350	430	X	23%	
	Peso	35%						
	Grau de Realização				123%			
	Ind 5	N.º de PME envolvidas nos Encontros para a Competitividade	750	850	856		X	1%
	Peso	35%						
	Grau de Realização					101%		
	Ind 6	Proporção de realização associada à concepção e arranque do novo modelo "BBP - Benchmarking e Boas Práticas para a Inovação" (1)	n.a.	80%	88%	X	10%	
	Peso	30%						
	Grau de Realização					110%		
OB 3	Ponderação de 25%		115%			15%		
Aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação	Ind 7	N.º de PME envolvidas em acções de promoção-piloto com entidades da envolvente, indutoras de inovação e competitividade	100	250	320	X	28%	
	Peso	50%						
	Grau de Realização					128%		
	Ind 8	Proporção de realização de um plano de acção associado à concepção de um projecto para o lançamento de uma rede de inteligência estratégica em inovação ("Observatório de Inovação Empresarial")	n.a.	95%	96%		X	1%
	Peso	50%						
	Grau de Realização					101%		

OB 4	Ponderação de 20%		107%						7%
Apoiar a transmissão, redimensionamento e reestruturação, orientando e assistindo 80% dos processos	Ind 9	Proporção de situações problemáticas de reestruturação e de conciliação de credores orientadas para uma solução	60%	80%	85%	X			6%
	Peso	55%							
	Grau de Realização						106%		
	Ind 10	N.º PME apoiadas, através de consultoria ou assistência técnica, em processos de transmissão, fusão ou aquisição	n.a.	50	54		X		8%
Peso	45%								
Grau de Realização							108%		
EFICIÊNCIA			100%						0%
OB 5	Ponderação de 100%		100%						0%
Aumentar em 5% a eficiência da análise e em 3% o pagamento dentro do prazo, no processamento dos incentivos	Ind 11	N.º de candidaturas aos sistemas de incentivo, com excepção dos vales de I&DT e de Inovação, analisadas no ano dentro do prazo	1900	1995	2064		X		3%
	Peso	55%							
	Grau de Realização							103%	
	Ind 12	Proporção de decisões dentro do prazo, dos pedidos de pagamento entrados no ano	77,7%	80,1%	76,8%		X		-4%
Peso	45%								
Grau de Realização							96%		
QUALIDADE			81%						-19%
OB 6	Ponderação de 70%		115%						15%
Executar os planos de melhoria dos serviços de atendimento, informação e assistência	Ind 13	Proporção de acréscimo das PME assistidas relativamente à meta de 2008, no âmbito do plano de consolidação do Serviço de Assistência Empresarial	100%	110%	127%	X			15%
	Peso	55%							
	Grau de Realização						115%		
	Ind 14	Proporção de realização associada à criação do gestor de cliente da assistência empresarial	n.a.	90%	100%		X		11%
	Peso	25%							
	Grau de Realização						111%		
Ind 15	Proporção de execução das acções de melhoria da Enterprise Europe Network PT (2)	n.a.	80%	95,25%		X		19%	
Peso	20%								
Grau de Realização						119%			
OB 7	Ponderação de 30%		0%						-100%
Aumentar a satisfação dos clientes, excedendo a meta de 70%	Ind 16	Proporção de clientes inquiridos satisfeitos com o IAPMEI, com a pontuação de 3 a 6 numa escala de 1 a 6 (3)	70%	71%					-100%
	Peso	100%							
	Grau de Realização								

Legenda:
n.d. - não disponível;
n.a. - não aplicável.

Meios disponíveis				
Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	160	166	6
Dirigentes - Direcção Intermédia e Chefes de equipa	16	544	546	2
Técnico Superior	12	3552	3494	-58
Coordenador Técnico	9,0			0
Assistente Técnico	8	672	695	23
Encarregado geral operacional	7			0
Encarregado operacional	6			0
Assistente Operacional	5	60	66	6
TOTAL		4988	4967	-21

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	
Funcionamento	425,0	416,75	-8,23
PIDDAC	510,6	890,27	379,68

Parâmetros	Eficácia	Eficiência	Qualidade
	Ponderação	Ponderação	Ponderação
	45%	30%	25%

Avaliação final do serviço		
Bom	Satisfatório	Insuficiente

Listagem das Fontes de verificação (*)

Objectivo 1	Indicador 1	Listagem de projectos (SPGM e INOV Capital)
	Indicador 2	Listagem com PME Líder, seleccionadas pelo IAPMEI com os Bancos
	Indicador 3	Relatório de PME envolvidas nas acções de aproximação
Objectivo 2	Indicador 4	Listagens de PME inscritas/envolvidas nas acções de formação e de qualificação
	Indicador 5	Listagens de presenças nas sessões colectivas de trabalho
	Indicador 6	Documentos de suporte à implementação do BBP/site BBP
Objectivo 3	Indicador 7	Registos de presenças; Agendas, Programas ou Relatórios das acções; Registo de comunicações; Relatórios para a Comissão Europeia
	Indicador 8	Listagens SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos; Relatórios para a Comissão Europeia e outros associados ao acompanhamento dos projectos ou iniciativas; Site IAPMEI e sub-sites associados às iniciativas
Objectivo 4	Indicador 9	Lista de pedidos (BD DPAR)
	Indicador 10	Lista das empresas apoiadas e Fichas de Empresa da DPIF
Objectivo 5	Indicador 11	Listagens de candidaturas analisadas (SIGI e SIQREN) e tempos - padrão aplicáveis
	Indicador 12	Listagens de pedidos de pagamento (SIGI e SIQREN) e tempos - padrão aplicáveis
Objectivo 6	Indicador 13	Relatórios de assistência empresarial
	Indicador 14	Manual do gestor de assistência à empresa e listagem de empresas com gestor
Objectivo 7	Indicador 15	Documentos de suporte das acções / site EEN PT
	Indicador 16	Relatório do inquérito à satisfação do cliente (entidade externa)

(*) O IAPMEI utiliza um sistema de acompanhamento simples, composto por fichas de indicadores em excel, com informação de suporte ao planeamento e monitorização, incluindo a identificação das fontes de verificação.

Notas

(1) Iniciativa para a reestruturação da plataforma informática que sustenta o modelo do benchmarking, bem como o desenvolvimento de um modelo integrado da sua aplicação junto das empresas. A actuação a este nível contará também com a estreita articulação com a Rede de Consultores Nacionais de Benchmarking (CNB), principais veículos de introdução destas ferramentas nas empresas.

<http://www.iapmei.pt/iapmei-bmkindex.php>

(2) Criada pela Comissão Europeia para apoio às PME e à inovação, a *Enterprise Europe Network* (EEN) tem como actividades mais emblemáticas a informação sobre o mercado europeu e programas comunitários, a promoção de parcerias de negócios incluindo parcerias tecnológicas, a co-organização e promoção da participação em *brokerage* events e missões empresariais, bem como a participação em programas de I&D e outras iniciativas comunitárias orientadas para PME.

Neste contexto a actividade do IAPMEI tem uma natureza dupla. Compete-lhe, por um lado, a dinamização das actividades específicas da rede que lhe estão cometidas enquanto membro do consórcio nacional. Compete-lhe, por outro lado, a governação do mesmo, visando assegurar a coordenação intra consórcio e o desenvolvimento integrado e harmonioso de actividades globais da rede nacional, bem como a sua inserção nos objectivos da rede europeia.

<http://www.enterpriseeuropenetwork.pt/Paginas/default.aspx>

(3) O inquérito à satisfação dos clientes é aplicado a uma amostra de clientes, alguns dos quais utilizadores ou candidatos a utilizadores de mais do que um produto ou serviço, de modo a que os resultados tenham um erro máximo amostral global associado de 3%. O inquérito é feito por telefone no primeiro trimestre do ano. Consideraram-se como clientes as empresas que utilizaram ou se candidataram à utilização dos produtos ou serviços do IAPMEI no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano anterior.

ii. Balanço Social (Quadros e informação)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2010

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 70080000

Ministério: DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Serviço / Entidade: IAPMEI - INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS

EMPRESAS E À INOVAÇÃO

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro 2010 360

Em 31 de Dezembro 2010 361

Contacto para eventuais esclarecimentos

Nome _____

Tel: 213836000

E-mail: processamento.dprh@iapmei.pt

Data 31-03-2011

BALANÇO SOCIAL 2010

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16: Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem das acções de formação profissional realizadas durante o ano por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo Incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		CT no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	3	1	4
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	13	0	0	20	13	33
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	75	91	0	0	15	48	0	0	0	0	0	3	90	142	232
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	10	58	0	0	1	8	0	0	0	0	0	2	11	68	79
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10
Informático	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Doc. Ens. Universitário																			0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																			0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Outro Pessoal d)																			0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	97	150	0	0	16	56	3	1	20	13	0	5	136	225	361

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefas			0
Avenças			0
Total	0	0	0

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo);
- e) Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	3	4	5	4	4	1	4	2	2	0	0	0	0	0	0	20	13	33
Técnico Superior	0	0	0	3	3	7	3	13	9	26	11	33	14	32	12	14	17	11	17	3	4	0	0	0	90	142	232	
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	3	1	2	1	6	2	14	0	10	2	16	3	10	2	6	0	1	0	0	11	68	79	
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3	0	2	0	1	0	1	0	1	0	0	0	10	0	10	
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	
Magistrado																									0	0	0	
Diplomata																									0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0	
Doc. Ens. Universitário																									0	0	0	
Doc. Ens. Sup. Politécnico																									0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																									0	0	0	
Pessoal de Inspeção																									0	0	0	
Médico																									0	0	0	
Enfermeiro																									0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																									0	0	0	
Chefia Tributária																									0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																									0	0	0	
Conservador e Notário																									0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																									0	0	0	
Oficial de Justiça																									0	0	0	
Outro Pessoal de Justiça																									0	0	0	
Forças Armadas b)																									0	0	0	
Polícia Judiciária																									0	0	0	
Polícia de Segurança Pública																									0	0	0	
Guarda Nacional Republicana																									0	0	0	
Guarda Prisional																									0	0	0	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																									0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0	
Bombeiro																									0	0	0	
Outro Pessoal d)																									0	0	0	
Total	0	0	0	3	3	10	5	15	14	34	18	52	23	47	21	31	25	23	22	9	5	1	0	0	136	225	361	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas																									0	0	0
Avanços																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo);
e) Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ serviço	Tempo de	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)		1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Dirigente Intermédio a)		2	1	1	0	1	0	3	5	10	6	1	0	2	1	0	0	0	0	20	13	33	
Técnico Superior		14	39	2	15	14	26	13	22	27	32	4	4	6	3	10	1	0	90	142	232		
Assistente Técnico		1	10	0	0	2	10	3	7	2	32	0	3	2	4	0	2	1	11	68	79		
Assistente Operacional		1	0	1	0	2	0	1	0	3	0	1	0	1	0	0	0	0	10	0	10		
Informático		0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3		
Magistrado																			0	0	0		
Diplomata																			0	0	0		
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0		
Doc. Ens. Universitário																			0	0	0		
Doc. Ens. Sup. Politécnico																			0	0	0		
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0		
Pessoal de Inspeção																			0	0	0		
Médico																			0	0	0		
Enfermeiro																			0	0	0		
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0		
Chefia Tributária																			0	0	0		
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0		
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0		
Conservador e Notário																			0	0	0		
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0		
Oficial de Justiça																			0	0	0		
Outro Pessoal de Justiça																			0	0	0		
Forças Armadas b)																			0	0	0		
Polícia Judiciária																			0	0	0		
Polícia de Segurança Pública																			0	0	0		
Guarda Nacional Republicana																			0	0	0		
Guarda Prisional																			0	0	0		
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																			0	0	0		
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0		
Bombeiro																			0	0	0		
Outro Pessoal d)																			0	0	0		
Total		19	51	5	15	20	36	21	35	43	70	6	7	11	8	10	3	1	0	136	225	361	

- NOTAS:**
- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
 - b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 - c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
 - d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo);
 - e) Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	3	1	4
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	18	13	0	0	0	0	0	20	13	33
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	7	1	0	0	10	5	2	9	66	122	5	5	0	0	0	90	142	232	
Assistente Técnico	0	0	1	1	2	4	4	21	0	0	4	35	0	3	0	4	0	0	0	0	0	11	68	79	
Assistente Operacional	0	0	3	0	4	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	
Informático	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	3	
Magistrado																						0	0	0	
Diplomata																						0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0	
Doc, Ens, Universitário																						0	0	0	
Doc, Ens, Sup, Politécnico																						0	0	0	
Educ, Infância e Doc, do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0	
Pessoal de Inspeção																						0	0	0	
Médico																						0	0	0	
Enfermeiro																						0	0	0	
Téc, Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0	
Chefia Tributária																						0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0	
Conservador e Notário																						0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0	
Oficial de Justiça																						0	0	0	
Outro Pessoal de Justiça																						0	0	0	
Forças Armadas b)																						0	0	0	
Polícia Judiciária																						0	0	0	
Polícia de Segurança Pública																						0	0	0	
Guarda Nacional Republicana																						0	0	0	
Guarda Prisional																						0	0	0	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																						0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0	
Bombeiro																						0	0	0	
Outro Pessoal d)																						0	0	0	
Total	0	0	4	1	7	4	14	22	0	0	15	40	4	12	87	141	5	5	0	0	136	225	361		

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo);
- e) Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Doc. Ens. Universitário							0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Outro Pessoal de Justiça							0	0	0
Forças Armadas b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública							0	0	0
Guarda Nacional Republicana							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Outro Pessoal d)							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas							0	0	0
Avenças							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a nacionalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado																											0	0
Diplomata																											0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0
Doc. Ens. Universitário																											0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																											0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0
Médico																											0	0
Enfermeiro																											0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0
Chefia Tributária																											0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0
Conservador e Notário																											0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0
Oficial de Justiça																											0	0
Outro Pessoal de Justiça																											0	0
Forças Armadas b)																											0	0
Polícia Judiciária																											0	0
Polícia de Segurança Pública																											0	0
Guarda Nacional Republicana																											0	0
Guarda Prisional																											0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																											0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0
Bombeiro																											0	0
Outro Pessoal d)																											0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefas																											0	0
Avenças																											0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência de Interesse público		Mobilidade Interna a órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	10	4	10	
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Magistrado																		
Diplomata																		
Pessoal de Investigação Científica																		
Doc. Ens. Universitário																		
Doc. Ens. Sup. Politécnico																		
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																		
Pessoal de Inspeção																		
Médico																		
Enfermeiro																		
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																		
Chefia Tributária																		
Pessoal de Administração Tributária																		
Pessoal Aduaneiro																		
Conservador e Notário																		
Oficial dos Registos e do Notariado																		
Oficial de Justiça																		
Outro Pessoal de Justiça																		
Forças Armadas b)																		
Polícia Judiciária																		
Polícia de Segurança Pública																		
Guarda Nacional Republicana																		
Guarda Prisional																		
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																		
Outro Pessoal de Segurança c)																		
Bombeiro																		
Outro Pessoal d)																		
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	10	4	10	14

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefas			0
Ávenças			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Fim da situação de mobilidade interna		Fim da situação de cedência de interesse público		Cessação de comissão de serviço		Outros		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado																											
Diplomata																											
Pessoal de Investigação Científica																											
Doc. Ens. Universitário																											
Doc. Ens. Sup. Politécnico																											
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											
Pessoal de Inspeção																											
Médico																											
Enfermeiro																											
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											
Chefia Tributária																											
Pessoal de Administração Tributária																											
Pessoal Aduaneiro																											
Conservador e Notário																											
Oficial dos Registos e do Notariado																											
Oficial de Justiça																											
Outro Pessoal de Justiça																											
Forças Armadas b)																											
Polícia Judiciária																											
Polícia de Segurança Pública																											
Guarda Nacional Republicana																											
Guarda Prisional																											
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																											
Outro Pessoal de Segurança c)																											
Bombeiro																											
Outro Pessoal d)																											
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	2	

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 10º da LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Fim da situação de mobilidade interna		Fim da situação de cedência de interesse público		Outros		TOTAL		Total								
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F									
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Dirigente Intermediária a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	4	7						
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	3							
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1							
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Magistrado																																		0	0	0			
Diplomata																																			0	0	0		
Pessoal de Investigação Científica																																			0	0	0		
Doc. Ens. Universitário																																				0	0	0	
Doc. Ens. Sup. Politécnico																																				0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																																				0	0	0	
Pessoal de Inspeção																																				0	0	0	
Médico																																					0	0	0
Enfermeiro																																					0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																																					0	0	0
Chefia Tributária																																					0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																																					0	0	0
Pessoal Aduaneiro																																					0	0	0
Conservador e Notário																																					0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																																					0	0	0
Oficial de Justiça																																					0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																																					0	0	0
Forças Armadas b)																																					0	0	0
Polícia Judiciária																																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública																																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana																																					0	0	0
Guarda Prisional																																					0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																																					0	0	0
Bombeiro																																					0	0	0
Outro Pessoal d)																																					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	5	6	11					

NOTAS:
 Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
 d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente Superior a)						0
Dirigente Intermédio a)						0
Técnico Superior						0
Assistente Técnico						0
Assistente Operacional						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Doc. Ens. Universitário						0
Doc. Ens. Sup. Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Pessoal de Inspeção						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Outro Pessoal de Justiça						0
Forças Armadas b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública						0
Guarda Nacional Republicana						0
Guarda Prisional						0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Outro Pessoal d)						0
Total	0	0	0	0	0	0

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diplomata	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doc. Ens. Universitário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal de Inspeção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Médico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Enfermeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chefia Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal de Administração Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Aduaneiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficial de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Pessoal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forças Armadas b)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Polícia Judiciária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Polícia de Segurança Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda Nacional Republicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda Prisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bombeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Pessoal d)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada continua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Dirigente Intermédio a)	0	0	20	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	13	33
Técnico Superior	0	0	86	139	0	0	0	2	0	0	1	0	3	1	90	142	232
Assistente Técnico	0	0	11	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	11	68	79
Assistente Operacional	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10
Informático	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Doc. Ens. Universitário															0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Outro Pessoal de Justiça															0	0	0
Forças Armadas b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública															0	0	0
Guarda Nacional Republicana															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Outro Pessoal d)															0	0	0
Total	0	0	132	218	0	0	0	2	0	0	1	0	3	5	136	225	361

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
 - b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 - c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
 - d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo);
- Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo																TOTAL			
	PNT inferior ao praticado a tempo completo																M	F	Total	
	Semana de 4 dias (D.L. 325/99)						Regime especial (D.L. 324/99)						Tempo parcial ou outro regime especial (*)							
	células abertas para indicar nº horas/semana						células abertas para indicar nº horas/semana						células abertas para indicar nº horas/semana							
35 horas		42 horas		28 horas		17 h 30'														
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Dirigente Intermédio a)	20	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	13	33
Técnico Superior	90	141	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90	142	232
Assistente Técnico	11	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	68	79
Assistente Operacional	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10
Informático	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3
Magistrado																		0	0	0
Diplomata																		0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																		0	0	0
Doc. Ens. Universitário																		0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																		0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																		0	0	0
Pessoal de Inspeção																		0	0	0
Médico																		0	0	0
Enfermeiro																		0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																		0	0	0
Chefia Tributária																		0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																		0	0	0
Pessoal Aduaneiro																		0	0	0
Conservador e Notário																		0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																		0	0	0
Oficial de Justiça																		0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																		0	0	0
Forças Armadas b)																		0	0	0
Polícia Judiciária																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana																		0	0	0
Guarda Prisional																		0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																		0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0
Bombeiro																		0	0	0
Outro Pessoal d)																		0	0	0
Total	136	224	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	136	225	361

NOTAS:

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam:
PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho:
(*) - Trabalho a tempo parcial (art.º 142.º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12.º do DL nº 259/98): indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo:
 No caso dos estabelecimentos de ensino com mais de 3 horários incompletos utilizar os seguintes intervalos: **Menor que 12 horas / De 12 a 17 horas / Maior que 17 horas**
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
 d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo);
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	
Dirigente Intermédio a)	0:00	21:03	8:00	48:28	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	8:00	69:32	77:32
Técnico Superior	173:48	446:49	157:59	418:54	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	331:48	865:44	1197:32
Assistente Técnico	0:00	64:18	22:00	141:31	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	22:00	205:49	227:49
Assistente Operacional	4625:36	460:00	693:41	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	5319:17	460:00	5779:17
Informático	25:00	0:00	71:27	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	96:27	0:00	96:27
Magistrado												0:00	0:00	0:00
Diplomata												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica												0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Universitário												0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Sup. Politécnico												0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção												0:00	0:00	0:00
Médico												0:00	0:00	0:00
Enfermeiro												0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro												0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário												0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado												0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Justiça												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas b)												0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana												0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional												0:00	0:00	0:00
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)												0:00	0:00	0:00
Bombeiro												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal d)												0:00	0:00	0:00
Total	4824:24	992:11	953:07	608:55	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	5777:32	1601:06	7378:39

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

e) O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em **dias normais de trabalho** (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico					0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Universitário					0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Sup. Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal d)					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).
- e) Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o

trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	68,0	24,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	68,0	24,0	92,0
Dirigente Intermédio a)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	492,0	389,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,0	532,0	427,0	959,0	
Técnico Superior	15,0	12,0	77,0	600,0	13,0	15,0	729,0	1063,0	0,0	0,0	12,0	161,0	21,0	10,0	2329,0	3457,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	12,0	0,0	0,0	147,0	350,0	3349,0	5680,0	9029,0
Assistente Técnico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,0	73,0	762,0	0,0	0,0	21,0	55,0	0,0	67,0	326,0	1893,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	60,0	0,0	25,0	251,0	507,0	3044,0	3551,0
Assistente Operacional	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	250,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,0	0,0	281,0	0,0	281,0
Informático	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	29,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	5,0	50,0	26,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	60,0	61,0	121,0	
Magistrado																											0,0	0,0	0,0
Diplomata																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																											0,0	0,0	0,0
Doc. Ens. Universitário																											0,0	0,0	0,0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																											0,0	0,0	0,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																											0,0	0,0	0,0
Médico																											0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																											0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																											0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																											0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Outro Pessoal de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas b)																											0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana																											0,0	0,0	0,0
Guarda Prisional																											0,0	0,0	0,0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																											0,0	0,0	0,0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0,0	0,0	0,0
Bombeiro																											0,0	0,0	0,0
Outro Pessoal d)																											0,0	0,0	0,0
Total	30,0	12,0	77,0	600,0	18,0	29,0	846,0	1874,0	0,0	0,0	38,0	216,0	21,0	82,0	3515,0	5789,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	15,0	60,0	0,0	184,0	619,0	4797,0	9236,0	14033,0

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
mm/dd			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	24	7:00	108_OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	24	7:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
mm/dd			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
mm/dd			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
mm/dd			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
mm/dd			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de Dezembro

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	0	0	0
501-1000 €	8	22	30
1001-1250 €	18	54	72
1251-1500 €	13	35	48
1501-1750 €	10	26	36
1751-2000€	9	26	35
2001-2250 €	7	19	26
2251-2500 €	12	12	24
2501-2750 €	6	1	7
2751-3000 €	3	3	6
3001-3250 €	6	7	13
3251-3500 €	16	7	23
3501-3750 €	4	3	7
3751-4000 €	7	2	9
4001-4250 €	3	2	5
4251-4500 €	1	0	1
4501-4750 €	0	0	0
4751-5000 €	2	1	3
5001-5250 €	0	1	1
5251-5500 €	5	3	8
5501-5750 €	5	1	6
5751-6000 €	0	0	0
Mais de 6000 €			0
Total	135	225	360

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	683,13 €	668,85 €
Máxima (€)	5.624,39 €	5.542,17 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	9.899.652,15 €
Suplementos remuneratórios	1.207.609,17 €
Prémios de desempenho	44.934,38 €
Prestações sociais	940.998,43 €
Benefícios sociais	945.288,08 €
Outros encargos com pessoal	
Total	13.038.482

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	113.743,43 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	1.035,48 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	76.775,33 €
Representação	60.446,96 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	955.607,97 €
Total	1.207.609

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	
Abono de família	2.587,79 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	45.485,88 €
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	669.926,85 €
Outras prestações sociais	892.924,76 €
Total	1.610.925

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	525,00 €
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	20.852,62 €
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	253.983,61 €
Total	275.361

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0		0				0					
	F	0						0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	1			1			0					
	F	5			1	4		0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	25			25			0					
	F	572			18	554		0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	222			46	176		0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	6
- absoluta	6
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	6

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	220	18.202,50 €
Exames de admissão		
Exames periódicos	220	18.202,50 €
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho		
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	2
Visitas aos locais de trabalho	14
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

QUADRO 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	49	0	0	0	49
Externas	285	36	1	6	328
Total	334	36	1	6	377

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- **acção interna**, organizada pela entidade;
- **acção externa**, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

QUADRO 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Dirigente superior a)	0	1	1	1
Dirigente intermédio a)	4	48	52	28
Técnico Superior	43	191	234	130
Assistente Técnico	2	81	83	54
Assistente Operacional	0	2	2	2
Informático	0	5	5	3
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal de Investigação científica			0	
Doc. Ens. Universitário			0	
Doc. Ens. Sup. Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Outro Pessoal de Justiça			0	
Forças Armadas b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública			0	
Guarda Nacional Republicana			0	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Outro Pessoal d)			0	
Total	49	328	377	218

Totais devem ser iguais aos do Q. 27

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

() - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);**

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa)

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

QUADRO 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Dirigente superior a)		0:00	14:00	14:00
Dirigente intermédio a)		12:00	1324:00	1336:00
Técnico Superior		129:00	3296:00	3425:00
Assistente Técnico		6:00	1306:00	1312:00
Assistente Operacional		0:00	19:00	19:00
Informático		0:00	102:00	102:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal de Investigação científica				0:00
Doc. Ens. Universitário				0:00
Doc. Ens. Sup. Politécnico				0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Médico				0:00
Enfermeiro				0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica				0:00
Chefia Tributária				0:00
Pessoal de Administração Tributária				0:00
Pessoal Aduaneiro				0:00
Conservador e Notário				0:00
Oficial dos Registos e do Notariado				0:00
Oficial de Justiça				0:00
Outro Pessoal de Justiça				0:00
Forças Armadas b)				0:00
Polícia Judiciária				0:00
Polícia de Segurança Pública				0:00
Guarda Nacional Republicana				0:00
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras				0:00
Guarda Prisional				0:00
Outro Pessoal de Segurança c)				0:00
Bombeiro				0:00
Outro Pessoal d)				0:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

QUADRO 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	0,00 €
Despesa com acções externas	131.401,74 €
TOTAL	131.401,74 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	5
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	5
Total de votantes para comissões de trabalhadores	266

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	2
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	2
* Arquivados	2
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas